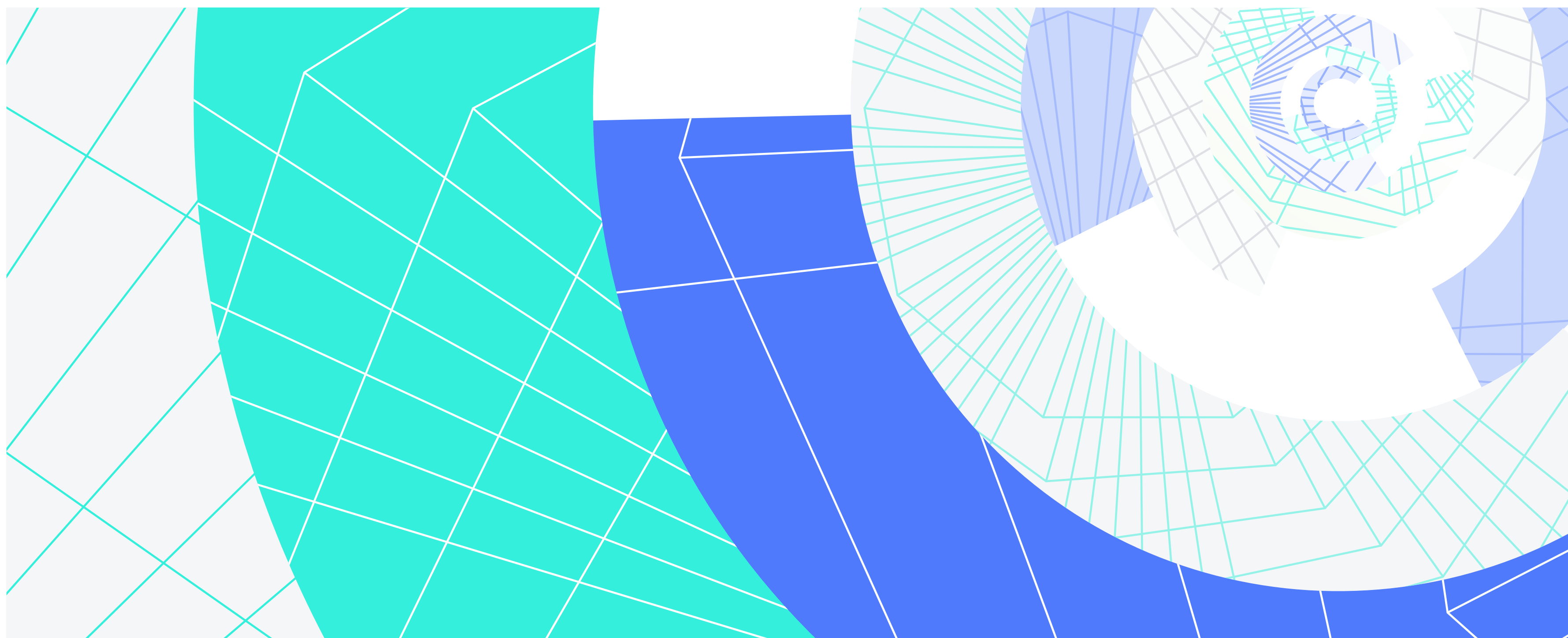


# CÂMARAS BRASILEIRAS DO COMÉRCIO

RELATÓRIO DE  
ATIVIDADES 2019





APRESENTAÇÃO .....	4
INTRODUÇÃO .....	5
INFORMAÇÕES GERENCIAIS - RESUMO .....	8
CÂMARA BRASILEIRA DO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS (CBCC) .....	10
CÂMARA BRASILEIRA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS (CBCSI) .....	16
CÂMARA BRASILEIRA DE SERVIÇOS (CBS) .....	23
CÂMARA BRASILEIRA DO COMÉRCIO EXTERIOR (CBCEX) .....	33
CÂMARA BRASILEIRA DO COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS ÓPTICOS (CBÓPTICA) .....	39
CÂMARA BRASILEIRA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS (CBFARMA) .....	45
CÂMARA BRASILEIRA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (CBMC) .....	51
CÂMARA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CBTI) .....	59
CÂMARA BRASILEIRA DO COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CBCGAL) .....	64
CÂMARA BRASILEIRA DO COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS (CBCPAVE) .....	71



## **Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)**

### **Câmaras Brasileiras do Comércio - Relatório de Atividades 2019**

**Presidente:** José Roberto Tadros

**Vice-Presidentes:** 1º - Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante, 2º - Luiz Carlos Bohn, 3º - Lázaro Luiz Gonzaga. Abram Abe Szajman, Darci Piana, Edison Ferreira de Araújo, Eliezer Viterbino da Silva, José Arteiro da Silva, José Lino Sepulcri, José Marconi Medeiros de Souza e Raniery Araújo Coelho

**Vice-Presidente Administrativo:** Luiz Gastão Bittencourt da Silva

**Vice-Presidente Financeiro:** Leandro Domingos Teixeira Pinto

**Diretores:** Abel Gomes da Rocha Filho, Aderson Santos da Frota, Aldo Carlos de Moura Gonçalves, Alexandre Sampaio de Abreu, Ari Faria Bittencourt, Carlos de Souza Andrade, Hermes Martins da Cunha, Itelvino Pisoni, Ivo Dall'Acqua Júnior, Jeferson Furlan Nazario, José Wenceslau Júnior, Marcelo Baiocchi Carneiro, Marcos Antônio Carneiro Lameira, Maurício Cavalcante Filizola, Nilo Ítalo Zampieri Júnior, Rubens Torres Medrano e Sebastião de Oliveira Campos

**Diretores Administrativos:** 1º - Marcelo Fernandes de Queiroz,  
2º - Antônio Florencio de Queiroz Junior

**Diretores Financeiros:** 1º - Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues,  
2º - Ademir dos Santos

**Conselho Fiscal:** Domingos Tavares de Souza, Lélvio Vieira Carneiro e Valdemir Alves do Nascimento

**Gabinete da Presidência:** Lenoura Schmidt

**Secretaria-Geral:** Simone de Souza Guimarães

### **Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio (ACBC)**

**Organização e produção:** Andréa de Marins Esteves, Elizenclair Barboza e Rosana Oliveira (ACBC)

**Edição:** Rafael Fabra

**Capa e diagramação:** Ana Carolina Silveira

**Revisão:** Denise Scofano Moura

Câmaras do Comércio: Relatório de atividades / Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. - n.1, dez. 2013 - . Rio de Janeiro : Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2019.

n. 5, dez. 2019.  
Anual.  
Publicação eletrônica.

1. CNC. Câmaras do Comércio. I. Título.

Bibliotecário responsável: João Gabriel Bezerra - CRB-7: 6853

**CNC - Rio de Janeiro**  
Av. General Justo, 307 CEP 20021-130  
PABX: (21) 3804-9200

**CNC - Brasília**  
SBN Quadra 1 Bl. B - nº 14 CEP 70041-902  
PABX: (61) 3329-9500/3329-9501



# Apresentação

Durante o ano de 2019, buscamos, alinhados às diretrizes da nova Diretoria da CNC, desenvolver um trabalho renovador junto às Câmaras Brasileiras do Comércio. Essa nova forma de trabalho trouxe resultados positivos e com melhorias para todos. Implementamos um plano de mudanças com diversas ações, como a eleição de novos coordenadores, trazendo uma nova visão, com foco na atualização e melhoria contínua.

Ampliamos a participação das Federações Estaduais e Nacionais, não só por meio de seus representantes nas reuniões, mas também com o encaminhamento de atas e pautas de todas as reuniões das Câmaras, o que permitiu maior alcance da representatividade dos trabalhos. Também convidamos deputados, tributaristas e especialistas, em conformidade com os temas tratados em cada uma das reuniões, ampliando assim as discussões e enriquecendo os trabalhos e resultados de todas as Câmaras. Não poderia deixar de destacar as melhorias implementadas na gestão das Câmaras da CNC. Disponibilizamos novas ferramentas de trabalho, controle e planejamento que possibilitaram melhoras no fluxo de trabalho de todos os envolvidos no trabalho das Câmaras.

Um marco muito importante no ano de 2019 foi a criação da Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC), segmento representado pela CNC com grande abrangência no território nacional. Com isso, temos em uma só câmara a unificação do setor de atacado e de varejo do combustível. Essa união tornou mais rápidas e eficientes as discussões e as tomadas de decisão relacionadas a um segmento que tem grande importância para a economia do País.

Para 2020, estamos desenvolvendo um novo plano de ação para cada segmento empresarial representado, com o objetivo de aumentar a competitividade das empresas do setor do comércio de bens, serviços e turismo no Brasil. Esse trabalho será desenvolvido com a participação de todas as áreas técnicas da CNC, o que nos permitirá maior assertividade nos resultados esperados para o próximo ano.

Nas demais páginas deste relatório, você poderá conferir um pouco mais sobre o trabalho das Câmaras Brasileiras do Comércio durante o ano de 2019. Boa Leitura!



## **Luiz Gastão Bittencourt**

Vice-Presidente Administrativo da CNC

Coordenador das Câmaras Brasileiras do Comércio da CNC

IN

INTRO

DU

ÇÃO

# Câmaras e Áreas Técnicas da CNC



## Objetivo das Câmaras

Órgãos consultivos da Presidência que têm o objetivo de realizar estudos e fornecer sugestões para as ações institucionais do Sistema Confederativo do Comércio (CNC-Sesc-Senac-Federações), no apoio e na defesa dos interesses das categorias econômicas por elas representadas; são compostas por lideranças empresariais e sindicais dos respectivos setores.

## Visão das Câmaras

Espaço efetivo para propor, apoiar e acompanhar ações voltadas ao desenvolvimento do setor que representam.

## Composição das Câmaras



**COORDENADOR**

Interlocução com a VPA da CNC  
Planejamento das reuniões  
Acompanhamento de ações  
Mobilização dos integrantes

**ATRIBUIÇÕES**



**INTEGRANTES\***

Identificar demandas  
Propor soluções  
Contribuir com informações

**ATRIBUIÇÕES**

*\* Representantes de entidades sindicais, de associações e de empresas do setor*



# Principais realizações de 2019

- Inclusão de membros das Federações Estaduais e Nacionais nas diversas Câmaras Brasileiras do Comércio, ampliando a representatividade dessas instituições;
- Participação de todas as áreas técnicas da CNC nas reuniões das Câmaras Brasileiras do Comércio;
- Implementação e utilização de novas ferramentas de gestão e planejamento, aprimorando o controle das atividades das Câmaras Brasileiras do Comércio e facilitando a interação entre elas;
- Compartilhamento de pautas de trabalho e atas de reuniões das Câmaras com a Presidência da CNC e com os presidentes das Federações Estaduais e Nacionais;
- Criação do Comitê de Apoio aos Trabalhos das Câmaras Brasileiras do Comércio;
- Café da Manhã de Lançamento da Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC) na Câmara dos Deputados; e
- Ampliação da Câmara Brasileira de Serviços (CBS), com a criação de 03 (três) subcoordenações, e inclusão do setor de Representantes Comerciais.

**INFORMAÇÕES**

**GE**

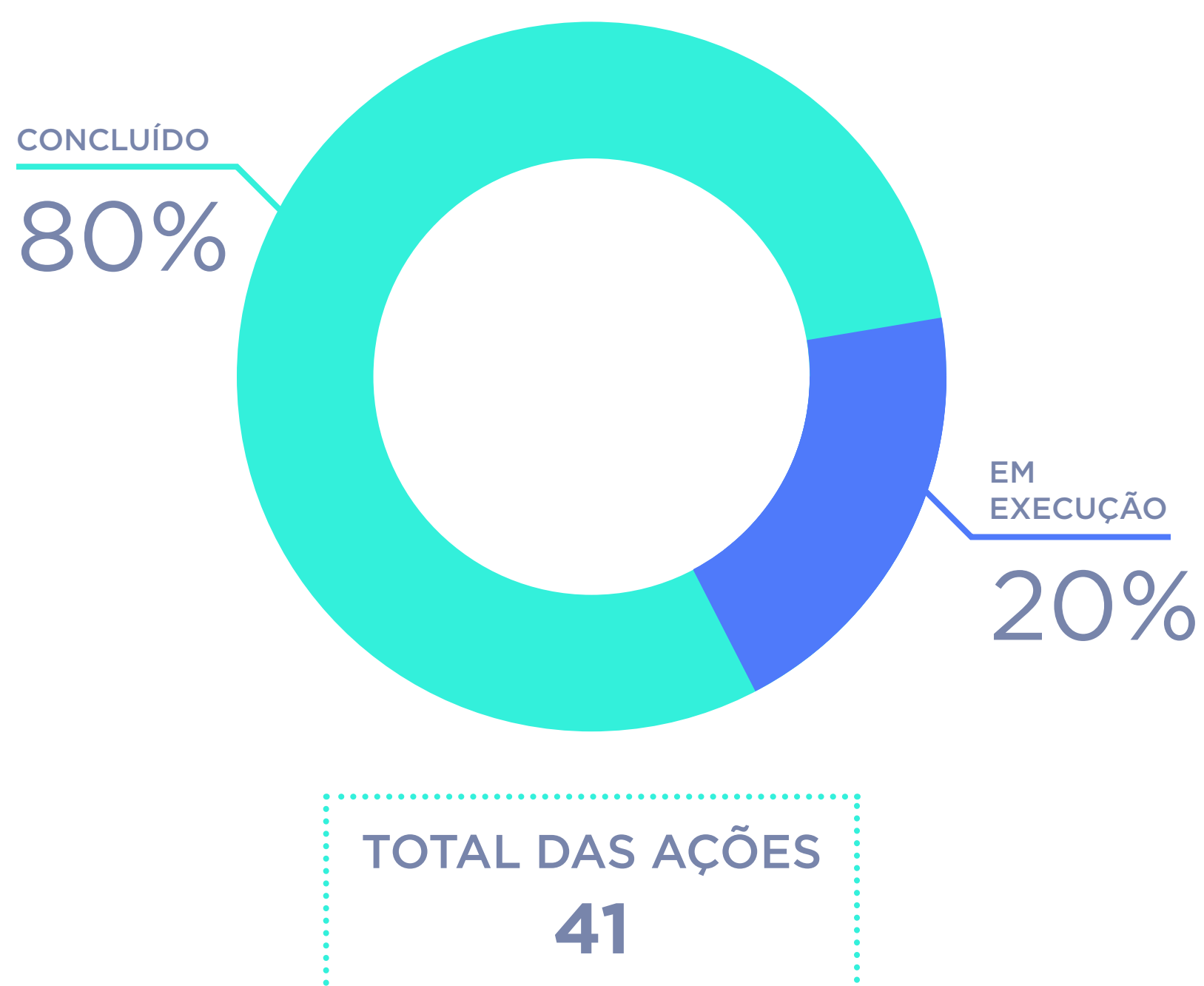
**REN**

**CIAIS**

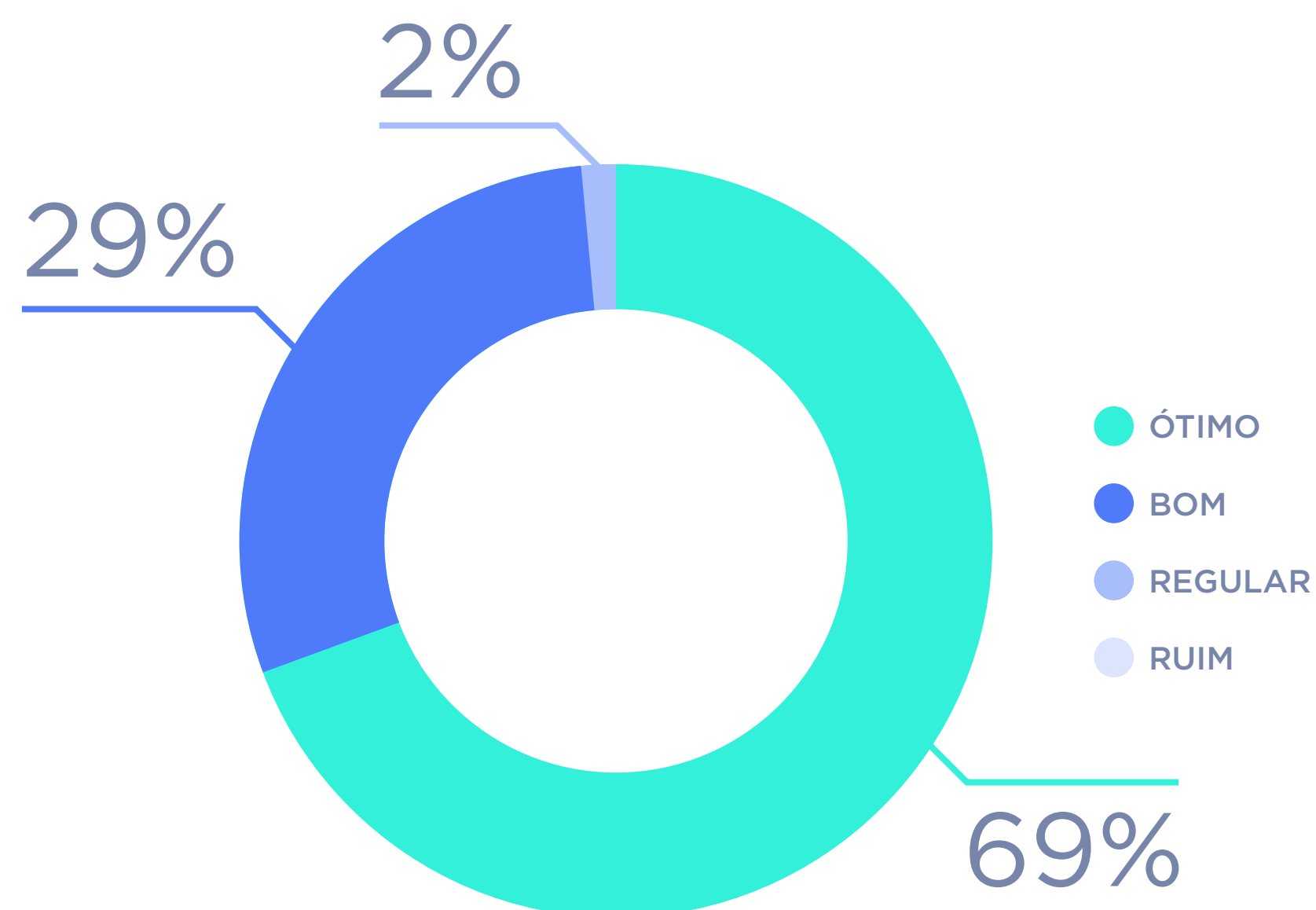
**RESUMO**

**GERENCIAIS**

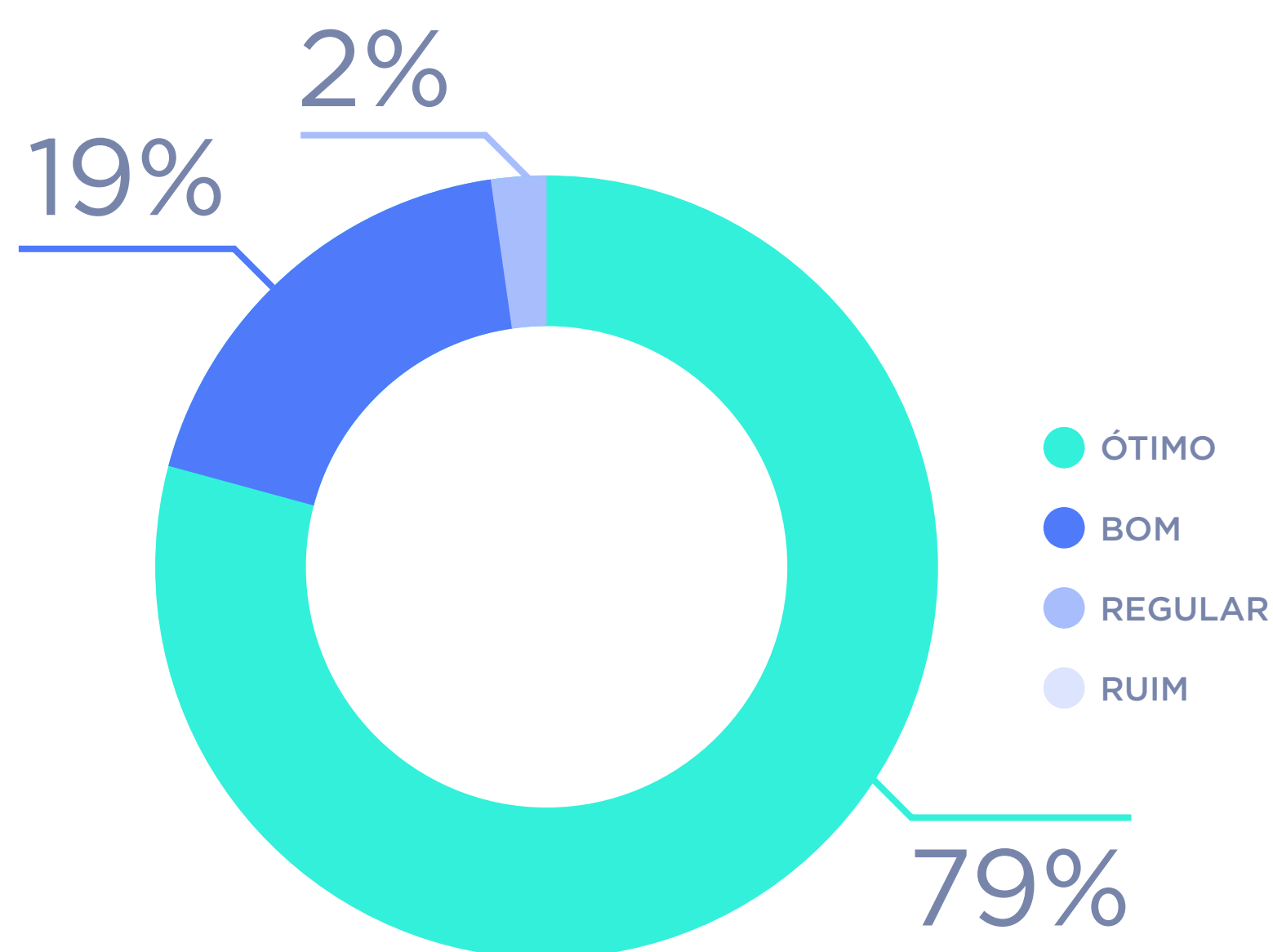
## Gestão das proposições das Câmaras



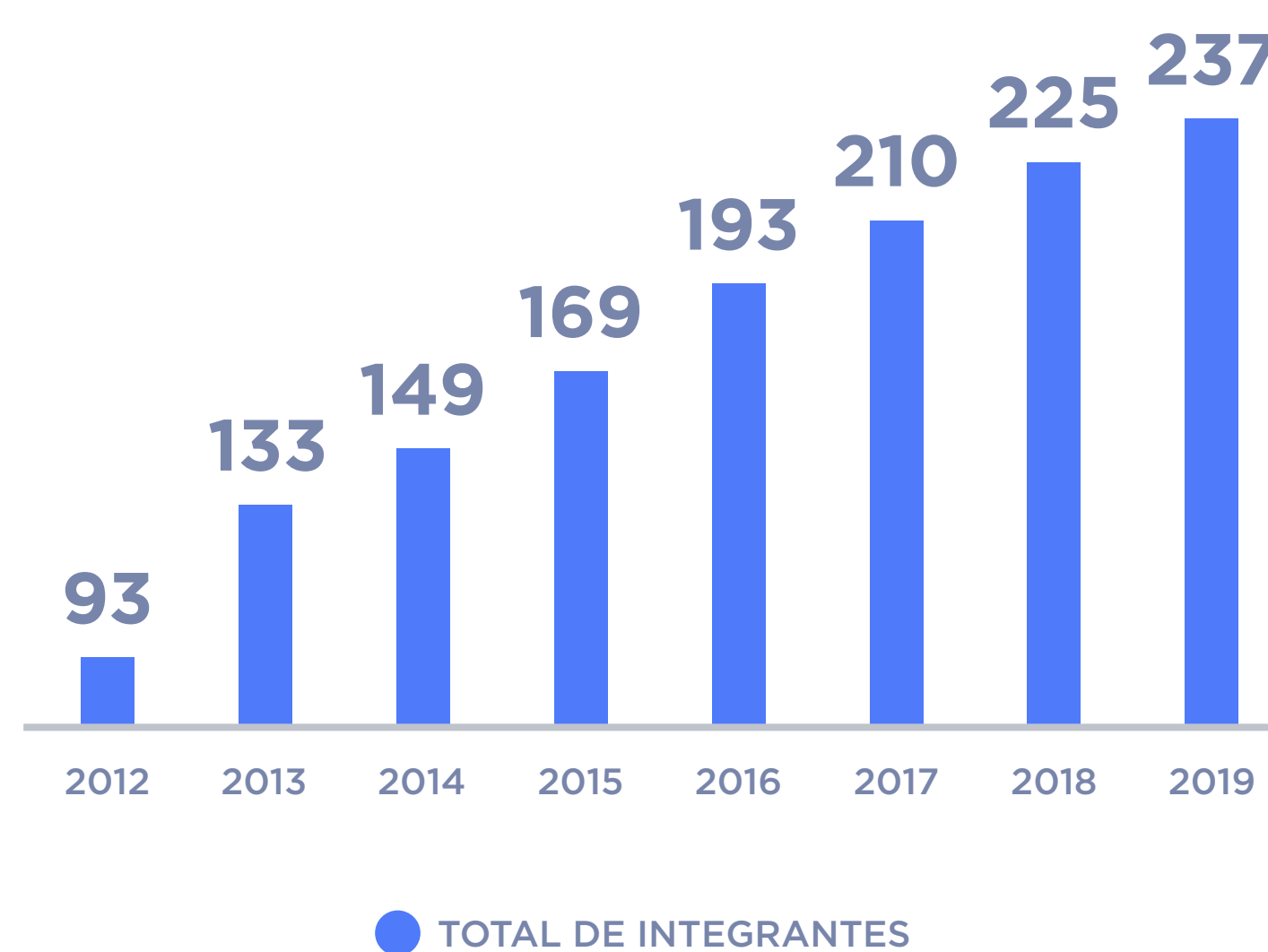
## Avaliação geral das reuniões



## Atuação da CNC no tratamento das demandas das Câmaras



## Evolução da composição das Câmaras (2012-2019)







# CÂMARA BRASILEIRA

DO COMÉRCIO  
DE COMBUSTÍVEIS



# CBCC

COORDENADOR

MAURÍCIO REJAILE



### INTEGRANTES

- Abel da Silva Leitão
- Alberto Perez Machado
- Antônio Cardoso Sales
- Emílio Roberto C. Martins
- Jefferson Rejaile
- José Antônio Rocha
- José Camargo Hernandes
- Marcelo Henrique Ribeiro Alecrim
- Mário Luiz Pinheiro Melo
- Paulo Miranda Soares
- Roberto Tonietto
- Thomas Jefferson G. de Albuquerque

### OUTROS INTEGRANTES

Brasilcom

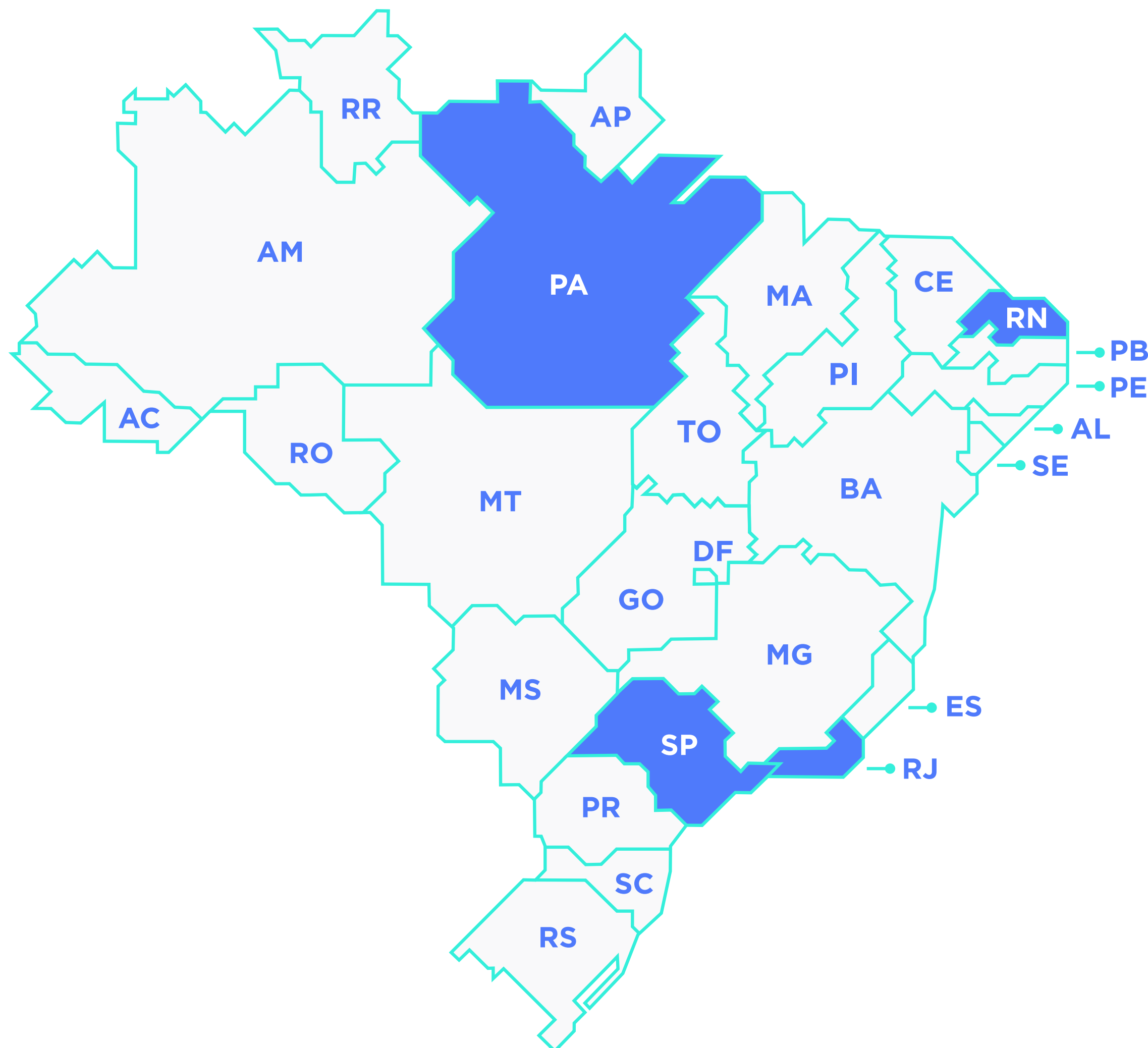
QUANTIDADE TOTAL  
DE INTEGRANTES

Titulares: 13

REUNIÕES EM 2019

02/07 – CNC/DF

### ESTADOS INTEGRANTES DO SICOMÉRCIO



# Objetivos identificados

- Trabalhar no âmbito da reforma tributária com o propósito de simplificar e fazer a integração do sistema tributário, evitando a guerra fiscal entre os estados;
- Processo de transição que contemple a monofasia no recolhimento dos tributos federais, estaduais e municipais na comercialização de todos combustíveis, com a concentração dos tributos na etapa da produção e importação;
- Eliminação de entraves na abertura, alteração e encerramento de atividades, seja na atividade principal ou acessória, principalmente na questão do meio ambiente;
- Oposição na verticalização do mercado de combustíveis, principalmente entre distribuição e revenda;
- Oposição à venda direta do produtor ou importador ao revendedor, principalmente no caso da venda direta do Etanol, das usinas produtoras para o posto revendedor;
- Trabalhar assiduamente no combate à sonegação fiscal, à inadimplência, ao Devedor contumaz e às fraudes de qualidade;
- Apoio à consolidação da abertura total do setor de refino, desconstruindo o monopólio de fato da Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A; e
- Trabalhar pelo livre acesso aos terminais portuários e dutos, pela isonomia de preço de venda às distribuidoras por parte das refinarias e outros produtores e pela transparência no preço de venda das refinarias.

# Temas abordados nas reuniões

## Concorrência desleal

### Área fiscal

- Combate à sonegação (venda interestadual e sem NF, adulteração)
- Inadimplência – Devedor contumaz
- Fraudes de qualidade (solventes, etanol)

### Urgente viabilização de uma ampla reforma tributária

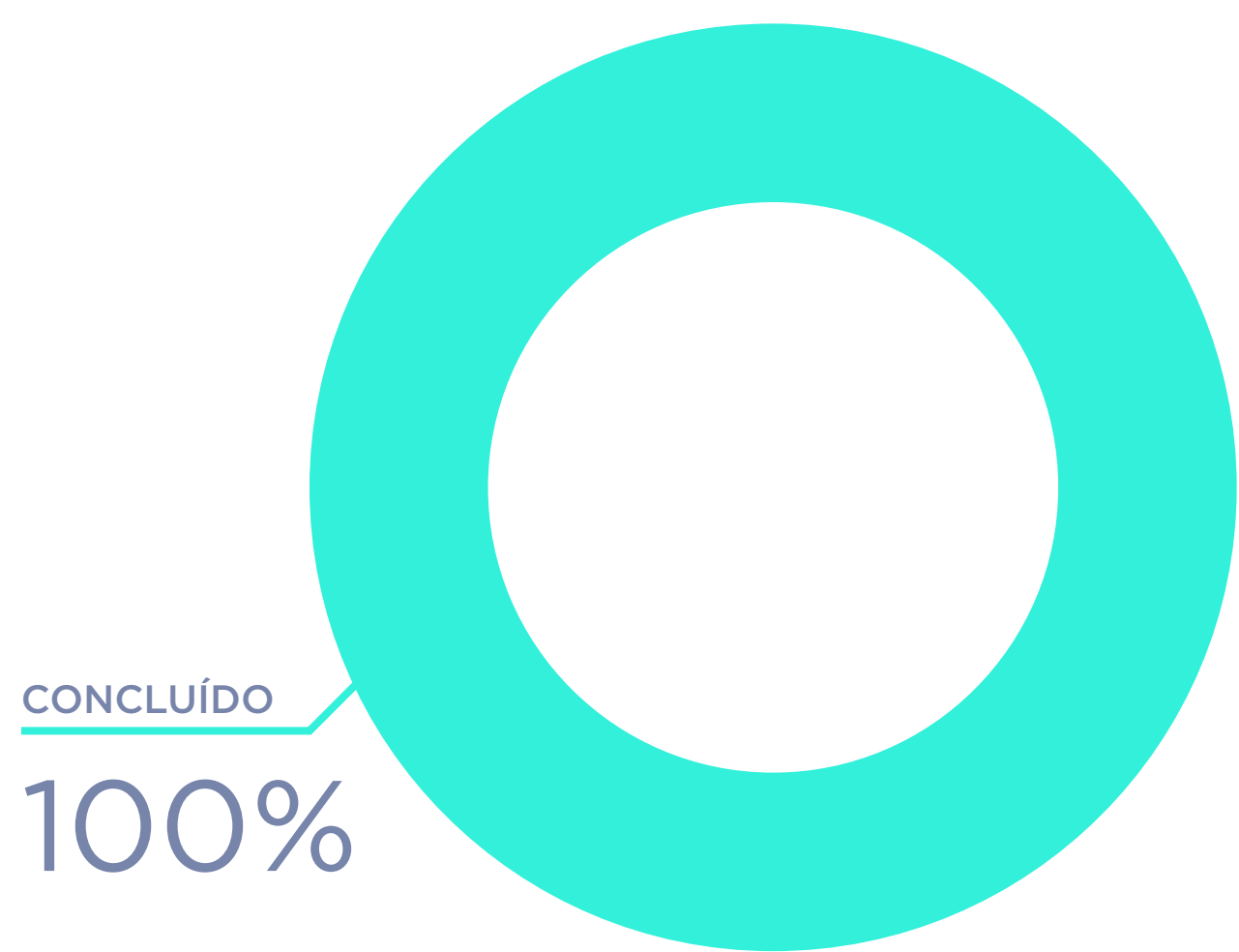
- Simplificação e integração do sistema tributário
- Monofasia no recolhimento de todos os tributos no produtor/importador
- Redução da carga tributária
- Eliminação da “guerra fiscal” entre os Estados, com única alíquota ou com alíquotas uniformes de ICMS

### Legislação

- Oposição à venda direta de etanol pelas usinas aos postos revendedores
  - Alto risco de desabastecimento, devido a limitada capacidade de suporte a demanda sem estoques estratégicos, bem como de insuficiente capacidade logística para a entrega de etanol em todo o território nacional, podendo condená-lo a se transformar em um produto de mercado regionalizado
  - Questionamento quanto a garantia de qualidade do produto
- Oposição à verticalização
  - Como o setor da distribuição é ainda concentrado, há forte tendência de que essa concentração alcance a revenda no curto prazo, reduzindo o número de revendedores varejistas e de empregos, causando desemprego e aumento de preços ao consumidor final
  - A revenda varejista hoje conta com cerca de 41 mil postos, abastecendo os consumidores em todos os municípios em um cenário bastante competitivo, o que lhe permite gerar mais de 500 mil empregos diretos e indiretos
- Apoio à consolidação da abertura total do setor de refino, desconstruindo o monopólio de fato da Petrobras (venda dos ativos para novos entrantes)
- Livre acesso a terminais aquaviários/dutos
- Isonomia de preço de venda às distribuidoras pelas refinarias
- Ampliação e aprimoramento do atual Sistema de Levantamento de Preços da ANP
- Transparência no preço de venda das refinarias
- Renovabio – Especulação financeira x pequenas distribuidoras
- Desburocratização geral no setor de combustíveis



## Gestão das proposições da Câmara



## Avaliação geral das reuniões



## Comunicações da Câmara

### Nova câmara do comércio vai fortalecer setor de combustíveis

O segmento de combustíveis e lubrificantes movimentava R\$ 267 bilhões em vendas, sendo o terceiro setor mais importante do varejo, em termos de geração de tributos e receita. É também o segundo maior empregador do País, ficando atrás somente de supermercados, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa pujança do setor motivou a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) à criação da Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis (CBCC), instalada em 2 de julho, em Brasília.

Na abertura da reunião, o presidente da Confederação, José Roberto Tadros, exaltou a importância do grupo para a melho-

ria do ambiente de negócios: "O sistema empresarial é resultado da congregação de esforços e de determinação em cada segmento que representa.

E vivemos um momento em que o governo sinaliza o propósito de entrar no sistema capitalista em caráter definitivo. Por isso, temos que olhar o futuro com altivez, e nós, como agentes criadores do desenvolvimento e geradores de empregos, temos que estar à frente, trabalhando para que haja no Brasil um ambiente de negócios favorável."

Coordenador da CBCC, o empresário Maurício Rejaile disse que um dos principais objetivos é tratar das questões tributá-

Imagem: Paulo Negreiros



À mesa, Luiz Gastão Bittencourt (esquerda), José Roberto Tadros, Maurício Rejaile e Christino Áureo



rias e fiscais, discutindo qual é o melhor caminho para o segmento. “Vamos buscar ferramentas para evitar os desequilíbrios gerados pela inadimplência e sonegação fiscal, gerando consequentemente uma redução dos tributos, melhor preço ao consumidor final e trazendo benefícios a todo o País”, destacou. Um grupo de trabalho com técnicos da CNC, da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis (Brasilcom) e da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis) formou-se para determinar a pauta prioritária da Câmara de Combustíveis, que será apresentada em lançamento oficial no dia 28 de agosto, na Câmara dos Deputados.

## TRIBUTAÇÃO

O vice-presidente Administrativo da CNC, Luiz Gastão Bittencourt, apontou a relevância da CBCC, que trata de um tema estratégico por influenciar os demais segmentos do comércio. “Esse setor norteia a vida de todos nós, porque mexe com muitos consumidores, desde o agronegócio e a indústria até o comércio. E talvez seja o setor que mais traga em seu bojo os reflexos dos tributos federais e que controla os impostos em

cima de uma atividade, afetando toda a cadeia produtiva do País. A discussão é necessária”, disse Gastão Bittencourt.

O momento é propício para os debates em virtude da discussão da reforma tributária. Para o chefe da Divisão Econômica da CNC, Fabio Bentes, dentro do varejo, o segmento de combustíveis e lubrificantes está em duas pontas. Se de um lado é um dos mais importantes empregadores, do outro é o mais impactado pela tributação. “Na média, para a economia brasileira, a carga tributária é de 33%, enquanto no segmento de combustíveis, em alguns casos, passa dos 50%, variando de estado para estado. A população tem uma percepção equivocada do setor, que o empresário tem uma margem ‘gorda’ no preço final, o que não é verdade. A margem de comercialização é a mais baixa do varejo, em torno de 17%”, explicou o economista.

Participaram da instalação da Câmara: Abel Leitão, Alberto Perez Machado, Jefferson Rejaile, Marcelo Alecrim, Roberto Tonietto e Thomas Albuquerque, da Brasilcom; Antônio Carlos Sales, Emílio Roberto Miranda, José Antônio Rocha, José Camargo Hernandez, Mário Luiz Pinheiro Melo e Paulo Miranda, da Fecombustíveis; além do deputado federal Christino Áureo (Progressistas-RJ). Também estava presente a subsecretária-geral da CNC, Cláudia Brilhante.

Imagem: Paulo Negreiros



Integrantes da Câmara Brasileira do Comércio de Combustíveis: questões tributárias estarão entre as prioridades



# Galeria de fotos





# CÂMARA BRASILEIRA

DE COMÉRCIO  
E SERVIÇOS  
IMOBILIÁRIOS

**CBCSI**



## COORDENADOR

PEDRO WÄHMANN



## INTEGRANTES

Abraão Lima Viana  
Carlos Samuel de Oliveira Freitas  
Cássia Ximenes  
Edilson Baldez das Neves  
Érico Mota Feitosa  
Fernando Rezende  
Hubert Gebara  
Ioav Blanche  
João Alfonso da Silva  
José Maria Miranda  
José Roberto Graiche Júnior  
José Roberto Tadros Júnior  
Leandro Ibagy  
Luiz Antônio Langer  
Kelsor Gonçalves Fernandes  
Márcio Luiz de Oliveira Gomes e Silva  
Marcos Augusto Netto  
Marco Sérgio Pessoz  
Moacyr Schukster  
Nilo Zampieri Júnior  
Ovídio Maia Filho  
Renato Alexandre M. Gomes Netto  
Roberto Sérgio Cunha  
Rogério Hamilton Oliveira  
Ronaldo Otoch  
Veronildo da Silva Holanda

## OUTROS INTEGRANTES

AABIC-SP  
ABADI-RJ  
Ibagy Imóveis  
Secovi-MG  
Secovi-PE  
Secovi-TO

## SUPLENTES

Alexandre Hermes R. Corrêa  
Allan Thierson S. Costa  
Álvaro José Bicalho Cançado  
Ângelo Henrique F. Medeiros  
Antônio Carlos da Costa  
Elcimar Teixeira de Paula  
Fernando Antônio de O. Leão  
Jaques Bushatsky

Leonardo Hamilton Maia Oliveira  
Moira Toledo  
Paulo Roberto B. M. Filho  
Pedro Carlos Carsalade  
Raniery Araújo Coelho  
Ricardo Hirodi Toyofuku  
Roque Bittencourt Lopes  
Sérgio Antônio J. Cogoy

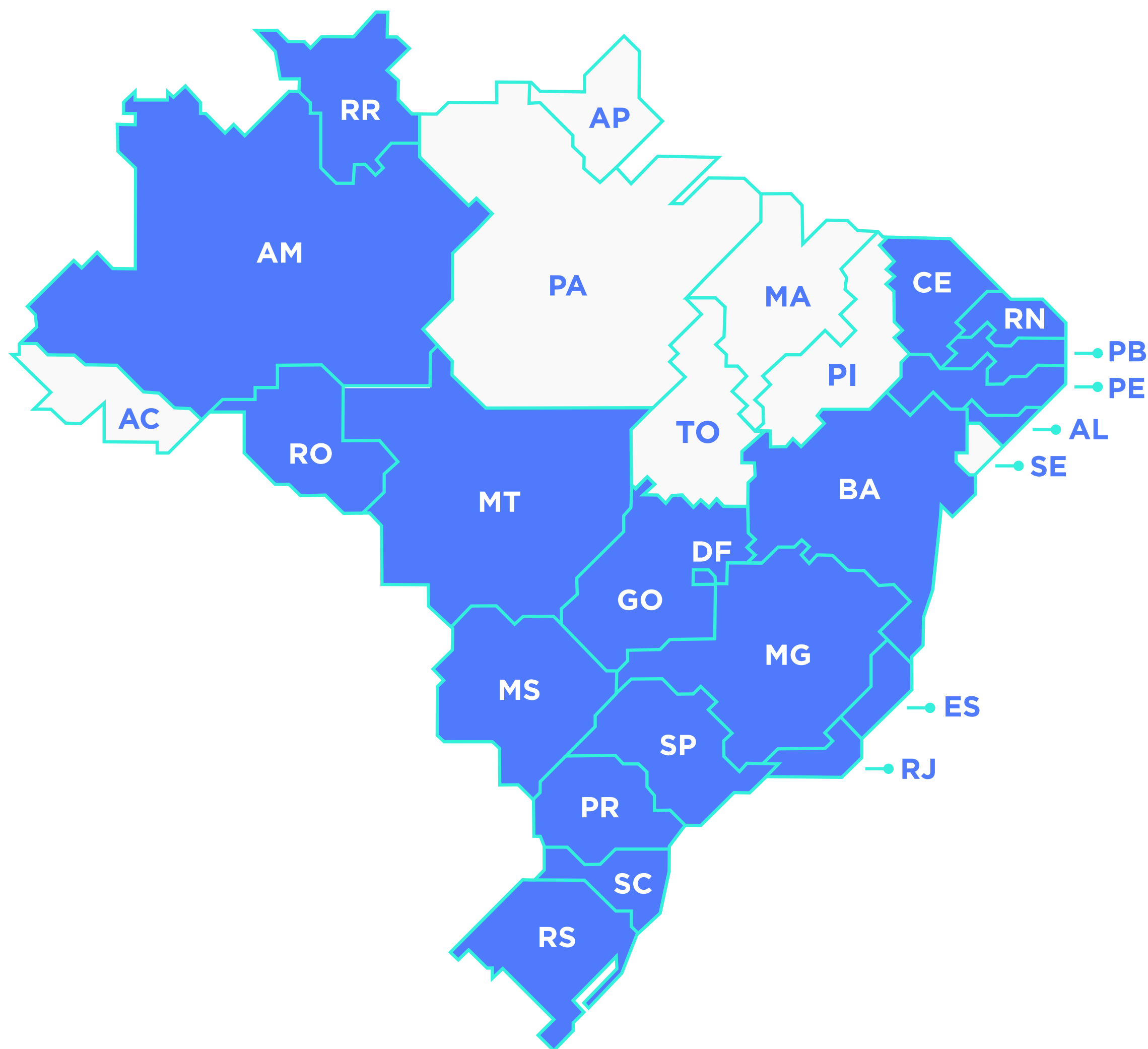
## QUANTIDADE TOTAL DE INTEGRANTES

Titulares: 27  
Suplentes: 16

## REUNIÕES EM 2019

29/05 – CNC/DF  
04/12 – CNC/DF

## ESTADOS INTEGRANTES DO SICOMÉRCIO



# Objetivos identificados

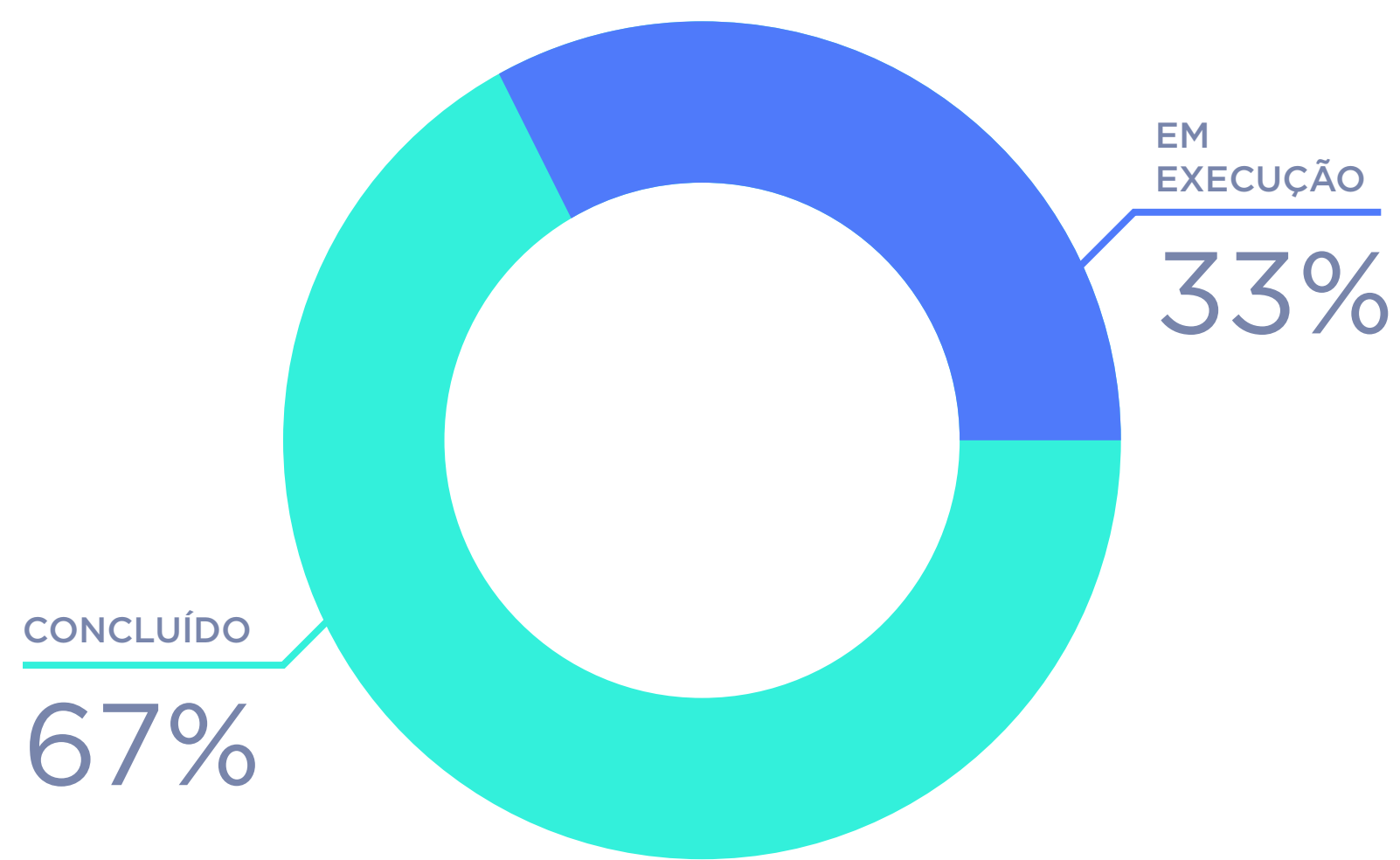
- Encaminhar, por intermédio da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio, para a Diretoria da CNC, estudos e sugestões para atuação política em defesa do setor imobiliário e de condomínios, representado pelos Secovis do Brasil;
- Disponibilizar, por intermédio da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio, dados específicos e metas desejadas para alinhamento estratégico e atuação integrada de representação institucional na defesa de interesses do setor de comércio e serviços imobiliários;
- Analisar matérias legislativas prioritárias e o impacto das reformas governamentais para o setor, com o apoio das áreas técnicas da CNC, por intermédio da Assessoria das Câmaras Brasileiras do Comércio;
- Debater, no âmbito das Coordenações temáticas, os principais desafios do setor, com o objetivo de programar ações de tratamento pontuais, bem como mapeamento de novas oportunidades para fortalecer o setor imobiliário e de condomínios com desenvolvimento de ferramentas de competitividade; e
- Fomentar a integração do Secovis do Brasil com as Federações, Sesc e Senac, bem como fortalecer a articulação com as entidades da cadeia produtiva.

# Temas abordados nas reuniões

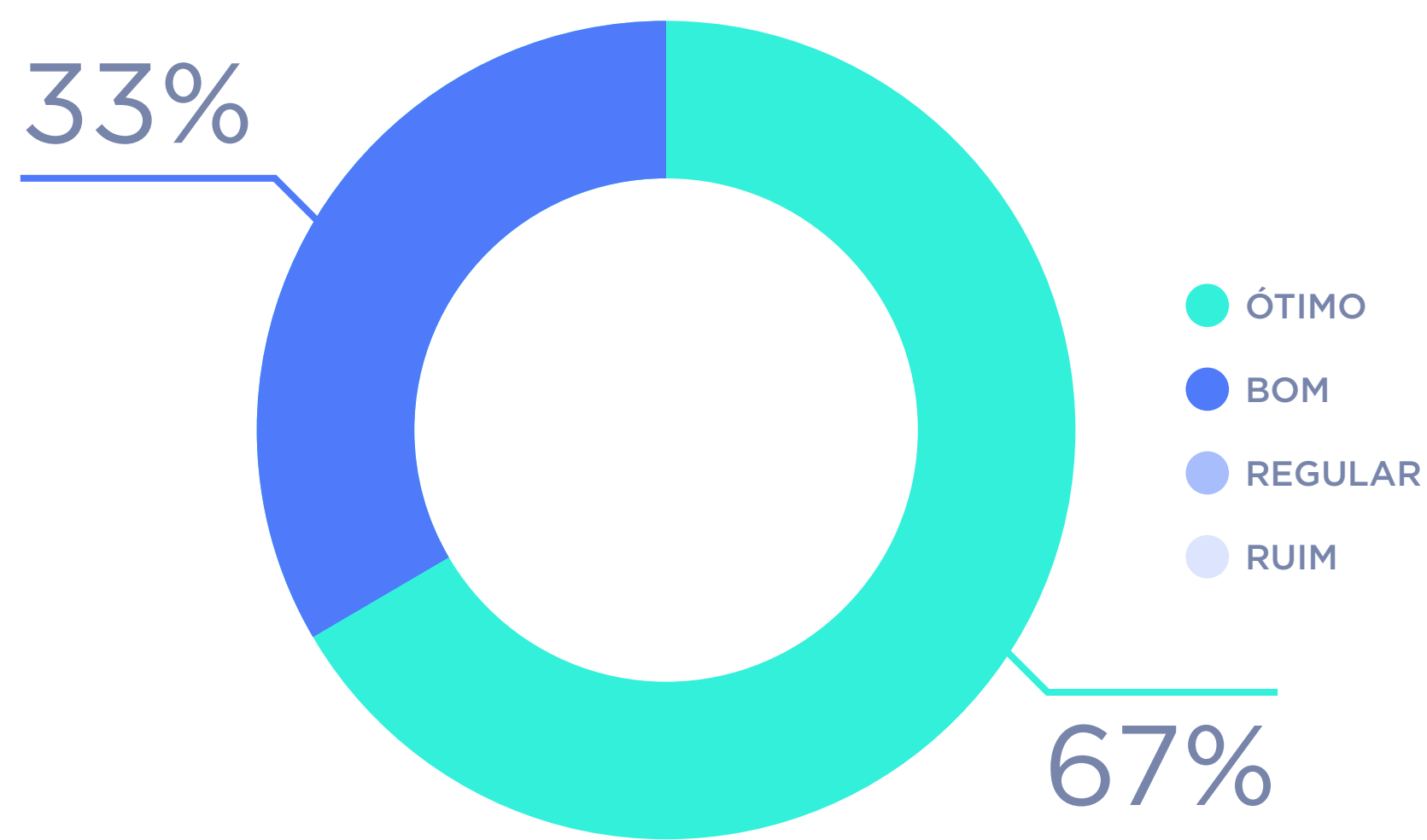
- Um dia no Congresso Nacional;
- Contribuição sindical e assistencial;
- Propostas para o aperfeiçoamento da legislação sobre parcelamento do solo e, em especial, dos condomínios de lotes;
- Análise das proposições em tramitação sobre a tributação e a extinção do instituto dos terrenos de marinha;
- Destaques sobre novos produtos e oportunidades para o mercado imobiliário;
- Análise acerca da necessidade de melhor interpretação e utilização da lei conhecida como corretor associado, sobretudo no que diz respeito aos excessos das fiscalizações;
- Avaliação do cenário legislativo, com o objetivo de consolidar a segurança jurídica nas locações e reduzir a carga tributária como meio de incentivo a novos investimentos em imóveis para locação: STF RE 605.709 SP;
- Apresentação dos principais PLs em tramitação que tratam de forma ampla aspectos da organização condominial;
- Conami 2020;
- Reforma tributária;
- Airbnb: STJ RE 1.819.075/RS e Projetos de Lei nºs 2.474/2019 e 1.829/2019;
- Hipoteca reversa: novo produto imobiliário;
- Apresentação dos temas que têm impactado o setor de comércio e serviços imobiliários;
- Programa Minha Casa Minha Vida e Locação Social;
- Crédito Imobiliário: perspectivas para 2020;
- Impenhorabilidade do bem de família: STF RE 605.709 SP;
- Plataformas digitais;
- Associativismo;
- Legislação ambiental urbana;
- Missão Dubai; e
- Alterações do uso e gestão do FGTS.



## Gestão das proposições da Câmara



## Avaliação geral das reuniões



## Comunicações da Câmara

### CBCSI: Empresários devem continuar investindo no Brasil

O presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), José Roberto Tadros, previu que “no momento em que a economia brasileira começar a deslançar, um dos setores que mais vão receber investimentos é o da área imobiliária”. Ao participar, em 29 de maio, da reunião da Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI), em Brasília, Tadros incentivou os empresários e disse que “se depender da CNC, o Brasil continuará crescendo”.

Segundo o presidente da Confederação, os empresários têm participado do processo “em que se procura resgatar uma dívida social muito grande com milhões de brasileiros que vivem à margem da vida econômica. Não se pode esquecer que a casa própria é uma instituição. Todos sonhamos em ter nosso próprio imóvel”.

Tadros afirmou que o que se precisa é melhorar a renda do povo, “olhando para o crescimento de um país que se manifesta como capitalista. E no capitalismo não se pode permitir que mais de 13 milhões estejam desempregados e 50 milhões vivam à margem do consumo. O capitalismo deslançou, mas ainda o exercemos de forma envergonhada. O brasileiro quer capitalismo, mas não quer lucro porque é feio e é pecado. Não é isso o que queremos”, enfatizou.

### RETOMADA DAS CÂMARAS

O vice-presidente administrativo, Luiz Gastão Bittencourt, também participou da abertura da reunião, destacando a



Imagem: Paulo Negreiros

Pedro Wähmann, coordenador da Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários: apoio é fundamental para crescimento do setor

importância da retomada que está sendo feita no trabalho das Câmaras do Comércio: “Estamos dando total apoio, por meio da área técnica da Confederação, às ações desses órgãos consultivos da Presidência. Além disso, as Câmaras fazem a ligação com os presidentes das federações, a quem são mostrados os desdobramentos das discussões, para que possam reverberar nos estados e trazer suas colaborações ao



Ao microfone,  
José Roberto Tadros,  
presidente da CNC:  
Brasil vai continuar  
crescendo



Imagem: Paulo Negreiros

trabalho de defesa de interesses que a entidade desenvolve nacionalmente.”

Gastão considerou importante reforçar o elo com o Sesc e o Senac, os braços operacionais do Sistema Comércio, no sentido de desenvolver ações de apoio ao trabalho das Câmaras. Gastão deu como exemplo cursos técnicos ou tecnológicos que o Senac possa oferecer às empresas imobiliárias para melhorar a produtividade e a competição de mercado.

## APOIO DA CNC

A presença do presidente Tadros e do vice-presidente Gastão na reunião “é uma demonstração muito assertiva do apoio que a direção da CNC dá ao trabalho dos sindicatos, que são as instituições que estão mais perto da base de representação do Sistema Comércio”, afirmou o coordenador da CBCSI, Pedro Wähmann. Esse apoio, segundo ele, “é fundamental para continuar defendendo o setor, buscando proposições positivas para o crescimento do mercado e interferindo em muitas propostas, seja do Executivo, seja do Legislativo, que possam trazer desconforto ou prejuízo às atividades empresariais”.

Aluguel via sites e aplicativos: Pedro Wähmann falou sobre a repercussão no mercado da entrada de plataformas digitais para aluguéis de imóveis. “Elas trouxeram um novo concei-

to de fazer negócio, às vezes não observando formalidades e obrigações legais a que as empresas físicas tradicionais estão sujeitas”, observou.

“Os sites e aplicativos”, acrescentou o dirigente, “chamam a atenção pela facilidade que oferecem para locação. Isso nos impulsiona para entender melhor o que essas plataformas trazem de competição e serve para que as locadoras que estão no mercado invistam para melhorar a sua agilidade operacional”, comentou.

“Não se pode perder de vista que elas atuam de uma forma não muito convencional na captação de novos clientes e, por meio da tecnologia, até de buscar interferência direta nos canais de comunicação com clientes nos portais das empresas. Por isso, procuramos avaliar para ver de que forma o setor pode se modernizar e também se defender de práticas que o setor tradicional do segmento imobiliário não está disposto a praticar para ganhar mercado”, concluiu Wähmann.

## CONDOMÍNIOS

O coordenador da área de Condomínios da CBCSI, Moacyr Schukster, do Secovi-RS, informou que estão sendo acompanhados 89 projetos principais, aos quais estão apensados 280. Do total de 369 proposições, 22 são consideradas prioritárias e 80 são ligadas a condomínios.



# Comunicações da Câmara

## CBCSI debate temas de interesse do setor imobiliário

Representantes do setor imobiliário estiveram reunidos, no dia 4 de dezembro, em encontro da Câmara Brasileira de Comércio e Serviços Imobiliários (CBCSI), realizado na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em Brasília. O evento, coordenado por Pedro Wähmann, presidente do Secovi Rio, debateu os principais temas que têm impactado o segmento.

Um dos destaques da reunião foi a apresentação do diretor executivo de Habitação da Caixa Econômica Federal, Matheus Sinibaldi, que falou sobre a atuação da instituição financeira no ramo imobiliário e se mostrou otimista com as projeções para o próximo ano. “Com o controle da inflação e juros menores, o mercado aponta um cenário adequado à retomada de investimentos. O desemprego também vem diminuindo no setor imobiliário e de construção civil, o que aumenta o índice de confiança do consumidor”, explicou.

O diretor da Caixa destacou também que o volume de crédito imobiliário fornecido pela instituição, ascendente desde 2016, é um dos principais vetores de crescimento e retomada do País. “Nos últimos anos, o nosso setor tem aquecido a economia e causado um impacto positivo no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Nós geramos infraestrutura, oportunidades em construção civil e seguradoras, aquecimento da indústria e comércio de móveis e eletrodomésticos, e impactamos outros vários setores que se beneficiam, direta e indiretamente, da Caixa, sendo o principal player desse segmento no Brasil”, afirmou.

Por fim, Sinibaldi observou que, mesmo que o cenário seja positivo, ainda há muito espaço para o crescimento do setor de habitações no País, que “tem como grande desafio a busca de novas alternativas de funding e investimentos”.

### ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO

Durante a reunião, também foram apresentadas proposições que tramitam no Congresso Federal e interferem diretamente no segmento imobiliário. O vice-presidente da Fecomércio-RS e presidente do Secovi-RS, Moacyr Schukster, explicou que atualmente 131 proposições devem ser monitoradas pelo grupo e chamou a atenção para os projetos que vão prejudicar o setor, caso sejam aprovados. “Há um projeto que propõe que o boleto referente às taxas de condomínio e outros encargos, como luz e água, contenha informações detalhadas sobre o que está sendo cobrado de cada unidade. É um projeto que apenas gera



Reunião da CBCSI na CNC/DF

Imagem: Paulo Negreiros

burocracia ao condomínio”, disse.

Outro exemplo citado por Schukster foi um projeto que determina alterações na forma de rateio do valor dos condomínios, retirando a autonomia dos condôminos de regular divisão de valores nas convenções de condomínio. Segundo o vice-presidente, “a prevalência da vontade dos condôminos de regularem suas decisões em assembleias, sem interferência legislativa, é o que defendemos acima de tudo”.

O coordenador da CBCSI, Pedro Wähmann, ressaltou que o frágil momento econômico do País exige que as proposições sejam pensadas para aquecer o mercado imobiliário. “A construção de novos imóveis significa multiplicação na economia em várias áreas, por isso, as leis devem ser feitas para impulsionar o segmento com praticidade”, concluiu.

### ASSOCIATIVISMO

Para finalizar a reunião da CBCSI, a presidente do Sindicato da Habitação de Minas Gerais (Secovi-MG), Cássia Ximenes, fez uma apresentação aos participantes sobre como as entidades sindicais podem angariar e manter associados, defendendo que o associativismo é o melhor caminho para os sindicatos imobiliários. “Associativismo e representatividade significam desenvolver o nosso trabalho de maneira mais próxima aos associados, com canais de comunicação mais diretos”, afirmou.

Ximenes ressaltou também que as entidades sindicais devem oferecer atrativos aos associados, citando como exemplo as universidades do mercado imobiliário, que oferecem uma série de cursos sobre o tema. “Além disso, nós devemos pensar estratégias para oferecer convênios, parcerias, certificações, congressos, palestras e outros produtos”, finalizou.



# Galeria de fotos







**CÂMARA  
BRASILEIRA**

**DE SERVIÇOS**

**CBS**

## COORDENADOR

LUIZ GASTÃO  
BITTENCOURT DA SILVA



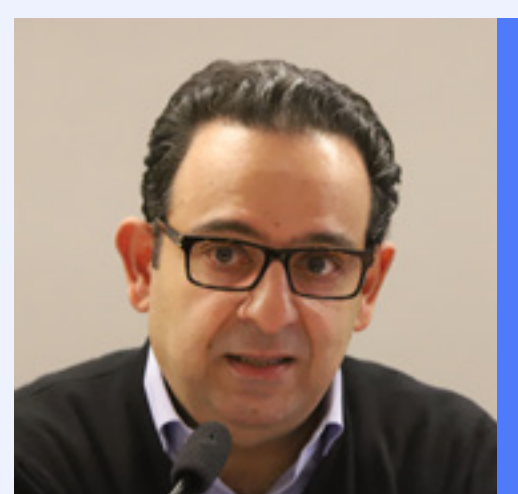
## SUBCOORDENADORES



Jeferson  
Furlan  
Nazário



Renato  
Fortuna  
Campos



Sérgio  
Approbato  
Machado  
Júnior

## QUANTIDADE TOTAL DE INTEGRANTES

Titulares: 30  
Suplentes: 19

## REUNIÕES EM 2019

07/05 – CNC/DF  
14/08 – CNC/DF

## INTEGRANTES

Antônia Moura de Souza  
Artur Renato B. de Almeida  
Daniel da Silva Amado Felício  
Edgar Segato Neto  
Emerson José da Paixão  
Fabiano Barreira da Ponte  
Felipe Freire de Oliveira  
George Alexandre B. Costa  
Herval Dória da Silva  
João Flávio Sales Barbosa  
João Batista Diniz Júnior  
José Alcides dos Santos  
José de Alencar Leite Magalhães

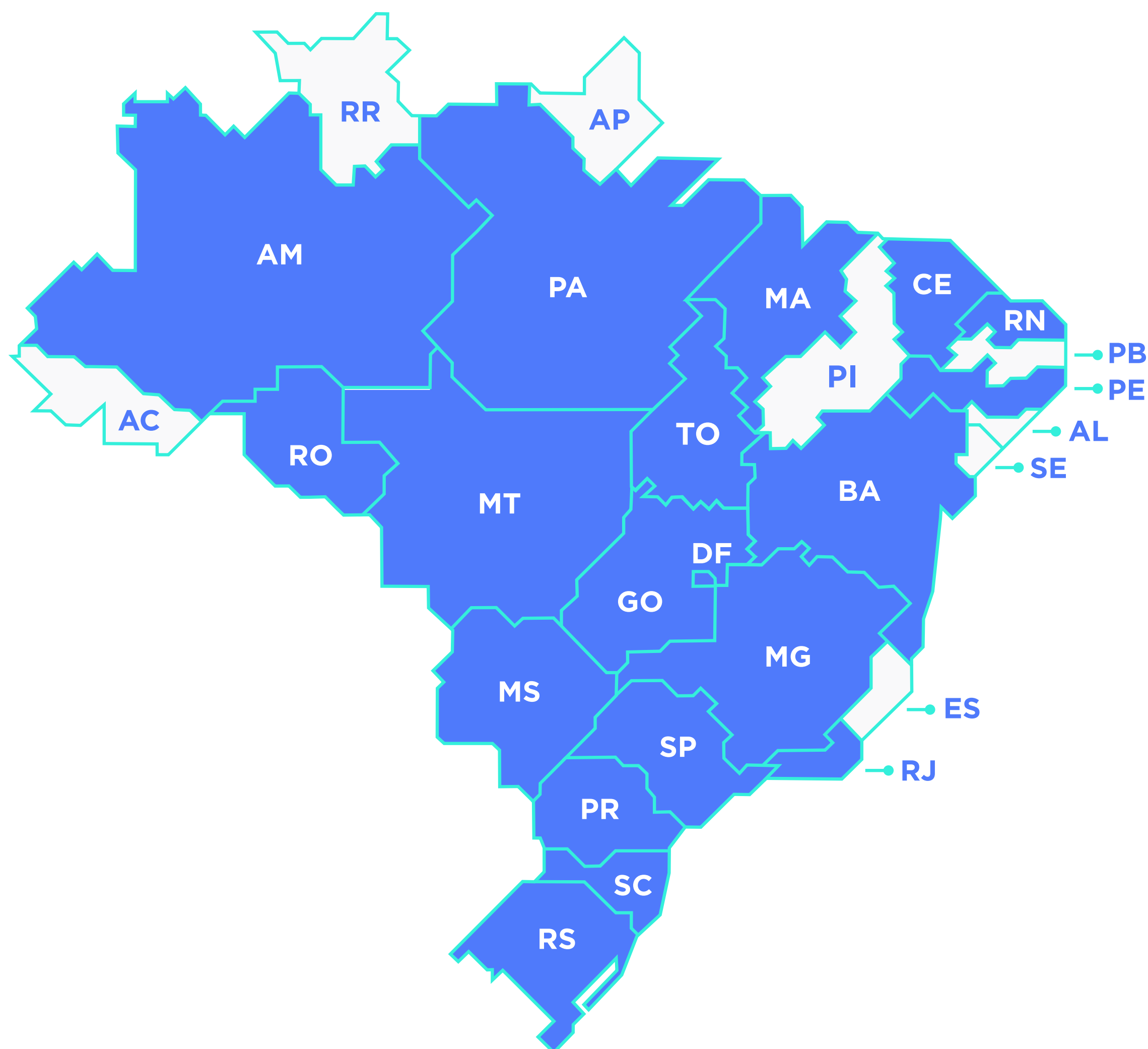
José Pereira Filho  
José William C. Ribeiro  
Luiz Otávio Rocha Neves  
Marcelo Francisco Chiodo  
Márcio Henrique V. Aguiar  
Mauro Kalinke  
Paulo Roberto dos Santos  
Raniery Araújo Coelho  
Ricardo André Duarte Santos  
Ricardo Garcia  
Rita de Cássia de Oliveira  
Robertus F. M. V. Doornik  
Romeu Capra

## SUPLENTES

Ademar Pacheco Lopes  
Alessandro Cadarso  
Cláudio Andreoli  
Davi Aparecido Silva Pereira  
Diogo Chamun  
Francisco B. de Albuquerque  
Fernando José Goulart Mota  
Ivan Hermano Filho  
Jacymar Daffini Dalcamini  
João Guilherme Lima de Freitas

Joaquim de Castro Filho  
José Ribamar A. Garcia  
Josiane Izabel da Rocha  
Kassio Rodrigo Catena  
Luiz Fernando M. Bittencourt  
Luiz Rodrigues C. Filho  
Paulo César Nauiack  
Rogério Fonseca  
Wander Júnior de Carvalho

## ESTADOS INTEGRANTES DO SICOMÉRCIO





# Objetivos identificados

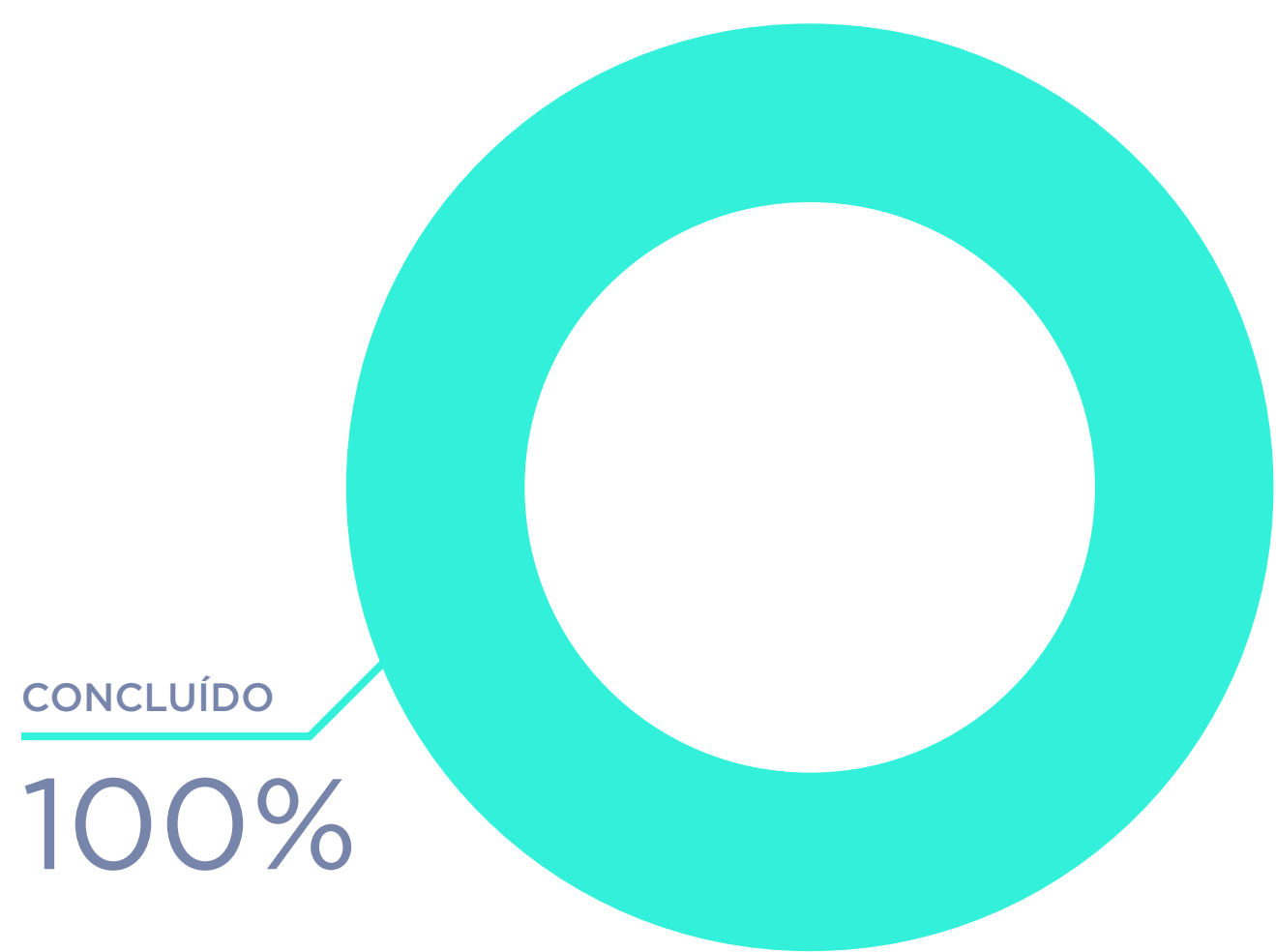
- Defender e desenvolver o setor de serviços (apoio, fomento, simplificação, desburocratização, desenvolvimento sustentável e auxílio ao governo na desoneração das folhas para geração de empregos diretos);
- Construção de propostas, por meio de pesquisas e estudos para o desenvolvimento do Setor Brasileiro de Serviços;
- Liberdade e melhoria do ambiente de negócios;
- Estabilidade econômica, respeito a livre iniciativa e segurança jurídica; e
- Aperfeiçoamento da legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

# Temas abordados nas reuniões

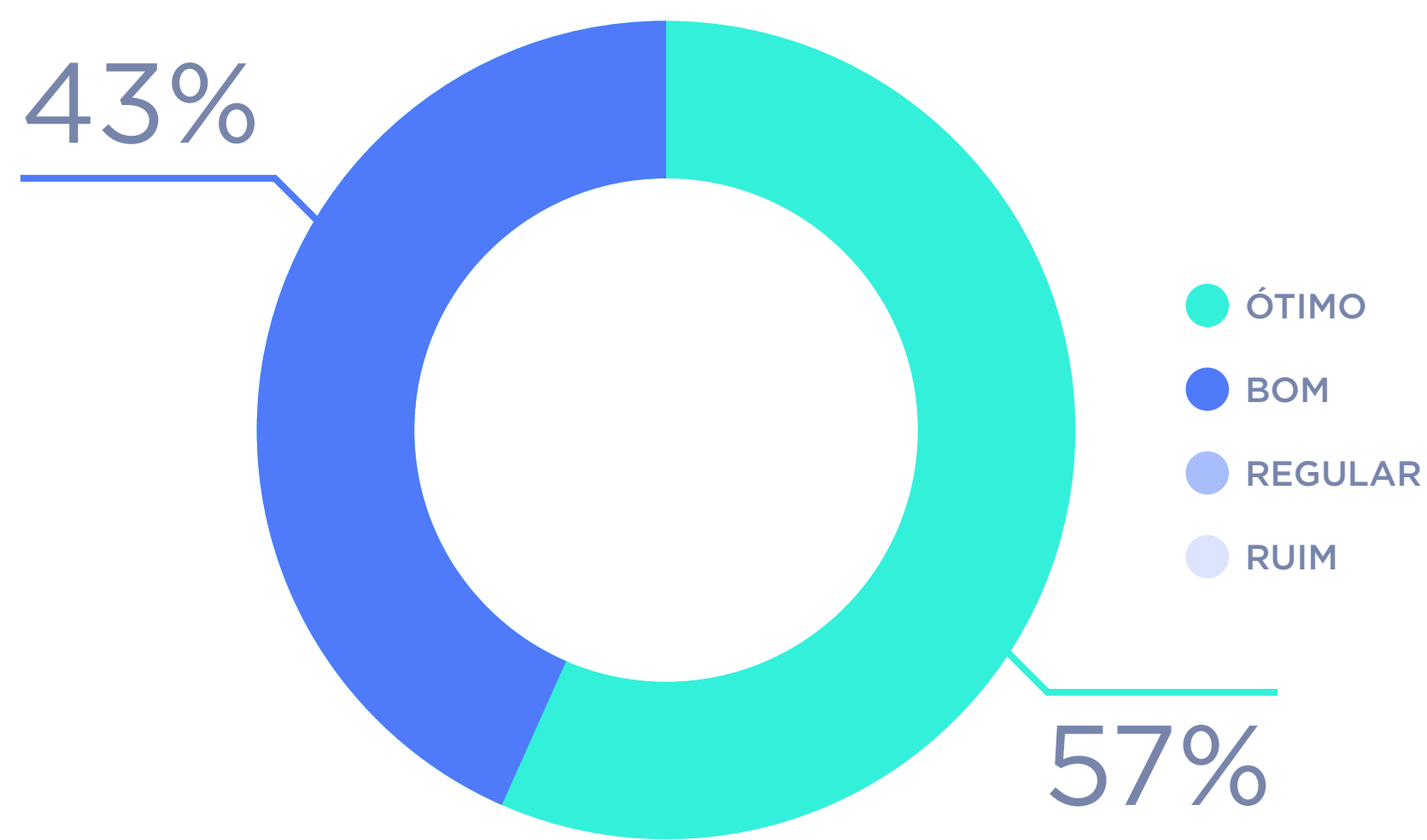
- Reforma trabalhista (realidade e futuras mudanças);
- Jovem aprendiz;
- Criação das Comissões de Conciliação, Mediação e Arbitragem;
- Estatuto da segurança privada – Substitutivo 6/16 (PLS nº 135/2010) – Institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras;
- Reforma da previdência (PEC nº 6/2019) – Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias e dá outras providências;
- Desburocratização nas empresas;
- Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024;
- Reforma tributária (burocracia e simplificação)
  - a) PEC nº 45/2019
  - b) PEC nº 110/2019
- Aumento de base de arrecadação (locação, intangível, cessão e licenciamento de direitos);
  - a) PEC nº 45/2019
- Aumento da Carga Tributária no Setor de Serviço (IBS)
  - a) PEC nº 45/2019
  - b) PEC nº 110/2019
  - c) PL nº 3.129/2019
- Apresentação dos impactos positivos da reforma trabalhista no setor de serviços;
- Proteção de dados, conforme Lei nº 13.853/2019 e Decreto nº 9.903 de 8 de julho de 2019;
  - a) Criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). Terá entre as competências zelar pela proteção dos dados pessoais, elaborar diretrizes para a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade e aplicar sanções em caso de tratamento de dados realizado de forma irregular; e
  - b) Transferência da responsabilidade pela gestão da política para a Controladoria-Geral da União (CGU), antes a cargo do Ministério da Economia. A partir de agora, a CGU será responsável também pela gestão da Política de Dados Abertos do Executivo Federal;
- Curso de Formação de Vigilantes; e
- Conade.



## Gestão das proposições da Câmara



## Avaliação geral das reuniões



## Comunicações da Câmara

### Câmaras do Comércio da CNC ficarão mais próximas das empresas

As Câmaras do Comércio da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) vão avançar no seu trabalho, aproximando-se ainda mais das empresas e investindo na sua defesa, servindo de alavanca para o desenvolvimento e o aumento da sua produtividade. O anúncio foi feito pelo vice-presidente administrativo da entidade, Luiz Gastão Bittencourt, ao abrir, na terça-feira (7 de maio), a primeira reunião do ano da Câmara Brasileira de Serviços (CBS), da qual passou a ser o coordenador.

Com esse foco, explicou, foi iniciada uma reformulação das Câmaras – órgãos consultivos da Presidência da CNC –, com a nomeação de novos coordenadores, que já realizaram um encontro preparatório para alinhar as estratégias de atuação. Só então foram retomadas as reuniões, inicialmente com as Câmaras de Gêneros Alimentícios e Produtos e Serviços Ópticos, e agora com a de Serviços.

A área de serviços precisa ser mais bem abrigada e compreendida, explicou o coordenador. “Quando o sindicalismo nasceu, a maior parte das nossas federações de comércio foi formada por presidentes de sindicatos oriundos do varejo ou do comércio de bens. Havia poucos dirigentes da área de serviços, até porque ligadas à CNC existem as federações nacionais desses setores”, historiou.

“Por ser empresário desse segmento e conhecê-lo muito bem, assumi a coordenação, adotando de imediato a inovação de subdividir o cargo em três subcoordenações: contábil, departamento cujo gerenciamento faz grande diferença na vida

das empresas; vigilância e segurança, que tem peculiaridades específicas; e asseio e conservação, que tem atuação bem além do seu nome, prestando serviços de locação de mão de obra em diversas áreas.”

Gastão explicou que são segmentos que têm em comum serem de serviço e terem a mesma base de tributação, embora com alíquotas diferentes. As subcoordenações darão a especificidade de cada atividade, fortalecendo sua atuação, aprimorando a competitividade e o desempenho das empresas.

### UNIDADE SINDICAL

Segundo o dirigente, os coordenadores de cada uma das Câmaras da CNC terão liberdade para criar ou não subcoordenações. “Eles têm a visão das diversas atividades dentro do mesmo segmento e terão discernimento para decidir sobre a conveniência de criá-las”, disse.

O importante, em sua opinião, é procurar, em conjunto com os integrantes dessas Câmaras – as associações e outras entidades nacionais e estaduais que estão debatendo os mesmos temas –, discutir a unidade sindical e integrá-los, direcionando, com mais força e foco, a defesa de interesses. “Nós buscaremos ter mais efetividade de ação. Os problemas que nós teremos que enfrentar são permanentes, e alguns pontos estão sendo discutidos de forma superficial”, enfatizou.

Gastão disse que um exemplo disso são as questões com a Receita Federal, que com frequência não concorda com argu-





Luiz Gastão  
Bittencourt (C)  
coordenou a primeira  
reunião da CBS no ano

mentos dos empresários, alegando que poderá perder arrecadação. “Mas ponderamos: e se for mudada a sistemática, cobrando os impostos das empresas de serviço sob a taxa de administração? Quantos empregos não seriam gerados? E quanto isso renderá em competitividade para o Brasil?”, questionou.

Para Gastão, é preciso rediscutir a estrutura atual. O que houve, a seu ver, foi um acomodamento geral, em que se quer controlar a arrecadação cobrando mais imposto de todas as atividades, “o que faz com que todas as atividades sejam penosas ao consumidor e, em consequência, para a sociedade”.

Na reunião, a CBS se posicionou no sentido de que a reforma tributária para o setor deveria incluir uma premissa importante: o reconhecimento do governo de que a tributação sobre as empresas que prestam serviços a terceiros deva ser sobre a taxa de administração e não sobre o total da fatura. “Só essa mudança traz uma economia relevante e aumento de emprego, mais do que qualquer outra ação”, argumentou Gastão.

“A Câmara precisa ser sempre proativa e, por isso, levará essa posição à Diretoria e ao presidente Tadros.”

## REFORMA TRABALHISTA

O advogado Guilherme Köpfer, da Divisão Sindical (DS) da CNC, fez um balanço dos efeitos da reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que entrou em vigor em novembro de 2017. O primeiro ponto que destacou foi a redução no volume de novas ações trabalhistas.

De acordo com dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST), entre janeiro e dezembro de 2017, as Varas do Trabalho

receberam 2,63 milhões de reclamações trabalhistas. Em igual período do ano passado, o número caiu para 1,72 milhão, diminuição de quase 40%.

Para Köpfer, o motivo foi o endurecimento das regras acerca da gratuidade de justiça. O Artigo 790, § 3º, da nova legislação, estabeleceu que a gratuidade é para aqueles que recebem menos de 40% do limite dos benefícios da Previdência Social (R\$ 5,8 mil), o que equivale a R\$ 2,3 mil; ou para aqueles que comprovarem insuficiência de recursos. Antes, bastava a simples afirmação de que o trabalhador não tinha condições de pagar as custas processuais.

Outro motivo, “talvez até mais impactante”, é a obrigatoriedade de pagar honorários ao advogado da empresa, mesmo em caso de vitória parcial. Esses honorários são calculados sobre o valor dos pedidos julgados improcedentes. Até então, o trabalhador podia optar pelo caminho de litigar, mesmo sem ter razão, pois não tinha qualquer repercussão econômica em sua vida.

O advogado da DS informou ainda que houve aumento no número de acordos extrajudiciais, homologados judicialmente. Isso é, na avaliação de Guilherme Köpfer, resultado da cultura negocial nas relações de trabalho introduzida com a reforma, prevendo mecanismo para a homologação de acordo extrajudicial materializado em petição conjunta do trabalhador e do empregador. “Essa previsão legal expressa no Art. 855-B da CLT trouxe segurança jurídica para o tema”, disse.

Nacionalmente, o número de acordos extrajudiciais saltou de 1.742, nos 12 meses anteriores à reforma trabalhista, para 33,2 mil no primeiro ano de validade das normas.



## RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Guilherme Köpfer falou sobre a criação na CNC, por ato do presidente José Roberto Tadros, da Câmara de Resolução de Conflitos Trabalhistas (CRCTrab), no âmbito da Comissão de Enquadramento e Registro Sindical do Comércio. O objetivo é coordenar e administrar a utilização da conciliação, da mediação e da arbitragem.

“A iniciativa vem ao encontro do espírito da reforma trabalhista de contribuir para a pacificação das relações de trabalho, procurando desestimular o litígio”, explicou. Dentro desse contexto, de acordo com o advogado, a CNC espera que os sindicatos e as Federações possam, no futuro, replicar, dentro das respectivas estruturas, Câmaras de Solução de Conflitos Trabalhistas.

## PROJETOS LEGISLATIVOS

O especialista executivo Reiner Leite, da Divisão de Relações Institucionais (DRI), falou sobre projetos de interesse em tramitação no Congresso, entre eles o Substitutivo nº 6/2016 ao PLS nº 135/2010 do Estatuto da Segurança Privada. A CNC, segundo ele, é favorável à proposição, mas com ressalva. “O substitutivo cria um regramento oportuno e razoável às empresas de segurança privada, trazendo segurança jurídica à sociedade civil e empresarial, para que possa cumprir a sua função social”, explicou.

A ressalva é quanto à supressão do Artigo 29, § 5º, que constava do texto aprovado na Câmara dos Deputados, em que o cumprimento da cota era vinculado ao quadro administrativo da empresa e não de todo o contingente efetivo da organização.

Já a PEC nº 293/2004, do Poder Executivo, é proposta prioritária para o setor empresarial, segundo Reiner Leite. Ela promove significativa simplificação no sistema tributário brasileiro, extinguindo dez tributos, e, em seu lugar, cria dois impostos sobre bens e serviços.

São extintos IPI, IOF, CSLL, PIS, Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide-Combustíveis, todos federais; ICMS estadual; e ISS municipal. Em seus lugares, surgem um imposto sobre o valor agregado, de competência estadual, chamado de Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), e um imposto sobre operações com bens e serviços específicos, de competência federal, chamado de Imposto Seletivo (IS).

## SESC E SENAC

Os técnicos Kelly Lima Teixeira, do Senac-DN, e Rommulo Barreiro, do Sesc-DN, apresentaram um trabalho sobre a atuação das duas instituições em relação ao Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece diretrizes, metas e estratégias

que orientam o planejamento das políticas públicas para educação no Brasil, com ações voltadas para a rede pública de ensino.

Mesmo não fazendo parte dessa rede, as instituições de ensino do Sesc e do Senac contribuem de forma significativa para que as metas previstas no plano sejam atendidas, buscando sempre a melhoria da qualidade da educação em nosso país. O Sesc possui 213 unidades educacionais em atendimento pelo Brasil. As escolas do Sesc atenderam em 2018 o total de 61.254 alunos. Destes, 31% (cerca de 19 mil) foram atendidos pelo Programa de Comprometimento e Gratuidade.

Já o Senac promoveu, em suas diversas áreas, 2.175.814 atendimentos em 2018. O Programa Senac de Gratuidade (PSG) representa o compromisso social da entidade com a ampliação do acesso aos cursos de Educação Profissional do País, promovendo uma oferta gratuita de diversos cursos de formação inicial e continuada e de educação profissional técnica de nível médio, destinados, especialmente, ao público de baixa renda.

## PROTEÇÃO DE DADOS

O analista Carlos Henrique Silva Cunha, da Gerência Executiva de Tecnologia da Informação, falou sobre “Proteção de dados na era digital”. Segundo ele, a proteção de dados pessoais é tratada como direito fundamental desde a Constituição Federal, passando pelo Marco Civil da Internet. “A nova Lei de Proteção de Dados Pessoais (nº 13.709/2018) vem para suprir a falta de uma legislação específica de regulamentação do tema e incluir o Brasil no grupo de países com tais lei”, afirmou.

Ele explicou que, além de conferir mais transparência ao processo e garantir o direito do usuário de ser o proprietário dos seus dados, a Lei permite que o cidadão tenha controle sobre como suas informações são utilizadas por organizações, empresas e governo. O objetivo, acrescentou, é estabelecer padrões mínimos a serem seguidos quando ocorrer o uso de um dado pessoal, como a limitação a uma finalidade específica, a criação de um ambiente seguro e controlado para seu uso e outros, garantindo às pessoas as decisões fundamentais a esse respeito.

Na avaliação de Carlos Henrique Cunha, o impacto maior de uma lei sobre proteção de dados pessoais é o equilíbrio de poder sobre a informação pessoal existente entre o titular dos dados pessoais e aqueles que os usam e compartilham, agora chamados de controladores e processadores. A seu ver, empresas de diversos segmentos serão obrigadas a rever seus processos internos de tratamento de dados pessoais com o objetivo de atuar de forma precisa em todo o ciclo de vida desses dados e, dessa forma, estarem aderentes à Lei, sob pena de restrições no fornecimento do serviço e multas expressivas.



# Câmara de Serviços da CNC debate projetos de reforma tributária

O vice-presidente Administrativo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Luiz Gastão Bittencourt, considera a reforma tributária a mais importante das reformas de que o Brasil precisa. Ao coordenar a reunião da Câmara Brasileira de Serviços (CBS), em 14 de agosto de 2019, ele afirmou ser favorável a uma reforma que possa ampliar a base de contribuintes, mas que tenha tributos com alíquotas justas e que haja um diferencial por setor e atividade e não deixar livre para que o governante possa estabelecer qualquer alíquota.

Segundo ele, no encontro, realizado na sede da entidade, em Brasília, ficou clara a apreensão dos empresários do segmento com as três propostas em debate, no Congresso Nacional. “Todas elas acabam onerando, e muito, o setor, o que poderá causar desemprego, maiores custos e mais descontinuidade de algumas empresas”, alertou.

Das três propostas em tramitação no Legislativo, nenhuma delas traz para a economia, de fato, uma reforma tributária, na avaliação do dirigente. “Elas, na realidade, estão tratando de simplificação tributária, pois mantêm a mesma carga tributária e, na prática, têm uma preocupação muito maior de manter o atual *status quo* da estrutura tributária. Nenhuma delas significará, de fato, uma reforma real, que traga o Brasil para aquilo que considero necessário: favorecer quem empreende, movimentar a economia e defender o livre mercado.

## CNC SE MOBILIZA

A CNC está se mobilizando para participar ativamente da construção de um sistema tributário nacional menos complexo do que o que está em vigor. “O presidente da Confederação,

José Roberto Tadros, está liderando pessoalmente essa iniciativa. Ele montou um comitê de trabalho, que tem à frente o ex-ministro da Fazenda e consultor econômico da Presidência, Ernane Galvêas”, anunciou o vice-presidente.

Integrado por técnicos de todas as áreas da CNC, o comitê já está estudando o conteúdo das três propostas que estão no Congresso e alternativas a elas, para que a entidade possa se posicionar. As manifestações da Câmara de Serviços e das demais Câmaras do Comércio da CNC serão encaminhadas a esse comitê para que ele tenha, dentro dos seus estudos, subsídios e informações sobre o que pensam os empresários brasileiros. Consolidado, esse material vai nortear a posição que o presidente Tadros tomará em nome da Confederação.

Luiz Gastão diz que não há prazo definido para o trabalho do grupo ser entregue. Ele acredita que, ao fim, se tenderá a uma nova Proposta de Emenda à Constituição (PEC), partindo da busca do que há de melhor em cada um dos três projetos que estão no Congresso, sempre com o foco de ampliar a base e reduzir a carga.

## PROJETOS

Para Reiner Leite, especialista executivo da Divisão de Relações Institucionais da CNC, o cenário é positivo no Congresso Nacional, no sentido de alterar o sistema tributário vigente e trazer incentivos fiscais e maior segurança jurídica para as empresas. Assim, a seu ver, logo o mercado se tornará mais atrativo para o capital estrangeiro, acabará com a informalidade e gerará novos postos de trabalho.

Reiner Leite ressaltou que, à medida que a reforma da Previdência avança no Parlamento, a pauta da reforma tributária co-

Imagem: Paulo Negreiros



Luiz Gastão (C) anunciou que a CNC está mobilizada na construção de um sistema tributário nacional menos complexo



meça a ocupar espaços na agenda das duas casas legislativas: “O nosso sistema tributário é caótico e dificulta a ampliação de investimentos, afasta as empresas estrangeiras, impossibilita o desenvolvimento pleno da livre-iniciativa e prejudica a retomada da economia.”

Durante sua exposição, Reiner Leite detalhou as principais Propostas de Emendas à Constituição em tramitação no Congresso: PEC nº 293/2004, PEC nº 110/2019 e PEC nº 45/2019.

Em suma, as propostas se dispõem a estabelecer a simplificação do sistema tributário, com foco na tributação sobre o consumo. Além disso, visam extinguir os principais tributos da cadeia produtiva, substituindo-os pelo imposto seletivo (IS), de competência estadual, serão não cumulativos e não integrarão sua própria base de cálculo. Incidirão nas importações, mas conferem imunidade às exportações. Outro imposto previsto nas propostas é o Imposto de Bens e Serviços (IBS), que pretende ser um imposto sobre valor agregado, afastando-se da ideia de tributar a mera circulação da mercadoria.

Com relação à incidência de tal tributo para o setor de serviços, Leite informou que as empresas prestadoras de serviços têm poucos créditos passíveis de compensação. Logo, caso não sejam fixadas alíquotas diferenciadas para o setor de serviços, poderá ocorrer aumento da carga tributária para o referido setor.

## SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ary Jorge Soares, advogado da Divisão Jurídica, destacou que as propostas têm objetivo comum, que é de racionalizar e simplificar a tributação brasileira, com a eliminação de tributos e a criação do IBS, que incidirá e tributará basicamente o consumo. Ressaltou, ainda, que, se criado, o IBS substituirá cinco tributos que incidem diretamente sobre a cadeia produtiva, de competência de entes federativos diversos.

Um dos maiores desafios da proposta, segundo Ary Jorge, será a adequação dessas normas ao princípio do pacto federativo, uma vez que o atual sistema tributário é inegavelmente mais favorável aos entes da Federação, pois têm autonomia legislativa para criar tributos, o que poderá até mesmo encerrar em questionamentos judiciais.

O advogado enfatizou que não há como deixar passar esse momento para se fazerem as alterações no sistema tributário brasileiro, o que simplificará a vida dos contribuintes e do próprio Estado, uma vez que a nova proposta eliminará todos os regulamentos estaduais de ICMS, o regulamento do IPI e mais de cinco mil regulamentos relacionados ao ISS, além das legislações inerentes ao PIS/Cofins.

## AVANÇO DO DEBATE

Já o economista Antonio Everton Chaves Junior, da Divisão Econômica da CNC, disse ter expectativa de que o debate sobre a questão tributária no Congresso avance, “pois será positivo

para o setor produtivo”. De seu lado, acrescentou, a CNC está se posicionando, “e é preciso que faça isso”. Por sua vez, o governo está fazendo o dever de casa, “e se não o fizer dificilmente teremos um desenvolvimento sustentável como o Brasil exige”.

Ele analisou a situação econômica do Brasil, revelando que o índice IBC-Br do Banco Central indica taxa de PIB negativa no segundo trimestre. As expectativas do início do ano eram elevadas, “mas agora o que se vê é um país numa pasmaceira muito grande. O remédio do ajuste fiscal é doloroso, recessivo, mas absolutamente necessário. O governo está fazendo isso, procurando equilibrar as contas”.

Para Antonio Everton, a economia, em termos de resultados macroeconômicos, está muito ruim por não ter suporte para crescer, além da expectativa empresarial negativa em relação ao comportamento da atividade econômica. “Desde 2017, o crescimento não evoluiu com consistência. Tem sido, na verdade, píffio”, avaliou.

Uma das propostas do governo para melhorar as suas contas, segundo o economista, é o Projeto de Lei nº 3.129/2019, que atualiza os valores da tabela e das deduções do Imposto de Renda da pessoa física e modifica as alíquotas de tributação do Imposto de Renda da pessoa jurídica, entre outros itens.

Na prática, a seu ver, o governo quer taxar mais quem recebe mais e menos de quem recebe menos, uma espécie de socialização para pagamento de impostos, na medida em que a maioria dos assalariados se encontra abaixo dos R\$ 10 mil como renda mensal.

## PROTEÇÃO DE DADOS

O advogado Ary Jorge Soares, que participou por videoconferência na sede da CNC/RJ, esclareceu aos membros da Câmara a importância da chegada da Lei Geral de Proteção de Dados, em vigor a partir de meados de agosto de 2020, que submeterá todas as pessoas físicas e jurídicas a cumprir suas determinações.

A norma estabelece requisitos que deverão ser observados quando do recolhimento, processamento e uso de dados pessoais em suas estruturas. A norma se aplica também às pessoas jurídicas de direito público que venham a realizar qualquer tipo de tratamento de dados.

A intenção do legislador é garantir a proteção aos dados pessoais obtidos, respeitando os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, entre outros, que possam ser eventualmente violados pela má utilização das informações. A chegada dessa norma provocará, necessariamente, mudanças de cultura no dia a dia das empresas, previu o assessor jurídico.

Além dos cuidados em relação aos dados obtidos de seus clientes e produtos, haverá a necessidade de se observarem as questões internas das empresas, em especial os dados de seus colaboradores, que também estão protegidos. “Vale lembrar que a Lei Geral da Proteção de Dados, ao criar uma regulamentação para o uso, proteção e transferência de dados pessoais,



nos âmbitos privado e público, estabelece responsabilidades e penalidades para o uso indevido dessas informações, impondo multas que podem chegar a até R\$ 50 milhões.”

Soares destacou a criação do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, composto por 23 representantes de órgãos. Ele chamou a atenção para a possibilidade de que três confederações sindicais representativas das categorias econômicas do setor produtivo indiquem um representante. A CNC, se assim entender sua Diretoria, poderá fazer uma indicação.

Ary Jorge Soares informou, por fim, que a CNC já tem um esboço da Cartilha da LGPD, que servirá como orientação aos empresários, sindicatos, federações e demais entidades ligadas à CNC.

## CONADE

O advogado Fernando Cesar Thiago de Mello, da Divisão Jurídica da CNC, falou sobre a atual situação do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade). Ele foi questionado pelo presidente do Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da Confederação, Alexandre Sampaio, por conta da edição do Decreto nº 9.759/2019, que extinguiu vários colegiados, comissões e conselhos do governo federal.

Mello informou que o Conade atravessa uma situação peculiar. Embora não haja ainda uma confirmação formal por parte da Advocacia-Geral da União, o entendimento predominante entre os conselheiros tem sido de que a medida cautelar deferida parcialmente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.121, requerida pelo Partido dos Trabalhadores, abrangeu também o Conade, afas-

tando, assim, mesmo que momentaneamente, a sua extinção.

O presidente da Confederação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), Sérgio Approbato, perguntou como seria recebida no Conselho a eventual atuação do Senac em cursos para a formação de vigilantes.

Para o assessor da DJ, a atuação seria bem recebida, “até mesmo como uma demonstração de boa vontade do empresário na formação e qualificação de mão de obra de pessoas com deficiência”.

## FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PRIVADA

Kelly Teixeira, assessora técnica da Diretoria de Educação Profissional do Departamento Nacional do Senac, falou sobre formação profissional no segmento de segurança privada. Segundo ela, é um mercado de trabalho promissor, de cerca de 700 mil trabalhadores, caracterizado por amplo crescimento, tendo em vista o aumento da violência e as deficiências da segurança pública.

O Senac atua na formação profissional para o setor de segurança privada, com cursos de qualificação e aperfeiçoamento nas áreas de segurança eletrônica, vigilância patrimonial, normas regulamentadoras, gerenciamento de risco e projetos de segurança. Kelly explicou que se trata de um segmento extremamente regulamentado por lei, decreto e portaria, que estabelecem diversos requisitos para a formação e o exercício da profissão.

A técnica anunciou que o Senac Ceará vai inaugurar em breve uma Escola de Formação de Vigilantes. Serão oferecidos vários tipos de curso para atender à demanda do mercado, entre os quais, formação e reciclagem para vigilantes.



# Galeria de fotos







**CÂMARA  
BRASILEIRA**

**DO COMÉRCIO  
EXTERIOR**

**CBCEX**



## COORDENADOR

RUBENS TORRES MEDRANO



## INTEGRANTES

Adilson Puertes  
Almir Batista de Santana  
André Guimarães de Castro  
Cláudio do Carmo Chaves  
Darci Piana  
Denis Oliveira Cavalcante  
Edevaldo Xavier de Oliveira  
Egídio José Garó  
Guilherme B. Pereira Tostes  
Henry Uliano Quaresma  
Ivan Hermano Filho  
José Augusto de Castro  
José Marconi M. de Souza  
Júlio César Itacaramby  
Júlio Cezar Gasparelo  
Leonardo Casares  
Levino Luiz Crestani  
Luiz Fernando M. Bittencourt  
Marcílio Rodrigues Machado  
Marcos Paulo Lima da Silva  
Nívio Perez dos Santos  
Rony Anderson de A. Rezende  
Rudi Marcos Maggioni  
Sérgio Hajjar  
Sérgio Roberto de M. Cirne

## OUTROS INTEGRANTES

AEB

## SUPLENTES

Alessandro Cadarso  
Alexandre Magno de Moura  
David Ronaldo Bentes de Oliveira  
Eduardo Moraes de Castro  
Enéias Leonardo C. Borges  
Francisco Antônio de Almeida  
Francisco José M. da Cruz  
Herculano A. A. Azevedo

Igor Macedo Lucena  
Marcelo Abrantes Silva  
Pedro de Marchi Calazans  
Rui Lemes  
Sandro Maurício Smaniotto  
Sidemar de Lima Acosta  
Wilson Gimenez

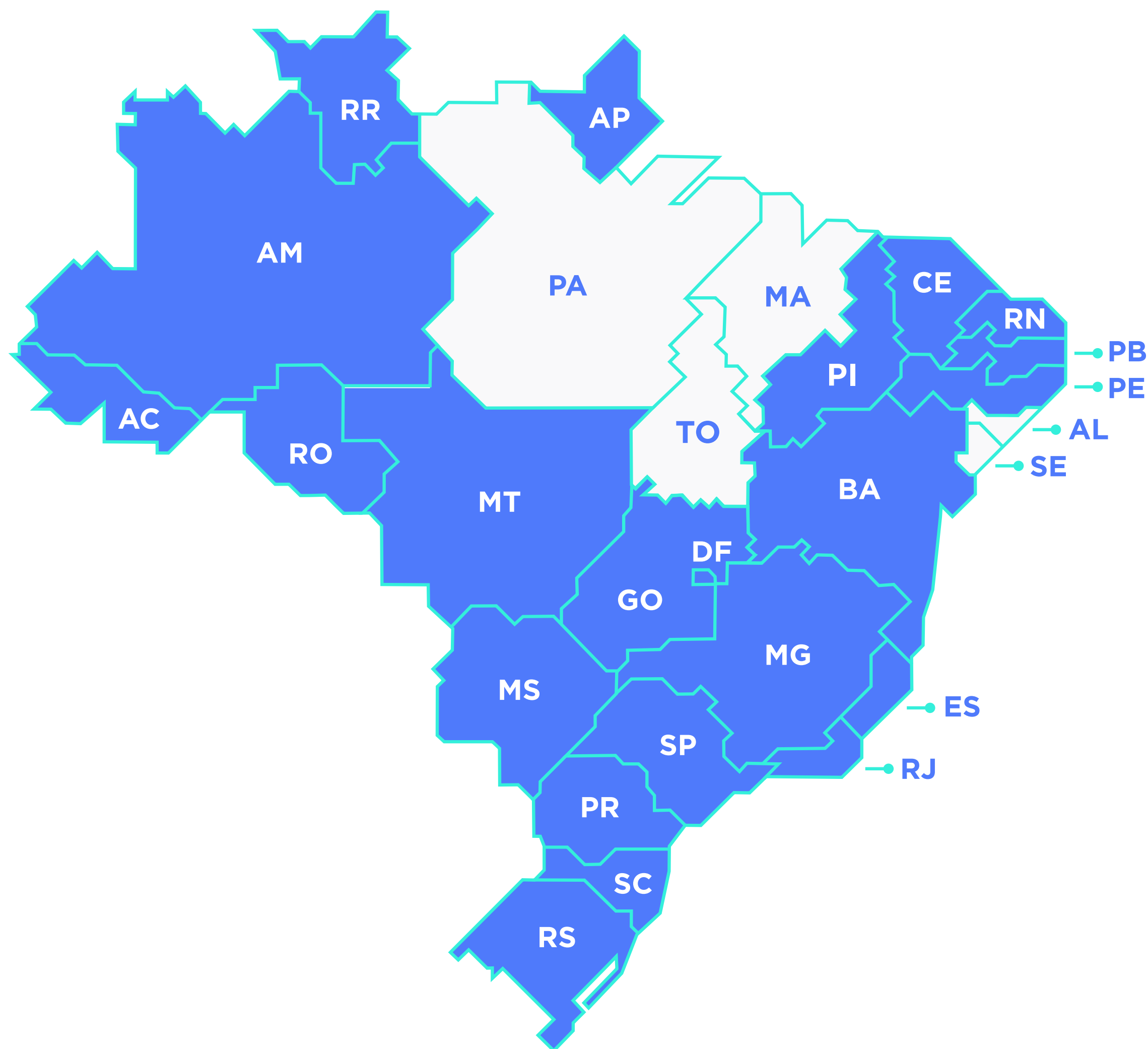
## QUANTIDADE TOTAL DE INTEGRANTES

Titulares: 26  
Suplentes: 15

## REUNIÕES EM 2019

30/05 – CNC/RJ  
19/09 – CNC/RJ

## ESTADOS INTEGRANTES DO SICOMÉRCIO





# Objetivos identificados

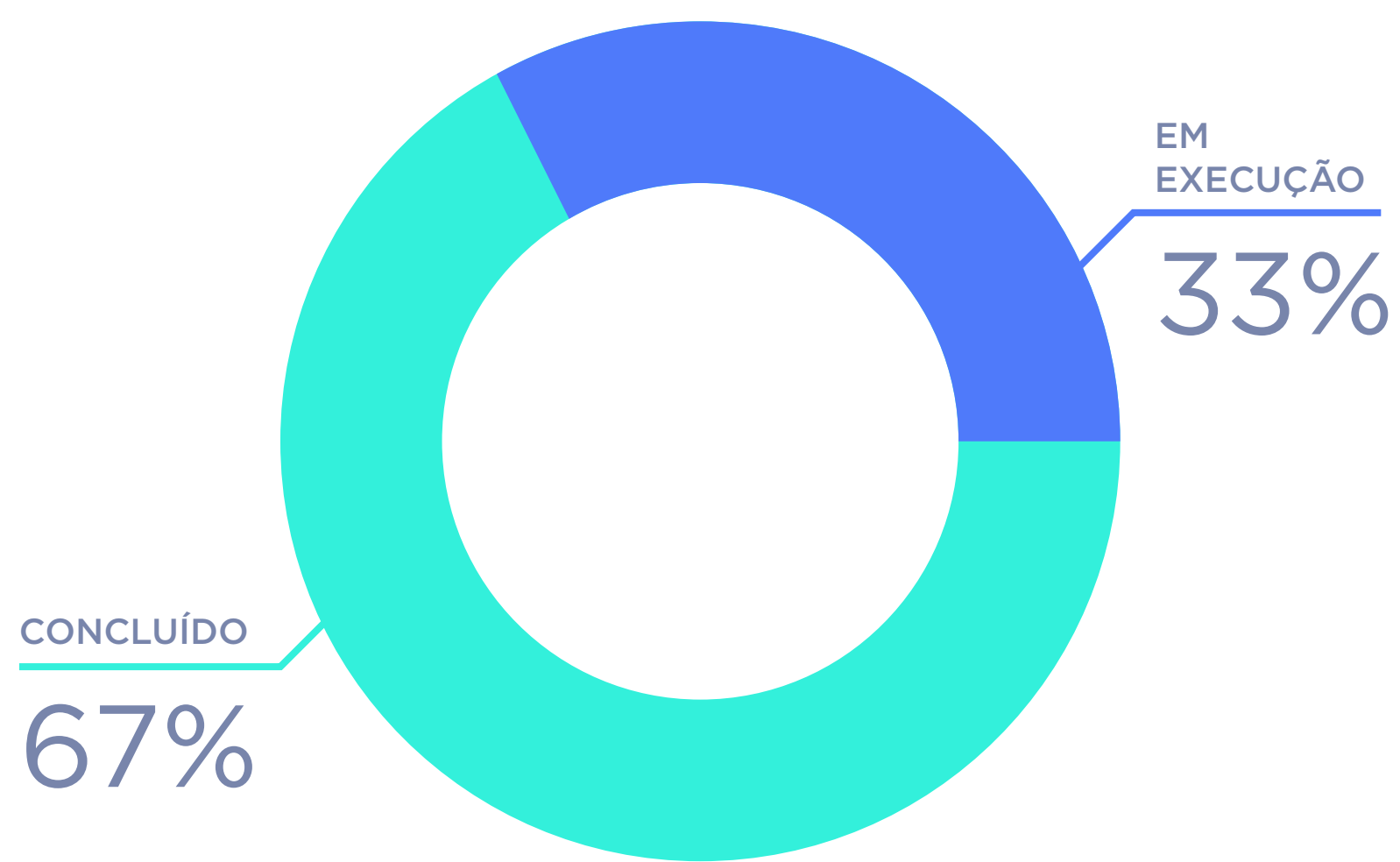
- Acompanhar e participar, conjuntamente com a Divisão de Relações Institucionais da CNC (DRI), das pautas do Poder Legislativo sobre matérias que abordem as questões de Comércio Internacional, participando com subsídios e sugestões elaboradas pelos membros da CBCEX;
- Prover, em parceria com a Divisão Econômica da CNC (DE), informações/planilhas de dados sobre o desempenho do Comércio Exterior Brasileiro;
- Interagir com as demais Câmaras Brasileiras do Comércio da CNC nos trabalhos que envolvam área de abrangência da CBCEX, no sentido de maior participação das empresas dos setores de bens e serviços nas atividades do Comércio Exterior;
- Atender às demandas de caráter operacional e normativo apresentadas pelos membros junto aos respectivos ministérios e órgãos públicos;
- Manter contatos com os Ministérios da Economia/Relações Exteriores e demais entidades governamentais que legislam e atuam em assuntos do segmento;
- Aprimorar e manter relacionamentos com outras entidades empresariais – CNI/CNA/CEB – em temas que envolvam o comércio internacional; e
- Colaborar com o Senac na criação de cursos de capacitação de mão de obra especializada em relações internacionais.

# Temas abordados nas reuniões

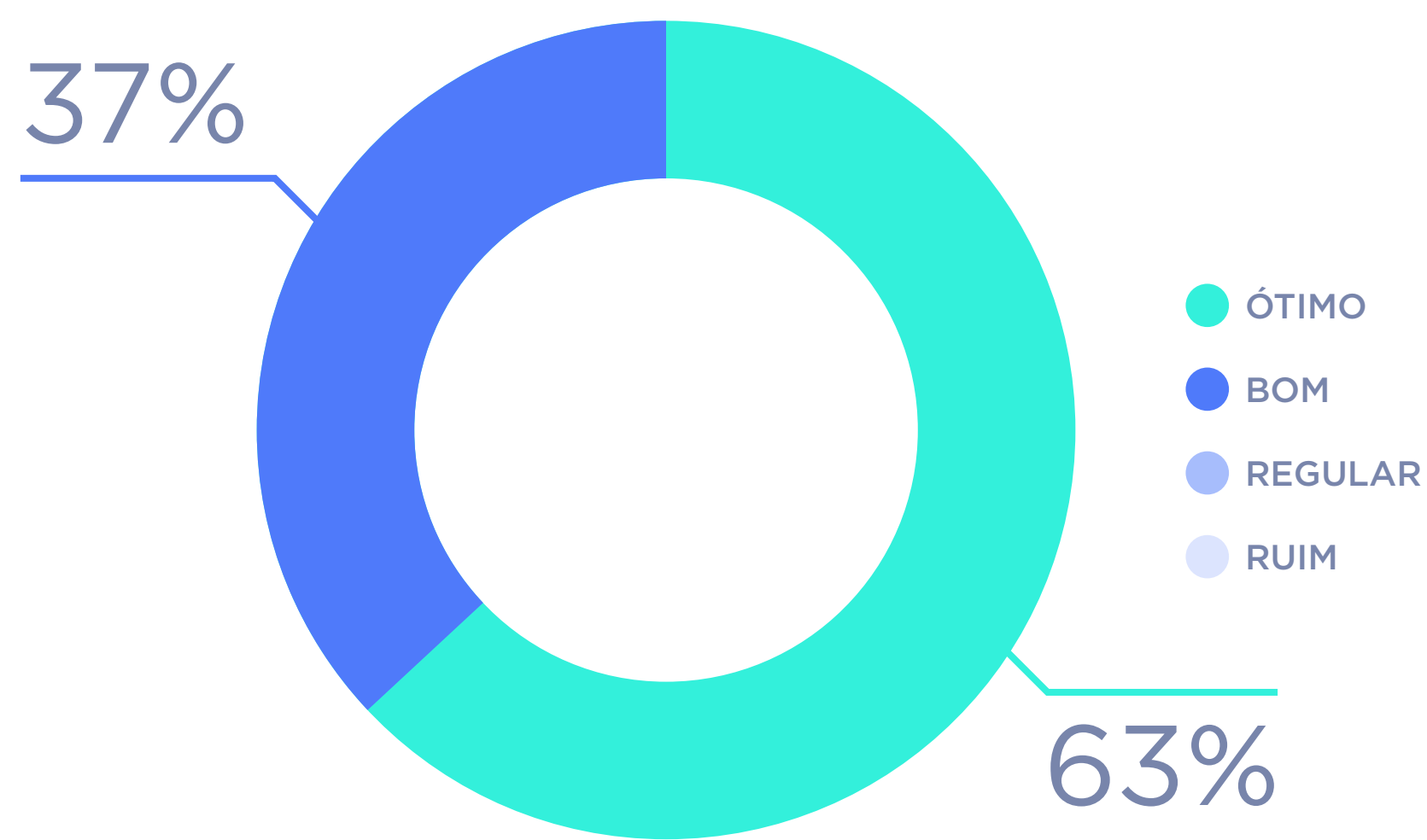
- Exposição dos trabalhos efetuados pela CBCEX;
- Planejamento das ações futuras da Câmara;
- Frente Parlamentar pela Abertura Comercial;
- Frente Parlamentar do Livre Mercado;
- Comércio internacional como indutor do desenvolvimento do comércio de bens, serviços e turismo;
- Apresentação do estágio atual das negociações sobre acordos comerciais;
- IN nº 1.893/2019 – (Redução de 18 para 6 meses no prazo de validade do Registro de importadores e exportadores) – Relato da visita ao subsecretário de aduana e relações internacionais da Secretaria Especial da Receita Federal;
- PL nº 717/2003 – Dispõe sobre a sujeição dos produtos importados às normas de certificação de conformidade da Regulamentação Técnica Federal e dá outras providências;
- PL nº 3.268/2019 – Dispõe sobre o exercício da profissão de despachante aduaneiro e de ajudante de despachante aduaneiro e dá outras providências;
- PLP nº 382/2017 – Autoriza a criação de sistema de registro e administração de garantias de comércio exterior brasileiro e dispõe também sobre a emissão da Letra de Comércio Exterior (LCE);
- PL nº 4.726/2016 – Altera o Art. 23 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para excluir as importações por conta e ordem de terceiros, bem como as importações por encomenda, da presunção de interposição fraudulenta nas operações de comércio exterior; e
- PLS nº 135/2016 – Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a Camex a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação.



## Gestão das proposições da Câmara



## Avaliação geral das reuniões



## Comunicações da Câmara

### CBCex: Comércio exterior brasileiro ainda luta para deslanchar

Burocracia e infraestrutura precárias. Dois obstáculos mortais para o comércio exterior brasileiro que voltaram à pauta da Câmara Brasileira de Comércio Exterior (CBCex) em sua reunião do dia 30 de maio, na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no Rio de Janeiro. E seguirão como temas prioritários ao longo de 2019, como ficou claro nos debates dos empresários, executivos, especialistas e técnicos que integram a Câmara, um órgão consultivo que subsidia a Presidência da CNC nas ações em defesa das empresas do setor.

“A CNC está muito ativa em sua atuação institucional e podemos contar com o suporte necessário para que as questões que envolvam o comércio exterior brasileiro tenham o encaminhamento necessário na Confederação”, disse o coordenador da CBCex, Rubens Medrano. De Brasília, por videoconferência, Luiz Gastão Bittencourt, vice-presidente administrativo da CNC, destacou a importância da CBCex. “Essa câmara, de certa forma, e, por sua composição, está apta a tratar de importantes questões que envolvem o comércio, como aspectos aduaneiros, normas e regulamentos do setor. Conforme orientação do presidente Tadros, a CNC dará o apoio necessário para que os temas aqui tratados e definidos tenham o melhor encaminhamento, tanto no legislativo quanto no governo”, disse Luiz Gastão Bittencourt.

Um dos aspectos mais abordados pelos integrantes da Câmara foi a burocracia que emperra os processos de liberação das mercadorias no processo aduaneiro, aliada à precariedade

da infraestrutura, com estradas em mau estado e portos ineficientes. “Somos a nona economia do mundo, mas estamos na 27ª posição em termos de comércio exterior. E os únicos culpados disso somos nós”, afirmou José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

Levino Crestani, da Fecomércio-RS, ressaltou que o Brasil está perdendo uma grande oportunidade com os entraves. “São coisas primárias, estradas ruins, burocracia e lentidão nas licenças. Como pensamos em melhorar nossas exportações com questões como essas sem uma boa solução?”, questionou.



Rubens Medrano, coordenador da CBCex: “A CNC está muito ativa em sua atuação institucional”

Imagem: Christina Bocayuva



# Câmaras do comércio mantêm pauta ativa em setembro

Em 19 de setembro, foi realizada a reunião da Câmara Brasileira do Comércio Exterior (CBCex), com a presença do coordenador-geral de Negociações Extrarregionais da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), Carlos Degrazia.

Segundo o coordenador da CBCex, Rubens Medrano, o encontro tratou do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia. Um dos pontos mais debatidos e elogiados foi o fato de o acordo ser bastante amplo e que deve provocar impactos positivos em todos os países do Mercosul.

O mercado interno do Mercosul também foi abordado, com evidência para o acordo automotivo entre Brasil e Argentina. O novo protocolo prorroga a vigência do acordo por tempo indeterminado.



Imagem: Diego Batista

Carlos Degrazia e Rubens Medrano, na CBCex



# Galeria de fotos





# CÂMARA BRASILEIRA

DO COMÉRCIO  
DE PRODUTOS  
E SERVIÇOS  
ÓPTICOS

**CBÓptica**



## COORDENADOR

ANDRÉ LUIZ RONCATTO



## INTEGRANTES

Adélia Cristina da Silva  
Akira Kido  
Alex Dias  
Antonio Josiel Santos Sousa  
Célia de Souza da Silva  
Claudênio Barbosa de Souza  
Getúlio Gomes de Azevedo  
Gustavo C. Morais  
Jodeon Sampaio da Silva  
José Alberto Pereira  
José Fernando Ferreira  
José Geraldo Corrêa Roque  
Marco Aurélio dos Santos  
Maria Aures A. dos Santos  
Otílio Neiva Coelho Júnior  
Paulo Cançado Gonçalves  
Roberto Tenedini  
Silvino José R. de Sousa  
Tarcísio Fernandes da Fonseca

## SUPLENTES

Alcilea da Silva Santos  
Carlos Eduardo F. Sardenberg  
Denério Rosales Neumann  
Elídio Yocikazu Sinzato  
Gustavo Henrique Pereira  
João Guimarães Pereira Neto  
Leandro Luiz Fleury Rosa

Luciano Pessoa Pereira  
Manoel Procópio da Silva  
Márcia Silva Alves  
Marco Aurélio Sousa Brito  
Maria Lucineide da Costa  
Rafael Cantini  
Roberto S. M. de Albuquerque

## QUANTIDADE TOTAL DE INTEGRANTES

Titulares: 20

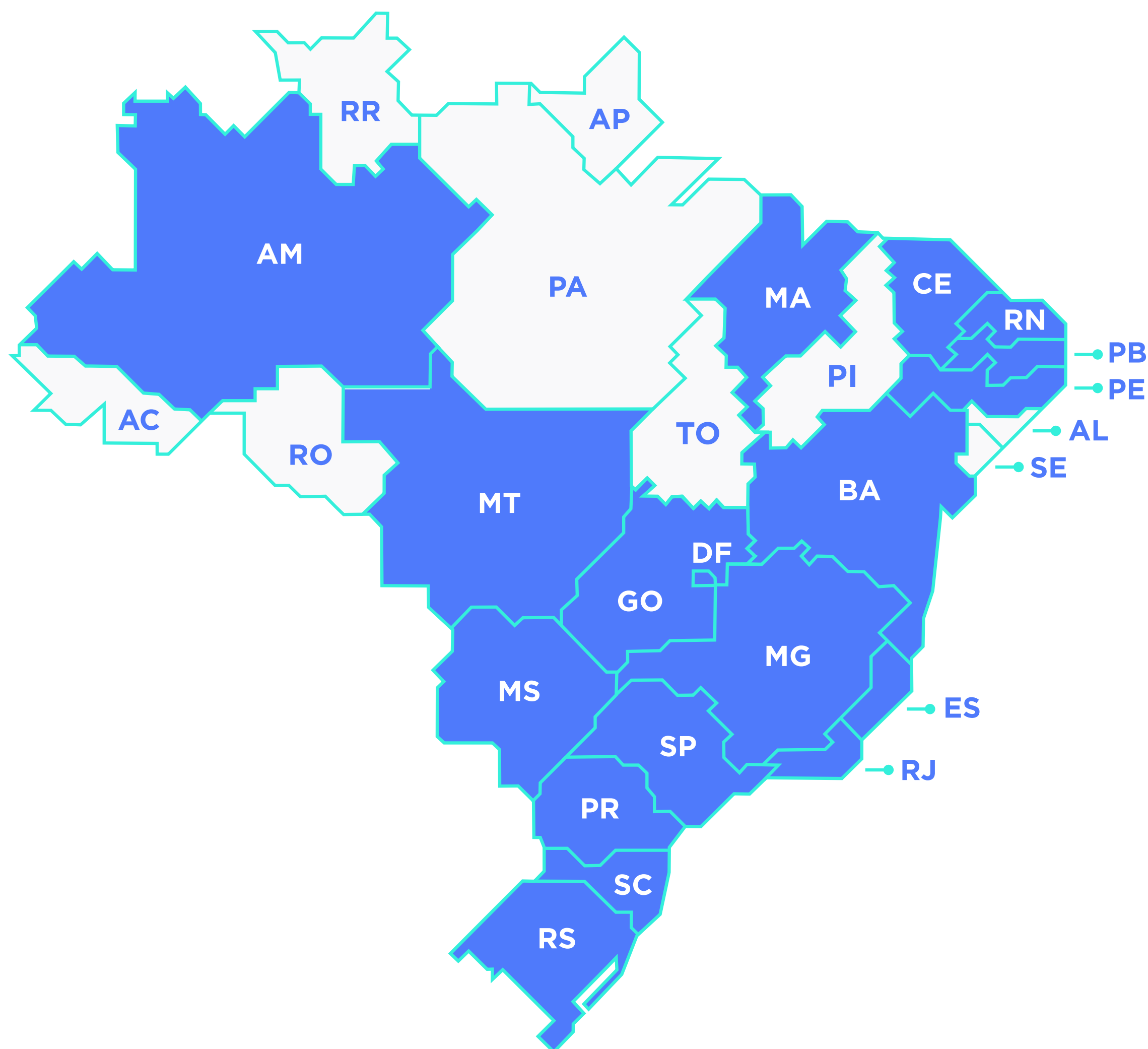
Suplentes: 14

## REUNIÕES EM 2019

26/04 – CNC/RJ

09/09 – CNC/RJ

## ESTADOS INTEGRANTES DO SICOMÉRCIO





# Objetivos identificados

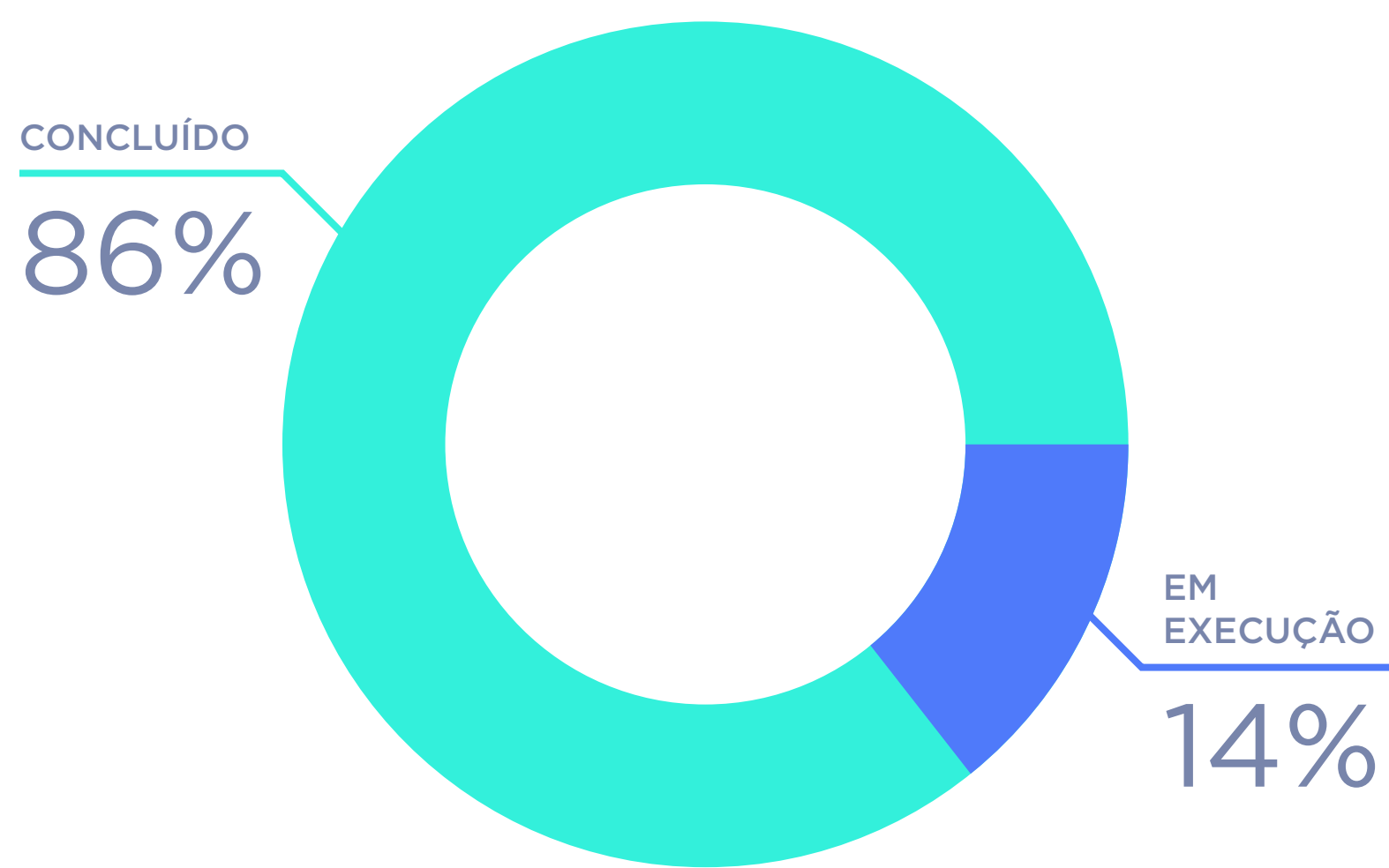
- Dar continuidade às ações que visam neutralizar os avanços crescentes do comércio informal;
- Canalizar esforços para aprovação do marco regulatório do comércio varejista de produtos ópticos;
- Buscar o realinhamento da classificação de risco para o produto óptico, além de manter o acompanhamento das proposituras nas esferas federais, estaduais e municipais que visem as normas legais diretamente ligadas ao setor;
- Promover e dar continuidade às iniciativas de conscientização da população sobre a importância da aquisição de produtos de qualidade comprovada;
- Qualificar profissionais ópticos por meio da modernização da oferta de formatos alternativos dos cursos de formação técnica pelo Senac Nacional adequadas às necessidades do varejo, principalmente com a implementação do curso de Técnico em Óptica no formato EAD; e
- Fortalecer as entidades representativas do varejo óptico, objetivo este estabelecido com ações de permanente integração e melhoria dos estabelecimentos ópticos.

# Temas abordados nas reuniões

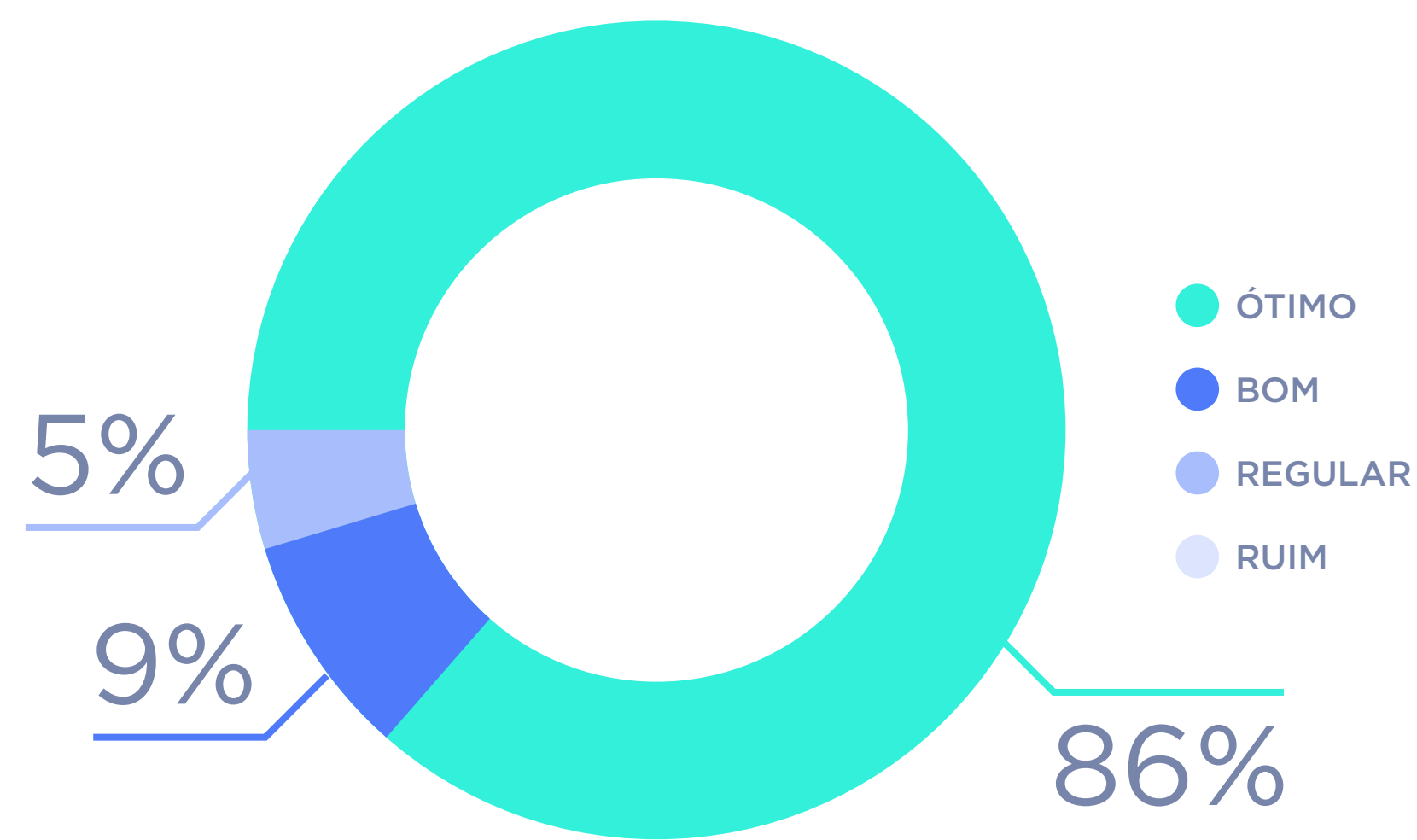
- SCD nº 07/2017 – Torna obrigatória a conformidade com as normas da ABNT das armações para óculos, óculos de proteção solar, blocos de lentes, lentes oftálmicas e lentes de contato;
- PL nº 7.412/2017 – Dispõe sobre a comercialização de produtos ópticos e o licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos e afins;
- PL nº 11.253/2018 – Veda a comercialização de produtos ópticos na condição que menciona;
- PL nº 10.054/2018 – Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para incluir as despesas com óculos de grau e lentes oculares corretivas nas deduções permitidas para efeito da apuração da base de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas;
- PL nº 2.118/2011 – Dá nova redação à alínea a do inciso II e ao inciso V do § 2º do Art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que “altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências”; apensado ao PL nº 3.479/2008;
- PL nº 2.135/2019 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de avaliação oftalmológica e o fornecimento de óculos para os alunos do ensino fundamental, médio e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da Rede Municipal e Estadual em âmbito nacional;
- PL nº 2.303/2019 – Proíbe a comercialização de lentes oftálmicas sem as especificações fixadas na legislação sanitária e de normatização metrológica correlata;
- Revisão do *Manual de Boas Práticas*;
- Fortalecimento e ampliação da representatividade óptica;
- MP nº 881 de 30/04/2019 – Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e estabelece garantias de livre mercado;
- Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim – classificou produto óptico na condição de “baixo risco”, impactando diretamente no crescimento do comércio informal com repercussão nas Visas Regionais;
- Apresentação da Comissão de Combate ao Comércio Informal. Formato, objetivos, representações, campanhas e ações de interiorização; e
- Processo de integração junto à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).



## Gestão das proposições da Câmara



## Avaliação geral das reuniões



## Comunicações da Câmara

Setor óptico fortalece proximidade com empresariado

Imagem: Christina Bocayuva



O vice-presidente Administrativo da CNC, Luiz Gastão Bittencourt, fala ao lado de André Roncatto, coordenador da CBÓptica

A Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realizou reunião no dia 26 de abril, no Rio de Janeiro. Além da apreciação dos principais pontos da pauta legislativa com impactos no setor, foram também discutidos o combate ao comércio informal de produtos ópticos e as ações para ampliar e fortalecer a representatividade empresarial.

O vice-presidente administrativo e coordenador das Câmaras do Comércio da CNC, Luiz Gastão Bittencourt, reforçou a importância do papel das Câmaras do Comércio para alinhar

a atuação da CNC, do Sesc e do Senac com as reais necessidades das empresas. “As Câmaras da CNC têm um papel fundamental para aproximar o Sistema Comércio do empresariado dos diversos segmentos representados”, disse Luiz Gastão, na abertura da reunião. “Essa é uma determinação do presidente José Roberto Tadros, tornar a CNC mais próxima do dia a dia dos empresários”, completou.

No caso da CBÓptica, Luiz Gastão Bittencourt observou a importante função a ser desempenhada pela Câmara, por exemplo, na contínua adequação e no redirecionamento dos cursos do Senac voltados para as empresas do setor. “Posso dizer com



convicção que o Senac tem um papel fundamental na formação dos profissionais do setor óptico do Brasil. Quem se forma ou se aperfeiçoa no Senac nessa área já sai, na maior parte dos casos, empregado”, afirmou o vice-presidente administrativo da CNC, lembrando que um profissional bem formado é fator de competitividade para a empresa que o contrata.

O coordenador da CBÓptica, André Roncatto, destacou o apoio da CNC para criar um ambiente favorável ao crescimento das empresas. “O trabalho integrado da Câmara, com as diversas áreas da Confederação, com o Sesc e o Senac, é fundamental para que possamos obter bons resultados. Estamos estimulados

a fazer o melhor em prol do setor, agora sob a liderança do presidente José Roberto Tadros, consolidando e ampliando as conquistas da gestão do presidente Antonio Oliveira Santos”, disse Roncatto.

Entre as ações discutidas na reunião, destaque para os principais projetos de lei acompanhados pela Assessoria Legislativa da CNC, como os que dispõem sobre a comercialização, conformidade e padronização dos produtos ópticos. Também foram abordadas a realização de uma campanha unificada nos estados voltada para a saúde ocular e a revisão do manual de boas práticas do setor, produzido pela CBÓptica e editado pela CNC.

## Câmaras do comércio mantêm pauta ativa em setembro

A economia informal e seus reflexos negativos na atividade produtiva foi o tema principal da reunião da Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos (CBÓptica), realizada em 9 de setembro. A apresentação sobre economia informal foi feita pelo vice-presidente da Fecomércio-RS, Daniel Amadio. A venda de produtos ilegais movimentou R\$ 1,17 trilhão.

As principais consequências são prejuízo ao comércio e à indústria, risco à saúde de consumidores, comprometimento da arrecadação tributária e reflexo negativo no mercado de trabalho. No segmento óptico, dos 24 milhões de óculos solares produzidos todos os anos no Brasil, sete milhões são ilegais.

Outro tema debatido na reunião foram os reflexos da Medida Provisória (MP) nº 881, que instituiu a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e estabelece garantias de livre mercado.



Imagem: Carolina Braga

André Roncatto coordenou a reunião da CBÓptica



# Galeria de fotos





# CÂMARA BRASILEIRA

DE PRODUTOS  
FARMACÊUTICOS

***CBFarma***



## COORDENADOR

LÁZARO LUIZ GONZAGA



## INTEGRANTES

Alex Cavalcante Garcez  
Álvaro Silveira Júnior  
Antônio Roberto Bonfim  
Armando Ahmed  
Benilton Gonçalves Diniz  
Carlos Bressan  
Carlos de Souza Andrade  
Edenir Zandoná Júnior  
Enildo Azevedo Pinheiro  
Felippe Terzezo  
Gladstone Nogueira Frota  
Hamilton Domingos Teixeira  
Herbert Almeida da Cunha  
João Aguiar Neto  
Joaquim Tadeu Pereira  
Lara de Souza Costa  
Leomar Rehbein  
Luzia Diva Cunha Dutra  
Marcelo Fernandes de Queiroz  
Maurício Cavalcante Filizola  
Natanael Aguiar Costa  
Ozeas Gomes da Silva  
Roberto M. do Bom Conselho  
Romildo Marcos Letzner

## SUPLENTES

Alessandro Cadarso  
Deivisson Teixeira Leão  
Francisco Ernani Rios Filho  
Francisco José dos Santos  
Jorge Alexandre S. da Silva  
Lucélia Souza da Silva  
Luiz Trindade Pinto  
Marcelo Amigo

Naylton Paes da Silva Júnior  
Nelcir Antonio Ferro  
Ricardo Ramão Cristaldo  
Rodrigo Vasconcelos de Lacerda  
Rodrigo Santos  
Rony Anderson de A. Rezende  
Wilson Galli

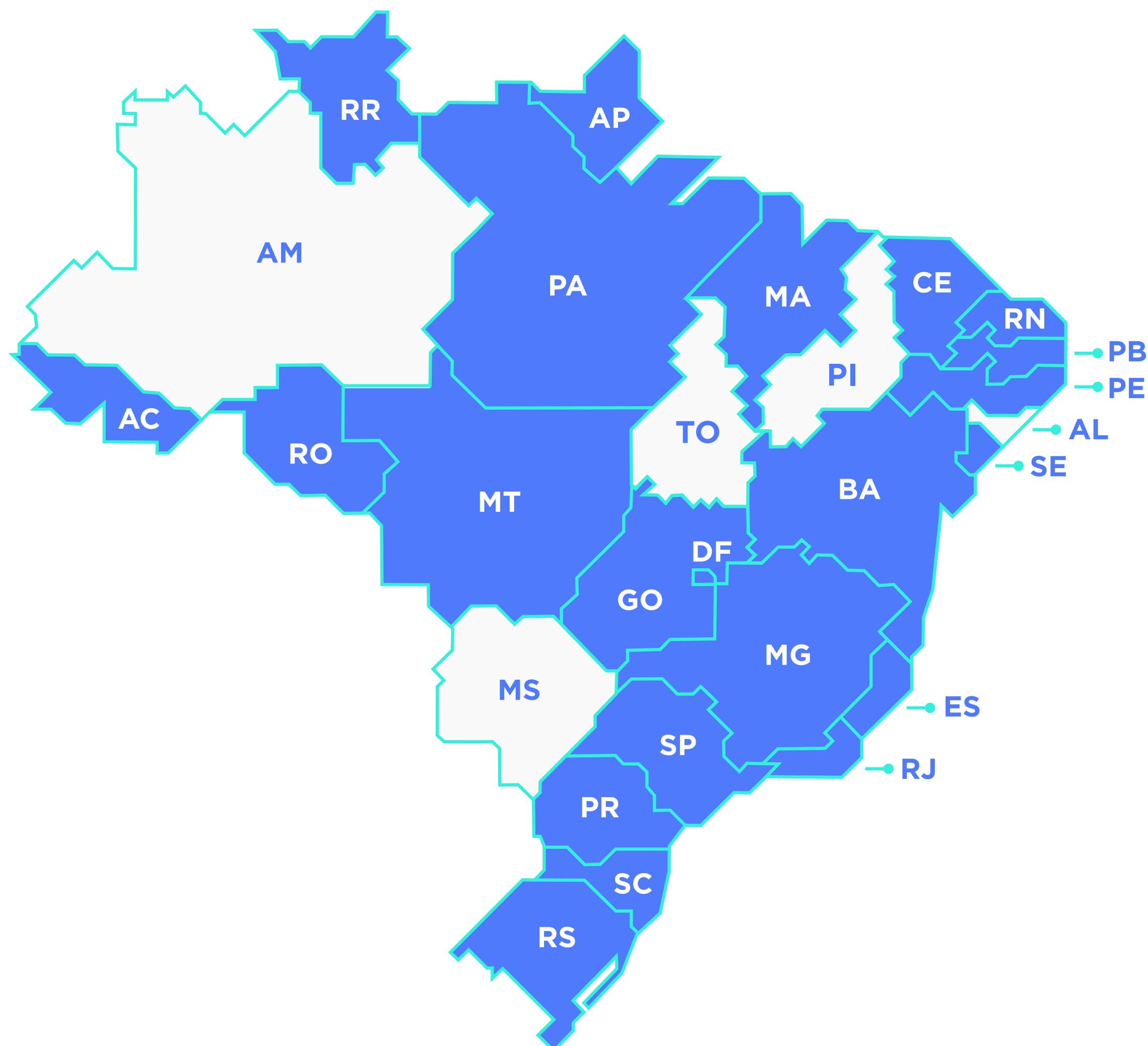
## QUANTIDADE TOTAL DE INTEGRANTES

Titulares: 25  
Suplentes: 15

## REUNIÕES EM 2019

12/06 – CNC/RJ  
28/11 – CNC/DF

## ESTADOS INTEGRANTES DO SICOMÉRCIO





# Objetivos identificados

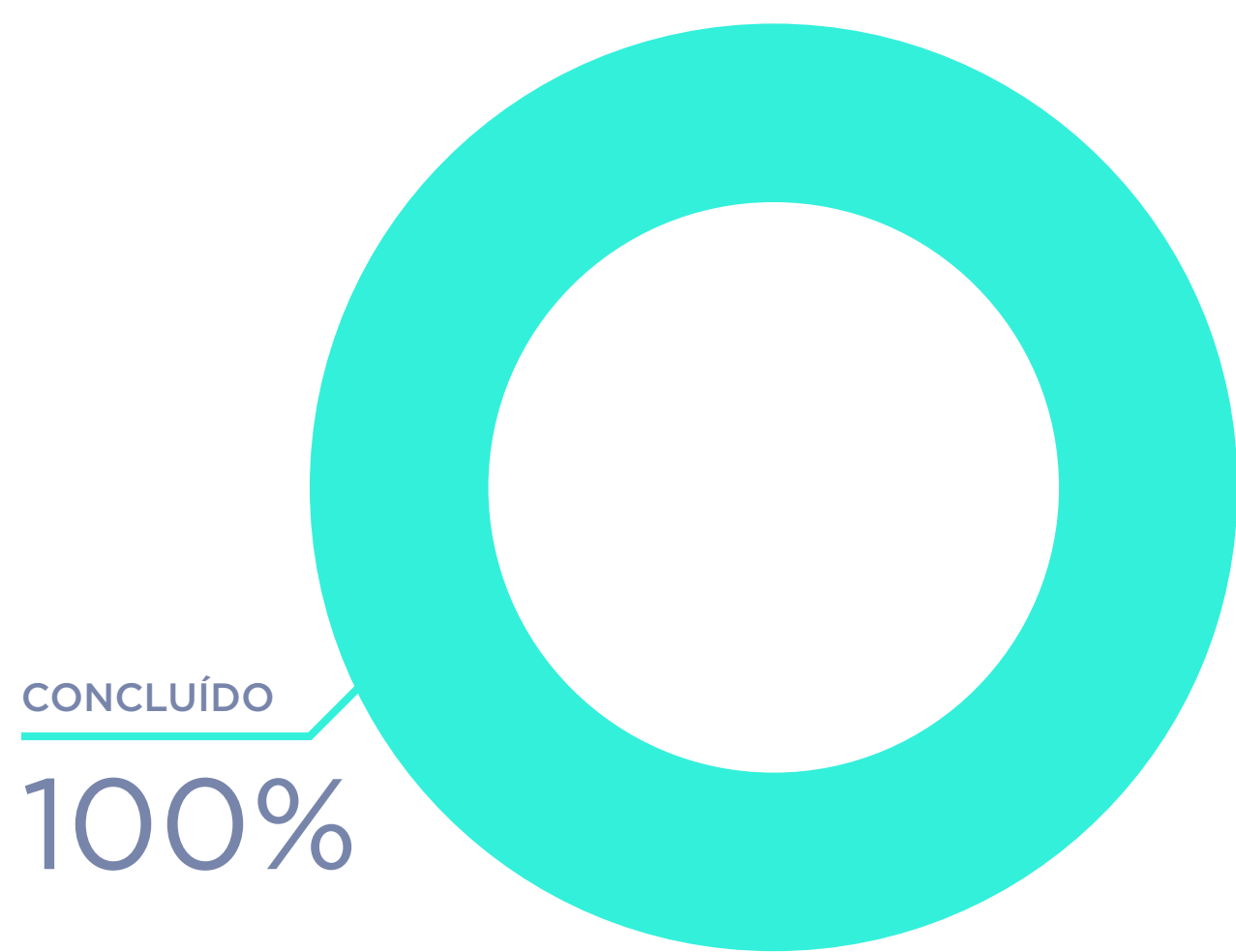
- Firmar-se como fórum interlocutor e representativo do comércio farmacêutico diante da nova Administração Pública Federal;
- Acompanhar, e apontar, as iniciativas necessárias para o bom funcionamento do ramo, transcorrendo os vários cenários encontrados no território nacional por meio da presença de membros situados em vários Estados;
- Nortear os processos de tomadas de decisão das entidades que representam o setor, promovendo a coesão e fortalecimento da defesa dos interesses do comércio de produtos farmacêuticos;
- Subsidiar os debates do setor com pareceres das Divisões Jurídica e Sindical da CNC, bem como pelos acompanhamentos legislativos realizados pela Divisão de Relações Institucionais (DRI) e outras áreas técnicas da CNC que eventualmente poderão ser demandadas;
- Atuar como difusor de medidas e encaminhamentos que possam auxiliar e prover o desenvolvimento do comércio de produtos farmacêuticos em todo o território nacional;
- Promover a coesão necessária para que a avaliação dos fatores que influenciam o setor possa equalizar as divergências socioeconômicas do País e fortalecer o empresariado por meio de ações convergentes e sólidas; e
- Discutir, com a participação dos membros representantes de todos os Estados, temas de relevância para o segmento, de forma que sejam delineados os contornos e as diversidades das regiões do Brasil que, independentemente de suas peculiaridades, devem seguir o mesmo parâmetro legislativo e regulatório.

# Temas abordados nas reuniões

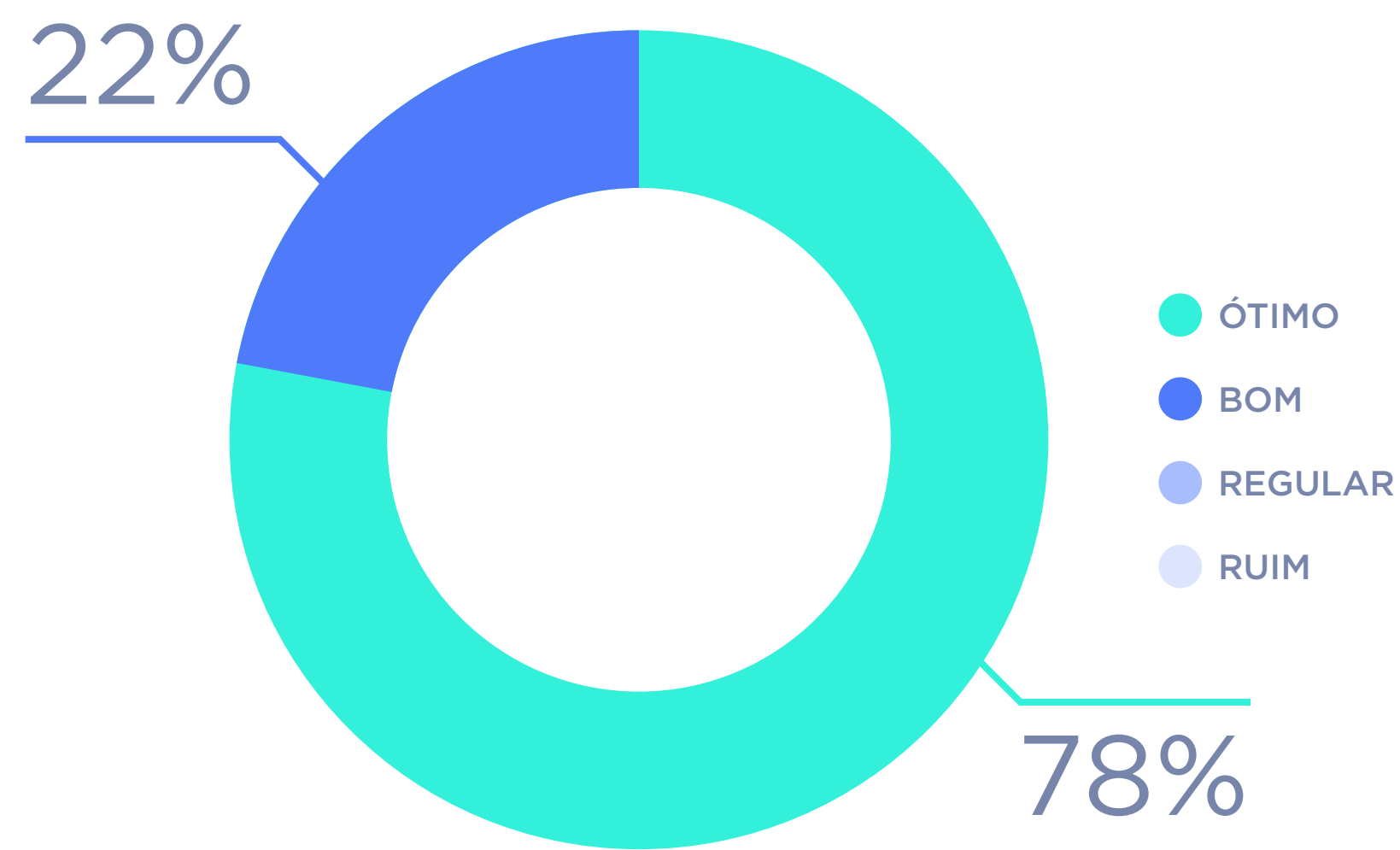
- Cenário político;
- Cenário econômico do comércio de produtos farmacêuticos e suas tendências;
- PL nº 10.234/2018 – Obriga a divulgação de listagem com os medicamentos que são distribuídos gratuitamente à população, pelo SUS, nos estabelecimentos comerciais que revendem esses medicamentos;
- PL nº 2.121/2011 – Dispõe sobre o descarte de medicamentos vencidos ou impróprios para o consumo nas farmácias e drogarias e dá outras providências;
- PLS nº 47/2018 – Define como prática abusiva a oferta de desconto em medicamentos mediante cadastramento prévio do consumidor;
- PL nº 491/2015 – Acresce o Art. 8º-A à Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências”, estabelecendo a dispensação fracionada de medicamentos;
- PL nº 7.029/2006 – Acresce dispositivos ao art. 22 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre registro e fracionamento de medicamentos para dispensação, e dá outras providências;
- PLS nº 98/2017 – Altera a Lei nº 5.991/1973 e torna obrigatório o fracionamento de medicamentos na forma que estabelece;
- Venda de medicamentos em Supermercados – PLS nº 5.455/2019, que altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, “dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências”, para acrescentar estabelecimentos comerciais autorizados a dispensarem medicamentos isentos de prescrição (MIP);
- Reforma da Previdência;
- Medida Provisória da Liberdade Econômica (MP nº 881/2019);
- Lei nº 13.021/2014 e projetos de lei atrelados;
- Rastreabilidade de medicamentos;
- Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – Logística Reversa de Medicamentos Vencidos;
- Convenções coletivas de trabalho – Estratégias/Negociações Coletivas de Trabalho em andamento;
- Deliberação nº 32/2018;
- Atuação dos Conselhos de Farmácias;
- RDC nº 44/2009 – Revisão da Anvisa;
- Logística Reversa de Medicamentos – Cetesb; e
- Ações coletivas.



## Gestão das proposições da Câmara



## Avaliação geral das reuniões



## Comunicações da Câmara

### CBFarma destaca importância do trabalho de base na defesa setorial

A Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma) promoveu reunião, no dia 12 de junho, na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no Rio de Janeiro, para discutir ações de fortalecimento do setor. Na abertura da reunião, o vice-presidente financeiro da CNC, Leandro Domingos, ressaltou a orientação do presidente da Confederação, José Roberto Tadros, no sentido de valorizar o papel das Câmaras do Comércio e pediu o apoio de todos no atual momento vivido pela representação sindical no Brasil.

“Vocês trabalham na base do nosso Sistema e têm visto que estamos às voltas com a possibilidade do fim da unicidade sindical, o que significará problemas seriíssimos de representação. Temos também a defesa das instituições do chamado Sistema S e das reformas necessárias para que o Brasil possa retomar o caminho do desenvolvimento, principalmente a da previdência e a tributária. Precisamos que todos se engajem nessa defesa, pois a atuação da CNC no âmbito legislativo fica muito difícil se não pudermos contar com o trabalho das federações e dos sindicatos nos contatos com os parlamentares”, disse Leandro Domingos, que representou também o vice-presidente administrativo da CNC, Luiz Gastão Bittencourt, que estava participando da conferência anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, na Suíça.

Os membros da Câmara, coordenada por Lázaro Gonzaga, vice-presidente da CNC, e integrada por empresários, executivos e líderes sindicais patronais vinculados ao segmento e

indicados pelas federações do comércio dos estados, também destacaram a necessidade de uma atuação unificada na defesa do comércio atacadista e varejista de produtos farmacêuticos. “Nós estamos em uma fase em que é fundamental o trabalho de acompanhamento cuidadoso do Legislativo”, alertou Sergio Mena Barreto, presidente executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma).

O ex-senador Jorge Viana (PT-AC), que integrou a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, participou da reunião. Ele analisou o atual cenário econômico, político e de transformações tecnológicas e seus impactos nas empresas, em especial nas do setor de farmácia.



Reunião da CBFarma: acompanhamento atento da pauta legislativa



# CBFarma debate proposições relacionadas ao comércio farmacêutico

Imagem: Edgar Marra



Reunião da CBFarma na CNC/DF

A Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos (CBFarma) promoveu reunião, no dia 28 de novembro, na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em Brasília, para discutir ações de fortalecimento do setor. O encontro teve a presença do deputado federal Felício Laterça (PSL-RJ) e do senador Jean Paul Prates (PT-RN), que debateram temas de impacto nas empresas do setor de farmácia.

Após a abertura da reunião, feita pelo coordenador da CBFarma e vice-presidente da CNC, Lázaro Gonzaga, o deputado Laterça falou sobre a atuação dos Conselhos de Farmácia e fez críticas ao que chamou de “indústria da multa” aplicada pelas entidades: “Quem mais emprega farmacêuticos no Brasil é o varejo de farmácia. São muitos profissionais no ramo e estão precisando de emprego. É inaceitável a prática destrutiva dos conselhos federal e regionais de farmácia de aplicar multas sem qualquer critério.”

Segundo o parlamentar, é preciso haver bom senso na aplicabilidade das multas, principalmente nas regiões interiores. “O problema atinge todos, mas prejudica ainda mais os pequenos e médios empresários, que são duramente afetados com multas que dificultam o estabelecimento a manter portas abertas. Geralmente, o farmacêutico do interior tem dois empregos e não pode estar na farmácia em período integral. Nós vamos insistir na tese do atendimento remoto com carga horária mínima controlada e regulação devida, para que o profissional não precise ficar encarcerado no estabelecimento”, disse.

Com o apoio dos membros da CBFarma, Laterça se comprometeu a apresentar proposições que “protejam o segmento farmacêutico”, como a permissão para serviço remoto e princípio da razoabilidade na aplicação de multas.

Também presente na reunião, o senador Jean Paul Prates opinou sobre o Projeto de Lei nº 1.774/19, que autoriza a venda de medicamentos que não precisam de receita médica em

supermercados e estabelecimentos semelhantes. Prates se mostrou contrário à aprovação da proposta sem que haja mais audiências públicas e pedidos de vista sobre o tema para aprofundar o debate. O senador afirmou ainda que “não se pode copiar modelos de outros países que adotaram essa medida apenas pela boa impressão que se tem, pois cada país tem sua cultura e particularidades na cadeia de produção”.

Prates ressaltou ainda que os parlamentares precisam do apoio de grupos técnicos, como a CBFarma: “A CNC constrói um bom ambiente para debate por possuir grande capilaridade no setor farmacêutico em todo o País. Precisamos de grupos com profissionais qualificados para elaborarmos boas proposições.”

Sobre o PL nº 491/2015, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de medicamentos e estabelece a dispensação fracionada, o técnico da Divisão de Relações Institucionais da CNC Felipe Miranda explicou que se trata de um projeto questionável e precisa de aperfeiçoamentos. “Uma das justificativas do projeto de lei é o barateamento do produto, mas com base em estudos sabemos que é uma falácia. Quantidade menor de comprimidos não significa preço baixo, como é possível ver na prática em países que adotaram a medida.” Segundo Felipe, o presidente da comissão em que tramita a matéria (Comissão de Defesa do Consumidor), deputado João Maia, está alinhado com o posicionamento da CNC e é a favor de modificações no projeto, que não deve ser apreciado neste ano.

Ainda durante a reunião, houve uma apresentação do advogado da Divisão Jurídica da CNC Cécilio Esteves sobre o RDC nº 44/2009, revisão da Anvisa que dispõe sobre boas práticas farmacêuticas; o advogado da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (ABCFarma) Rafael de Jesus falou sobre ações coletivas e cobrança de taxas dos serviços e emissão de documentos por conselhos regionais de farmácia; e estiveram em debate no grupo os projetos de lei relacionados à logística reversa de medicamentos.



# Galeria de fotos







# CÂMARA BRASILEIRA

DE MATERIAIS  
DE CONSTRUÇÃO



**CBMC**



## COORDENADOR

MARCO AURÉLIO  
SPROVIERI RODRIGUES



## INTEGRANTES

Aderson Santos da Frota  
Antônio Carlos Aguiar  
Antônio Sousa Pereira  
Bráulio Rezende Filho  
Cláudio Araújo de Lima  
Eliezir Viterbino  
Geraldo Cordeiro de Jesus  
Gilbert Lacerda Silva  
Ilson Xavier Bozi  
Irma Alves Fernandes  
João Wolfgang Rausch  
José Manuel de Almeida Santos  
José Cid Sousa Alves do Nascimento  
José Wenceslau de S. Júnior  
Luiz Antônio Beserra Lacerda  
Marcantoni Gadelha de Souza  
Marconi Barros dos Santos  
Pedro Coelho Nasser  
Ronaldo Sielichow  
Sigismundo Mazurek

## SUPLENTES

Alexandre Jalles C. Moreira  
Antônio José de F. Melo  
Dorivan Costa Ferreira  
Eduardo Valença Batista  
Gustavo de T. C. Nascimento  
Lizziane Martins Facundes

Marcos Antonio de Oliveira Silva  
Paulo Henrique de Ângelo  
Rafael Gipiela  
Rodrigo Santos  
Solimar Almeida Fernandes  
Tarcísio Pires Moraes

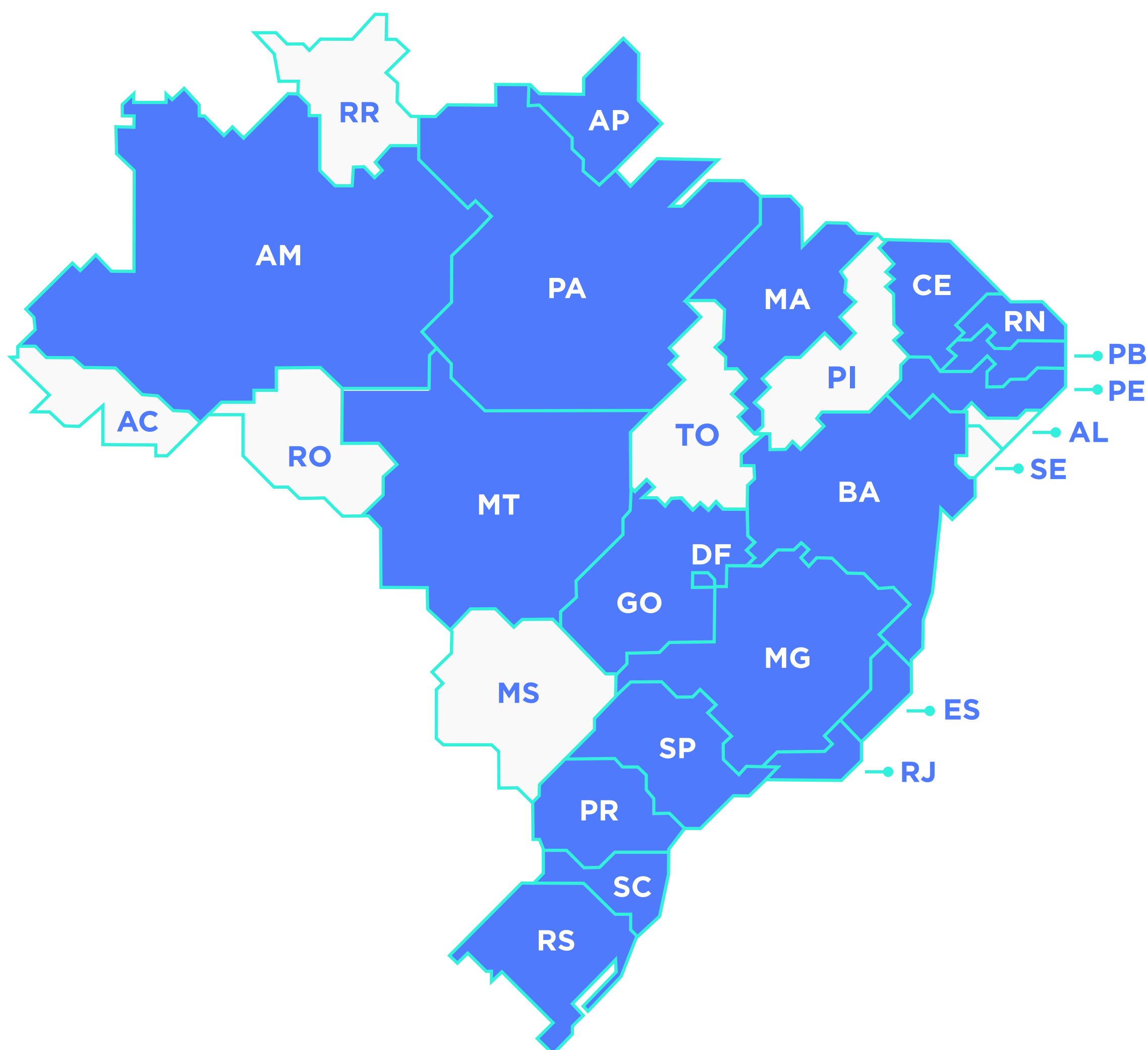
## QUANTIDADE TOTAL DE INTEGRANTES

Titulares: 21  
Suplentes: 12

## REUNIÕES EM 2019

23/05 – CNC/DF  
16/10 – CNC/DF

## ESTADOS INTEGRANTES DO SICOMÉRCIO





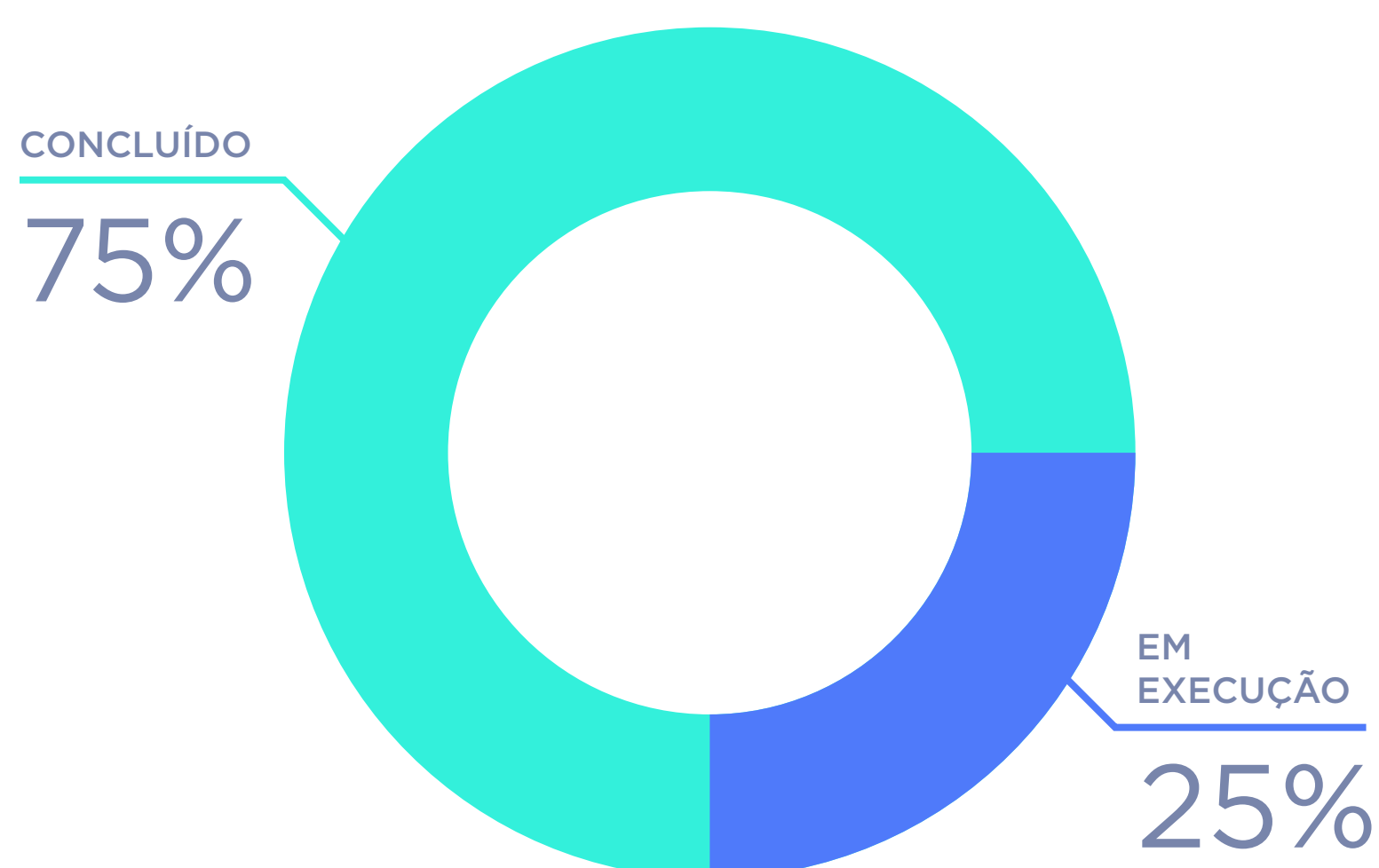
# Objetivos identificados

- Avaliar o desempenho do segmento econômico;
- Buscar soluções para os fatores que impactam o desenvolvimento do segmento; e
- Avaliar possíveis ações que possam melhorar e desenvolver as empresas do setor.

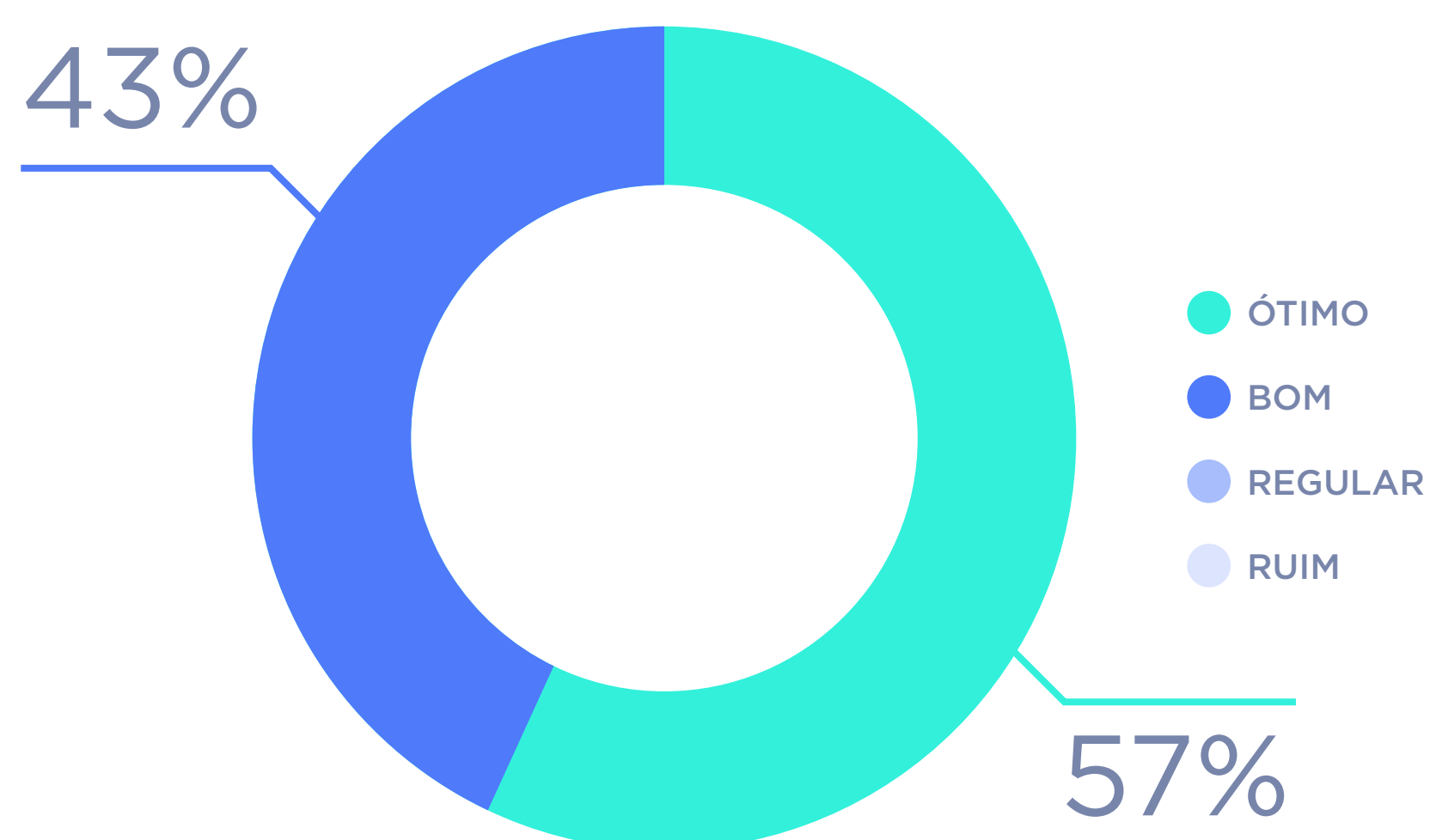
# Temas abordados nas reuniões

- Reforma tributária (PEC nº 293/2004) – Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. (Desmembramento da PEC nº 255/2004, devendo os Arts. 3º, 8º e 9º ser renumerados para 3º, 4º e 5º; e os Arts. 146, IV, 150, VI e, 153, § 4º; IV, 158, parágrafo único, I, II, 171-A e parágrafo único, 203, parágrafo único e 216, § 3º, constantes do Art. 1º, e os Arts., 4º, 5º, 7º, renumerados para 2º, 3º e 4º;
- A concorrência desleal utilizando-se ainda mais da Substituição Tributária: Com o advento do MVA em SP ter chegado a 75% dentro do Estado e de mais de 105% no mesmo MVA interestadual, para todos os produtos de materiais de construção, a concorrência formal tem desistido de manter-se no mercado;
- A venda direta utilizando-se da ausência da Substituição Tributária e a falta de regulamentação de vendas pela internet, inclusive de “concorrentes”, como AliExpress, Mercado Livre etc;
- Como o Estado pode arrecadar muito mais, com a simplificação tributária e o recolhimento do IVA, por meio de Tef, POS e demais meios eletrônicos;
- O trabalho dos sindicatos quanto à responsabilidade da indústria perante a apresentação dos produtos para o CDC;
- O atacarejo chegou ao varejo de materiais de construção (Obramax, Sodimac e a renovação do Pro Telhanorte), demais atacadistas e distribuidores já sinalizam abrir vendas a consumidores;
- Caixa e o dilema do Construcard, sem interesse da instituição e dos consumidores;
- Vendas de imóveis (novos) e a insegurança do mutuário perante o seu emprego, necessita de linhas de crédito, com seguro viável a aquisição de imóveis, somente assim o mercado tanto acelera o nosso segmento quanto diminui o desemprego;
- Apresentação “Construir é mais Barato”; e
- Análise das tendências do mercado de Materiais de Construção.

## Gestão das proposições da Câmara



## Avaliação geral das reuniões





# Comunicações da Câmara

## Tributos preocupam comércio de materiais de construção



Imagem: Edgar Marra

Participantes da reunião em Brasília

A reforma tributária dominou os debates da primeira reunião do ano da Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), realizada em 23 de maio, em Brasília.

O vice-presidente administrativo e coordenador das Câmaras do Comércio, Luiz Gastão Bittencourt, afirmou que ninguém melhor do que o empresário, que vivencia diariamente os desafios do seu setor, para compreender as dificuldades e as necessidades. “O presidente Tadros tem estimulado a Diretoria a estar sempre perto dos objetivos da representação da CNC, ou seja, ao lado das empresas e do setor produtivo, ouvindo seus pleitos e acompanhando suas ações”, declarou.

### REFORMA TRIBUTÁRIA

Douglas Pinheiro, da Divisão de Relações Institucionais, apresentou o andamento de proposições que tratam da reforma tributária no Congresso Nacional. Ele falou primeiro sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019. A proposta tem como objetivo unificar cinco impostos, entre federais, estadual e municipal.

Douglas falou ainda sobre a PEC nº 293/2004, cujo objetivo é unificar dez impostos. A PEC está pronta para entrar na pauta da Câmara dos Deputados. Já a PEC nº 45/2019 foi admitida na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) recentemente e atualmente aguarda criação de comissão especial na Câmara.

### MARGEM DE VALOR AGREGADO

O advogado Cécito Augusto Esteves, da Divisão Jurídica da CNC, analisou as questões da substituição tributária e da fixação da Margem de Valor Agregado (MVA). Segundo ele, a Lei Complementar nº 87/1996 é clara ao dispor, em seu artigo 8º, a forma de fixar a MVA, item fundamental para o estabelecimento da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago por substituição tributária. “Apesar disso”, enfatizou, “as secretarias estaduais de Fazenda e o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) violam acintosamente as determinações legais e fixam a margem de valor agregado por meio de critérios manifestamente ilegais.” Isso vai resultar, de acordo com o advogado, em uma base de cálculo maior e, portanto, uma arrecadação mais elevada de ICMS via substituição tributária.

O coordenador Marco Aurélio Sprovieri afirmou que a questão tributária é um tema muito relevante para os empresários. “Tem alto impacto nos negócios e, por sua complexidade, cria enormes dificuldades para quem mantém uma atividade produtiva”, acrescentou.

### EVOLUÇÃO DO SETOR

A economista Catarina Carneiro da Silva, da Divisão Econômica da CNC, fez palestra sobre a evolução do setor de materiais de construção. Segundo ela, o volume de vendas mostra



redução desde 2010. Manteve, contudo, crescimento positivo até 2015 e 2016, quando caiu 8,4% e 10,7%, respectivamente.

Catarina informou que o setor possuía, em 2017, 272.587 estabelecimentos, variação positiva de 10% em relação a 2007. Desse total, 92% eram do comércio varejista, enquanto 8% referiam-se ao comércio atacadista.

Quase 100% das empresas pertencem ao segmento de micros e pequenas empresas. Em relação ao quadro de funcionários, 87% encontravam-se no comércio varejista.

## CONSTRUCARD

Luiz Lacerda, vice-presidente da Fecomércio-RN, informou que esteve com Pedro Duarte Guimarães, presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), a quem pediu a reativação do cartão Construcard, por meio do qual um cliente faz uma operação de crédito normal, porém com condições mais acessíveis, para a compra de qualquer material de construção. A expectativa, segundo o vice-presidente da Fecomércio, é que o novo Construcard já esteja disponível no mercado no segundo semestre deste ano.

## CONSTRUIR É MAIS BARATO

No encerramento da reunião, o 2º diretor-secretário da Fecomércio-MT, Gustavo de Tarcio Correa Nascimento, falou sobre a campanha Construir é mais Barato, idealizada pela Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção (Acomac). A iniciativa, segundo ele, é uma forma de orientar o consumidor que planeja ter sua residência a optar pela construção do imóvel, que sairá mais barato do que comprar um pronto.



Coordenador das Câmaras do Comércio, Luiz Gastão Bittencourt



Coordenador da CBMC, Marco Aurélio Sprovieri



# Câmara de Materiais de Construção analisa propostas de reforma tributária

Imagem: Paulo Negreiros



Bruno Murat:  
propostas visam à  
simplificação da  
tributação sobre o  
consumo

A reforma tributária foi o principal tema da última reunião do ano da Câmara Brasileira de Materiais de Construção (CBMC) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em 16 de outubro, em Brasília.

Em sua palestra sobre o tema, o advogado Bruno Murat, da Divisão Jurídica, falou sobre os projetos que tramitam no Congresso Nacional: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019, na Câmara dos Deputados, e a PEC nº 110/2019, no Senado.

As duas propostas no Congresso são semelhantes: visam à simplificação da tributação sobre o consumo. “A redução da carga tributária seria o ideal. Mas, hoje, isso é difícil por causa da crise fiscal e do déficit dos governos estaduais”, disse ele.

Ambas têm a mesma estrutura em termos de simplificação de tributos sobre consumo: unificam tributos por meio da criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA); ampliam a base de tributação, passando a englobar serviços de plataformas digitais, aplicativos e bens intangíveis; e distribuem a tributação entre um maior número de contribuintes.

As duas propostas pretendem ainda criar um imposto seletivo, federal, sobre alguns bens de produção oligopolizados, como derivados de petróleo, tabaco, combustíveis e bebidas. Esse imposto, explicou Murat, tem uma característica extrafiscal para, em tese, desestimular o consumo.

A CNC apoia a ideia da reforma, mas tem grande preocupação com o aumento da carga tributária. Algumas simulações feitas indicaram aumentos significativos na carga tributária de serviços. “A solução para evitar o aumento da carga tribu-

tária para o setor de serviços é a introdução de alíquotas reduzidas e diferenciadas”, concluiu.

## GESTÃO TRIBUTÁRIA

Embora sejam do mesmo ramo de negócios, os empresários defenderam visões diversas sobre como deve ser a gestão tributária no Brasil. Há aqueles que entendem que o tributo adequado é o pago no consumo final. Mas existem defensores do imposto único, “que é uma questão muito complexa de ser levada à frente”, na avaliação do coordenador da CBMC, Marco Aurélio Sprovieri.

Ele solicitou às federações de comércio que trabalhassem em busca de uma visão uniforme do que é adequado para o País. “O importante é que todas as federações se cognitem com a CNC, assim como ela está procurando o entendimento com as demais confederações em busca de um sistema tributário, não ideal, porque não há como atender plenamente a todos os interesses, mas minimamente positivo para quem empreende”, afirmou.

## ESTUDO ECONÔMICO

Na reunião, também foi apresentado estudo da Divisão Econômica da CNC a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual revelou que o comércio varejista de materiais de construção recuou 0,8% em agosto,



após elevação de 0,7% em julho. Contudo, mesmo com essa queda pontual, o setor cresceu 3,6% no acumulado do ano até agosto, e 2,9% nos últimos 12 meses terminados também naquele mês. Para 2019, o carregamento estatístico dos resultados já realizados leva a uma alta de 2,8%, disse a economista Catarina Carneiro.

Em relação ao mercado de trabalho do setor, a maior parte (87%) dos funcionários está concentrada no comércio varejista. Somando com o comércio atacadista, são 832.803 pessoas ocupadas em agosto de 2019, um número 0,7% maior do que ao fim de 2018.

Outro indicador importante, o índice nacional de custo de materiais e serviços da construção chegou a 0,26% em setembro, acumulando uma inflação de 2,67% no ano, segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV). Considerando que o indicador terminou 2018 com taxa de 6,06%, Catarina afirma que o resultado deste ano mostra uma redução no custo de materiais e serviços da construção.

Segundo ela, projeção do Relatório de Inflação do Banco Central indica que a construção civil deve crescer 0,1% em 2019, após cinco anos de queda. No primeiro semestre de 2019, houve uma retração de 0,1% nessa atividade, porém, no segundo trimestre, houve um crescimento de 2% em relação a igual período do ano passado. Esse foi o primeiro resultado positivo após 20 trimestres de queda, sugerindo uma recuperação para os próximos trimestres.

Catarina concluiu afirmando que, com um comércio com venda positiva no acumulado do ano, aquecimento no mercado de trabalho, nível mais baixo de preços e a construção civil com sinais de melhora, o setor de materiais de construção deve ter um crescimento real este ano, mesmo que lento. Sua previsão é de que termine 2019 melhor do que 2018.

Marco Aurélio Sprovieri elogiou o estudo da Divisão Econômica. O trabalho enfatiza que o crescimento da indústria de material de construção não significa necessariamente o crescimento do varejo.



# Galeria de fotos







# CÂMARA BRASILEIRA

DE TECNOLOGIA  
DA INFORMAÇÃO

***CBTI***



## COORDENADOR

FRANCISCO MAIA FARIAS



## INTEGRANTES

Álvaro Emídio Macedo Cysneiros  
Canísio Hartmann  
Carlos Alberto Apolinário  
Christian Tadeu de Souza  
Francisco Ozair G. de Lima  
Guilherme Coutinho de Souza  
Ítalo Lima Nogueira  
Jamile Sabatini Marques  
Jean Paul Torres Neumann  
Júnior Cezar Vidotti  
Laércio Furtado  
Leandro Peres L. de Oliveira  
Lucas Villas Boas  
Luiz Fernando Monteiro Bittencourt  
Luiz Sérgio Wozniaki  
Márcio de Oliveira Macedo  
Márcio Massao Shimomoto  
Marco César Chaul  
Naira Maria da Silva Duarte  
Pablo Tomaz Heck  
Percival Aracema  
Raimundo Nonato Costa Evangelista  
Renato M. Ópice Blum  
Roger Dantas Barros

## SUPLENTES

Arthur Gomes Rocha  
Avelino Lombardi  
Eleandro Geres Rozan  
Erivelton Moura  
Fábio Barros de Oliveira  
Flávio Oliveira Izac  
Francisco Delano de Castro Gadelha  
Francisco Saboya A. Neto

Hélio Donin  
Junivaldo Cerqueira Torres  
Marcos Augusto da Silva  
Marcos Vilela Fonseca  
Odimar Renato Grdem  
Wagner Dimas de Carvalho  
Wilker Anderson S. Moraes

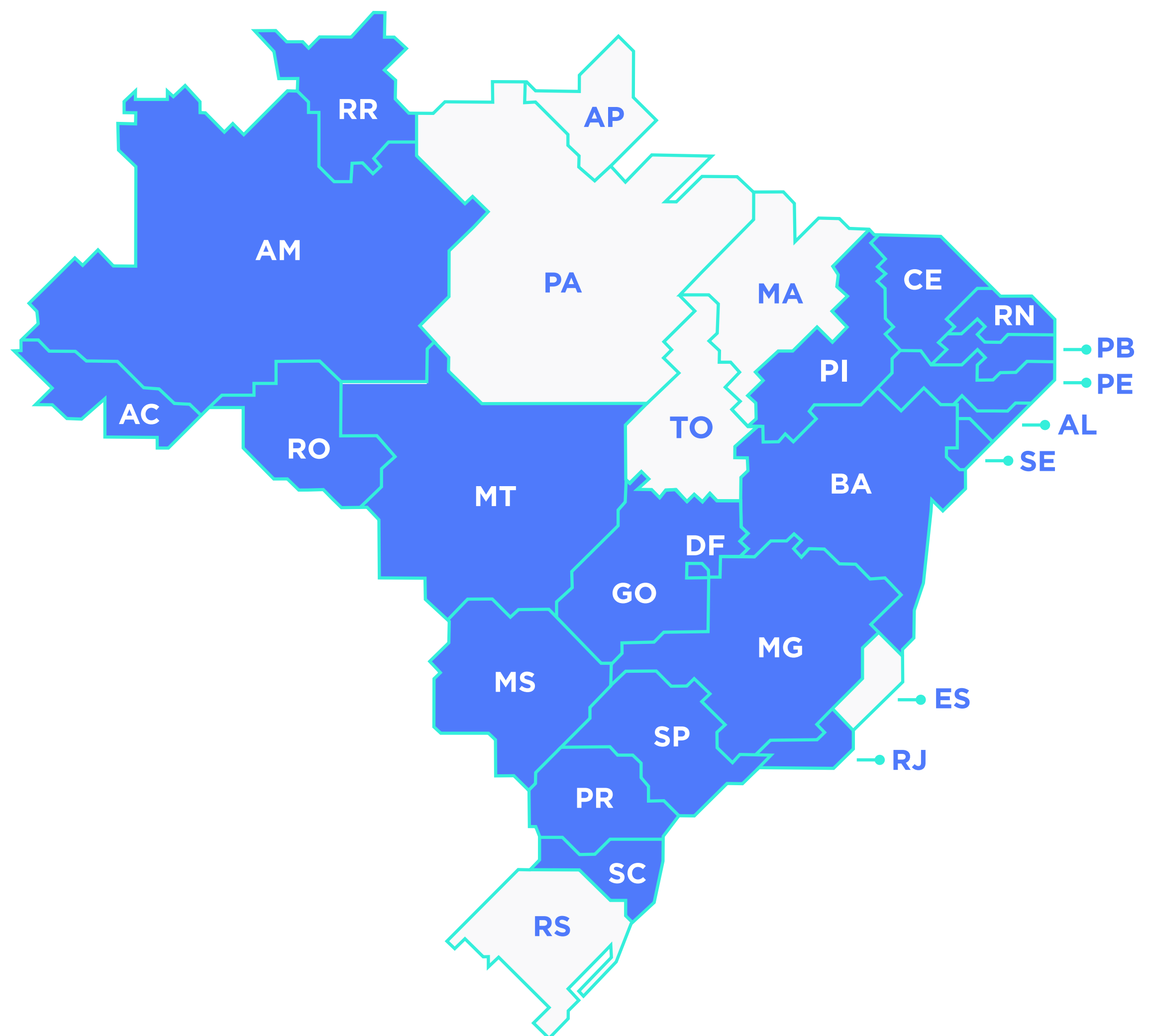
## QUANTIDADE TOTAL DE INTEGRANTES

Titulares: 25  
Suplentes: 15

## REUNIÕES EM 2019

03/12 – CNC/DF

## ESTADOS INTEGRANTES DO SICOMÉRCIO





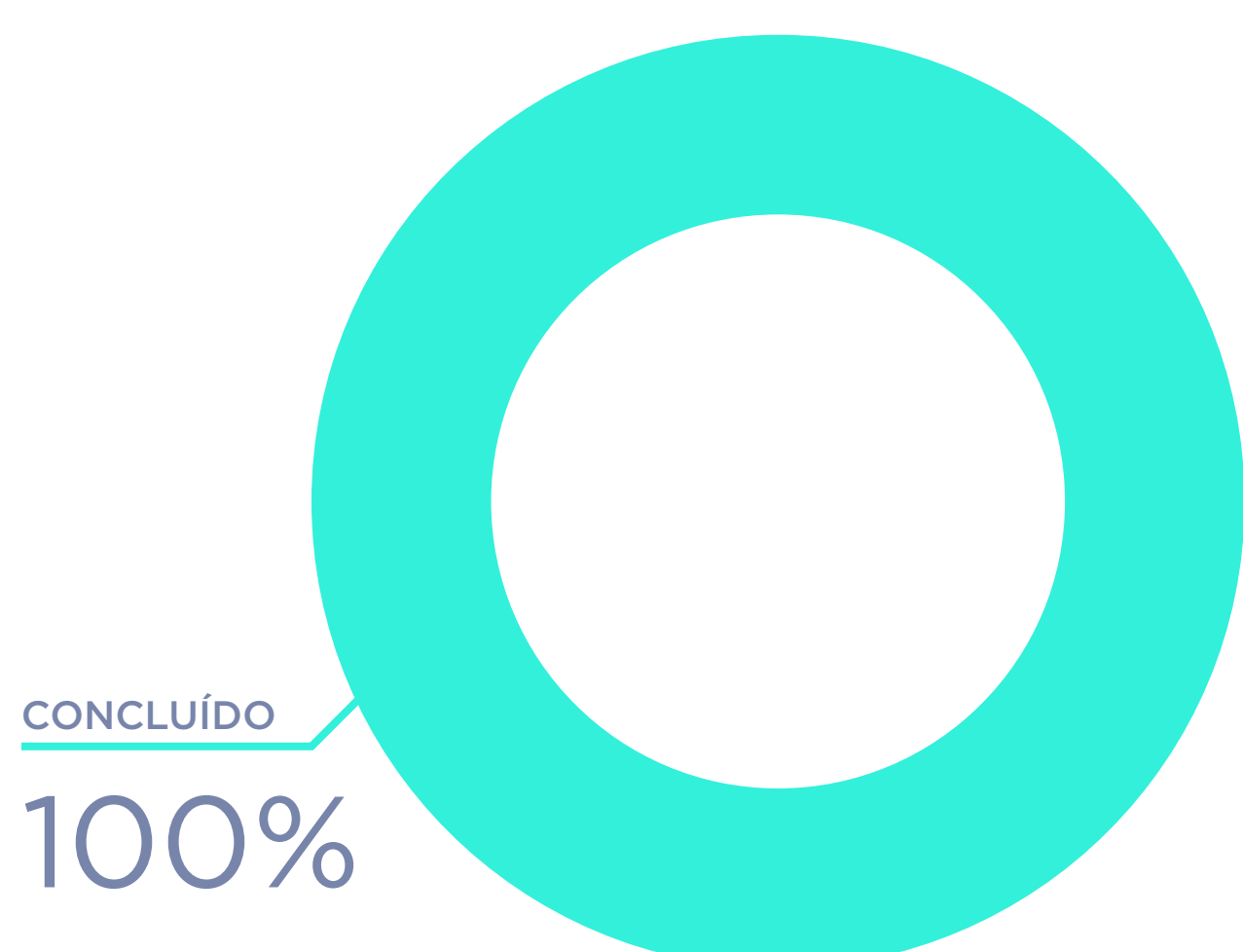
# Objetivos identificados

- Implementar ações destinadas às políticas que desenvolvam o aumento da produtividade no setor, a difusão de novas tecnologias inovadoras, principalmente nas pequenas e médias empresas, e o estímulo da capacitação profissional dos profissionais do segmento; e
- Aproximar os membros do setor produtivo, governo e academia para elencar e discutir temas prioritários, buscar sinergias, alinhar e articular ações diante dos novos desafios da globalização.

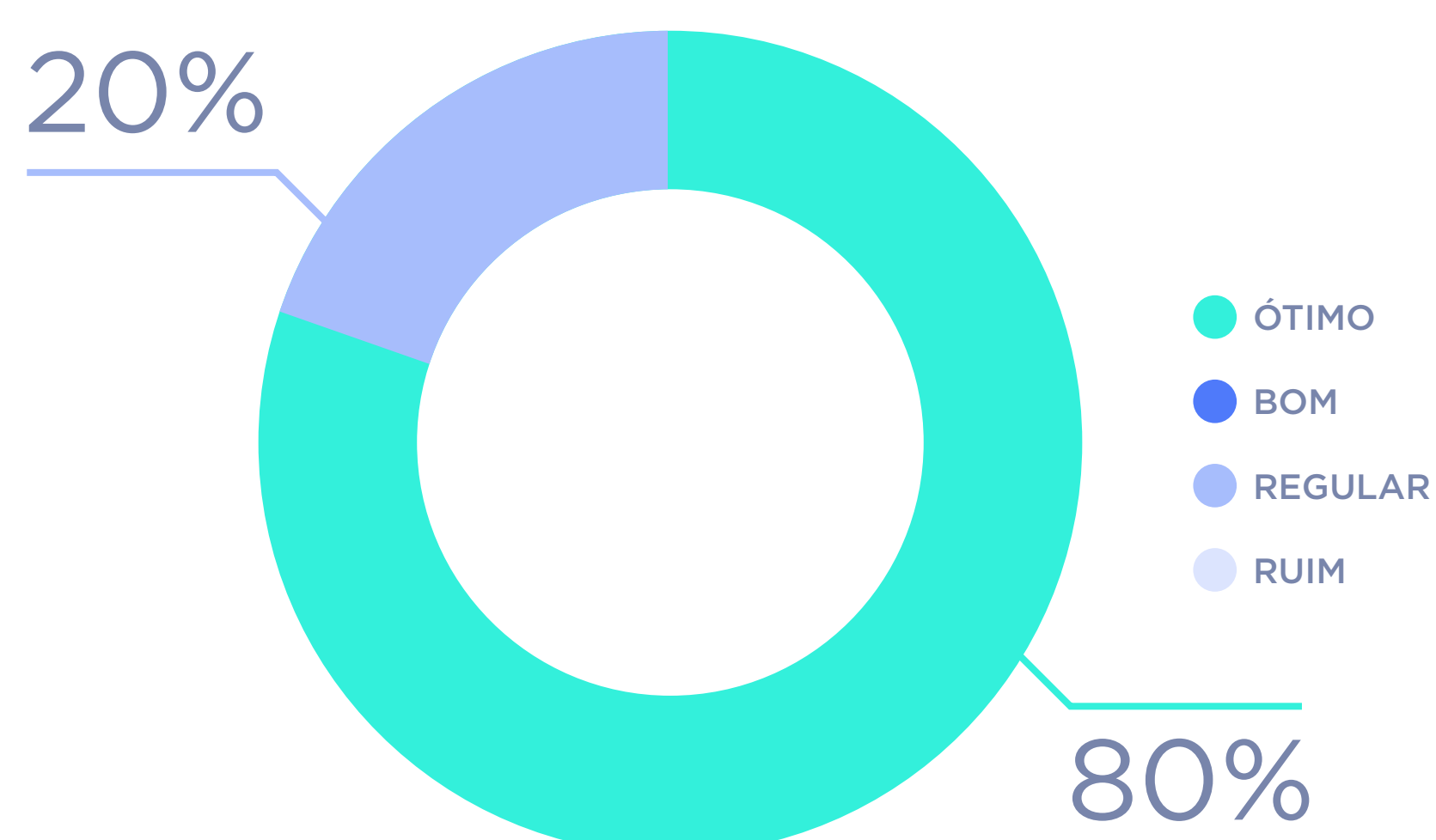
# Temas abordados nas reuniões

- Bloqueio de APPS;
- Licitações;
- ICMS X ISS;
- MP da Liberdade Econômica;
- Lei Geral de Proteção de Dados;
- Software livre;
- Regulamentação das profissões;
- PL nº 3.065/2015 – Dispõe sobre a regulamentação do exercício das profissões de analista de sistemas, desenvolvedor, engenheiro de sistemas, analista de redes, administrador de banco de dados, suporte e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática e dá outras providências;
- Startups e Capital Empreendedor;
- PL nº 2.831/2019 – Cria medidas de estímulo a empresas de base tecnológica, constituídas há não mais de 60 meses (“startups”);
- PL nº 7.804/2014 – Institui a Lei de Dados Abertos, estabelecendo o Comitê Gestor de Dados Públicos junto ao Ministério do Planejamento, responsável pela elaboração do *Manual de Dados Abertos da Administração Pública*, e cria a obrigatoriedade para a disponibilização de dados abertos e de interfaces de aplicações web de forma organizada e estruturada para a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios e dá outras providências;
- PL nº 905/2019 – Determina que empresas que ofereçam comércio on-line mantenham em sua página acesso fácil à versão digitalizada do Código de Defesa do Consumidor; e
- PL nº 10.762/2018 – Dispõe sobre a criação do Serviço Social e Serviço de Aprendizagem da Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) para a promoção social e aprendizagem de trabalhadores da categoria econômica, em âmbito nacional.

## Gestão das proposições da Câmara



## Avaliação geral das reuniões





# Comunicações da Câmara

## Inovação e empreendedorismo na pauta da Câmara de Tecnologia da Informação

Imagem: Christina Bocayuva



A primeira reunião sob a coordenação de Francisco Maia

A Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação (CBTI) reuniu-se na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em Brasília, em 3 de dezembro, sob nova coordenação, de Francisco Maia, presidente da Fecomércio-DF. Entre os temas discutidos, o empreendedorismo e a inovação por trás das startups, a questão tributária, software livre e a Lei Geral de Proteção de Dados.

“Esta é uma câmara de grande importância, sobretudo para tomar frente às questões políticas que implicam o avanço da tecnologia. Aqui discutiremos temas de interesse de nossas empresas, nossos interesses institucionais, para planejar o trabalho, a fim de solucionar problemas, propor a expansão do uso dessas tecnologias no setor terciário e estimular investimentos”, disse o coordenador da câmara.

O 1º vice-presidente da CNC, Francisco Valdeci Cavalcante, saudou a retomada dos trabalhos da CBTI: “Ficamos muito felizes com a volta da Câmara de TI, porque é a tecnologia da informação que vai nos levar a vencer diversos desafios que estamos enfrentando com relação aos países mais desenvolvidos. E nós, da área do comércio de bens, serviços e turismo, estamos atrasados na participação nesse setor, referente a modernização dos nossos negócios”.

Segundo Valdeci Cavalcante, a retomada da CBTI vai ajudar a impulsionar o setor, alertando para a importância da modernização e sobre o que está se passando no cenário mundial.

### GRUPOS DE TRABALHO

O coordenador da Câmara falou com os membros da Câmara, empresários do setor, propondo a criação de grupos de trabalho. “Os grupos serão formados para que possamos dar andamento à

resolução de questões pontuais de interesse do setor do comércio de bens, serviços e turismo, com uso da tecnologia”, disse Francisco Maia, definindo três áreas para a estruturação dos grupos: Legislativo; Mercado; e Educação e Capacitação Profissional.

Segundo Maia, grupos de trabalhos podem agilizar a câmara a atingir seus objetivos, que é defender o setor. “Estamos aqui para defender interesses de alta relevância para a economia nacional, uma vez que gera renda e empregos. Esse trabalho precisa ser bem realizado”, disse.

### TEMAS DE DISCUSSÃO

Dentre os temas discutidos, um dos destaques foram as startups, na questão voltada ao empreendedorismo e à inovação.

Segundo Izis Janote, assessora da Divisão Econômica da CNC, as principais características de uma startup são inovação, escala, flexibilidade, velocidade no crescimento, vantagem competitiva, incerteza, risco. Izis fez uma apresentação com o tema “Startups e capital empreendedor”. “Essas empresas têm base tecnológica e potencial de crescimento rápido”, disse.

### DADOS ATUAIS SOBRE AS STARTUPS NO BRASIL

De acordo com a Associação Brasileira de Startups, existem atualmente 12.760 startups no Brasil, presentes em 601 cidades e organizadas em 77 comunidades; 61% das startups estão concentradas nos modelo de negócios Software as a Service (SaaS) e marketplace; 76% das startups concentram-se nos públicos-alvo business to business (B2B) e business to consumer (B2B2C).



# Galeria de fotos







# CÂMARA BRASILEIRA

DO COMÉRCIO  
DE GÊNEROS  
ALIMENTÍCIOS



**CBCGAL**





## COORDENADOR

ÁLVARO LUIZ  
BRUZADIN FURTADO



## INTEGRANTES

Ademilson de M. Cordeiro  
Adival Gomes de Moraes  
Alessandro Morbeck Teixeira  
Alexandre Dias de A. Furtado  
Antônio Deliza Neto  
Antônio Pithon Barreto Neto  
Antônio José O. Peres Osório  
Augusto César A. Roma  
Áureo Francisco Akito Ikeda  
Carlos Amaro Gomes  
Cesion do Nascimento Pereira  
Douglas de Souza Soares  
Enock Lúniere Alves  
Felipe Gomes Chamma  
Geraldo Paiva dos S. Júnior  
Helvécio Siqueira Braga  
Hervi Biancardi Alves  
João Francisco Micelli Vieira  
Joaquim Pereira dos Santos  
José Darcílio C. J. Reis  
José Reni Milanezi dos Santos  
Júlio Cezar Gasparelo  
Manoel Antonio S. Barbosa  
Marcos Tasso  
Paulo Hermínio Pennacchi  
Sérgio Murilo de Araújo Freitas  
Telmo Sandro Poli  
Waldês Calvi

## SUPLENTES

Ariovaldo Costa Paulo  
Carlos Américo  
David Ronaldo Bentes de Oliveira  
Edivaldo G. dos Santos  
Gilvan M. Delmiro de Góis  
Graco Terceiro N. P. Miranda  
Ivo José Zaffari  
João Bosco Pinto de Oliveira

João Tarcísio Falqueto  
José do Egito F. L. Filho  
José Robson de Oliveira  
Kassio Rodrigo Catena  
Lucas Costa Pimentel  
Ricardo Teixeira Batista  
Valmir Muller

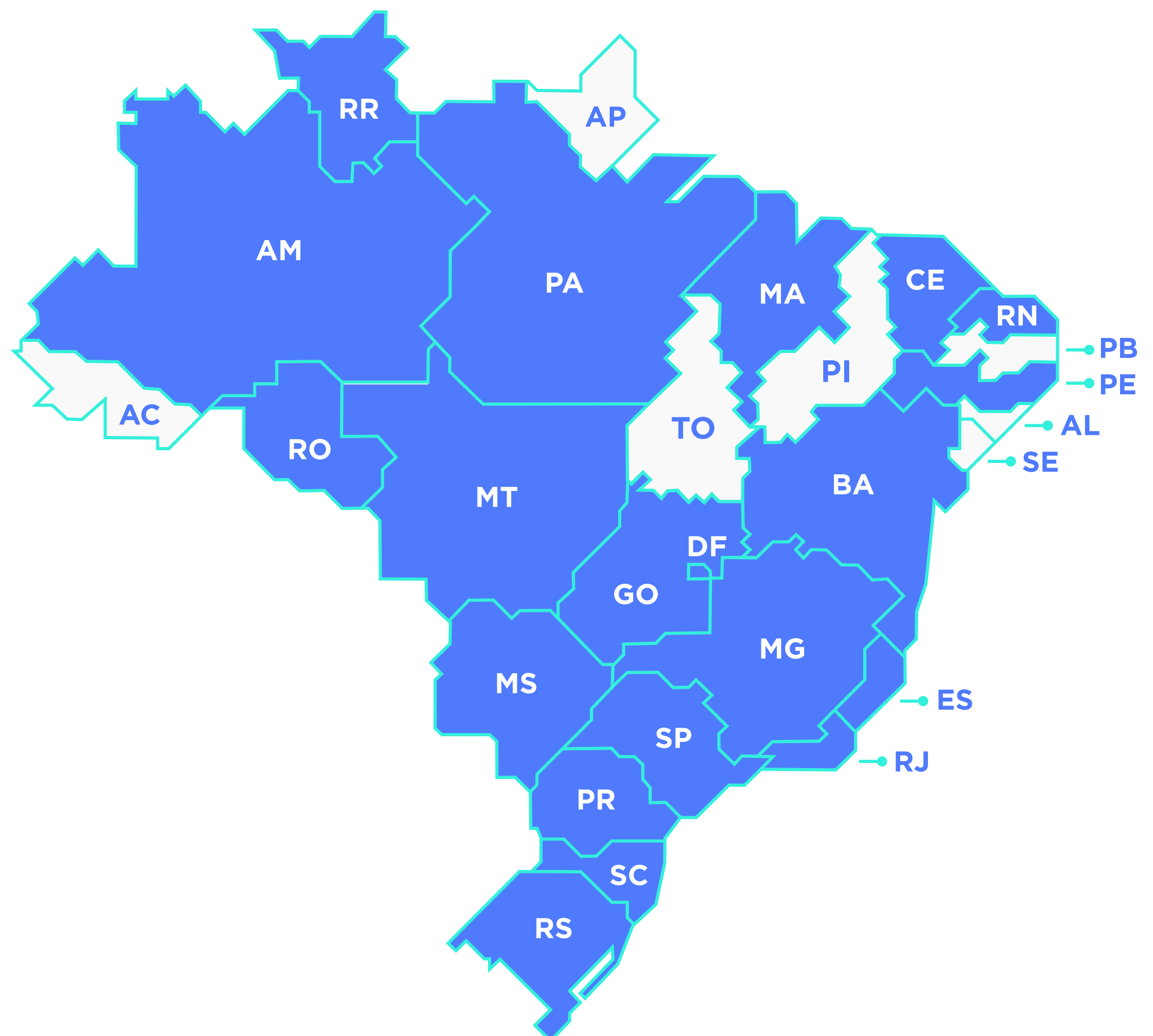
## QUANTIDADE TOTAL DE INTEGRANTES

Titulares: 29  
Suplentes: 15

## REUNIÕES EM 2019

25/04 – CNC/RJ  
15/10 – CNC/DF

## ESTADOS INTEGRANTES DO SICOMÉRCIO





# Objetivos identificados

- Fortalecer a unidade e organicidade do Sicomércio como instrumento para solução das demandas do varejo de alimentos no âmbito federal;
- Valorizar as representações sindicais de base que colaboram com o fortalecimento do segmento;
- Obter respostas aos pleitos formulados, no âmbito do Legislativo;
- Tratar os principais problemas que afetam o resultado das empresas do setor, trazendo-os ao debate e ao encaminhamento de soluções;
- Aprimorar e buscar a unidade nas normas coletivas do varejo de alimentos, especialmente buscando a introdução de novas cláusulas cuja permissão vieram com a reforma trabalhista;
- Melhorar a divulgação dos resultados e encaminhamentos decorrentes das discussões e pleitos dos participantes;
- Trazer para o debate convidados que possam contribuir para o melhor conhecimento e aprimoramento das práticas das empresas varejistas de alimentos; e
- Dialogar com as outras Câmaras Brasileiras do Comércio objetivando o fortalecimento e resultados de pleitos comuns, por meio da CNC.

# Temas abordados nas reuniões

- Normas Regulamentares (NR's);
- PDC nº 738/2017 (PDC nº 853/2017) (apensado) – Sustenta o Decreto nº 9.127, de 16 de agosto 2017, que altera o Decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949, para incluir o comércio varejista de supermercados e de hipermercados no rol de atividades autorizadas a funcionar permanentemente aos domingos e aos feriados civis e religiosos;
- PL nº 7.001/2017 – Determina aos supermercados e aos estabelecimentos congêneres a discriminação dos preços em braile;
- PL nº 8.565/2017 (PLS nº 636/2015) – Dispõe sobre a obrigatoriedade de gôndola específica para a exposição à venda de alimentos com fins especiais em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimentos similares;

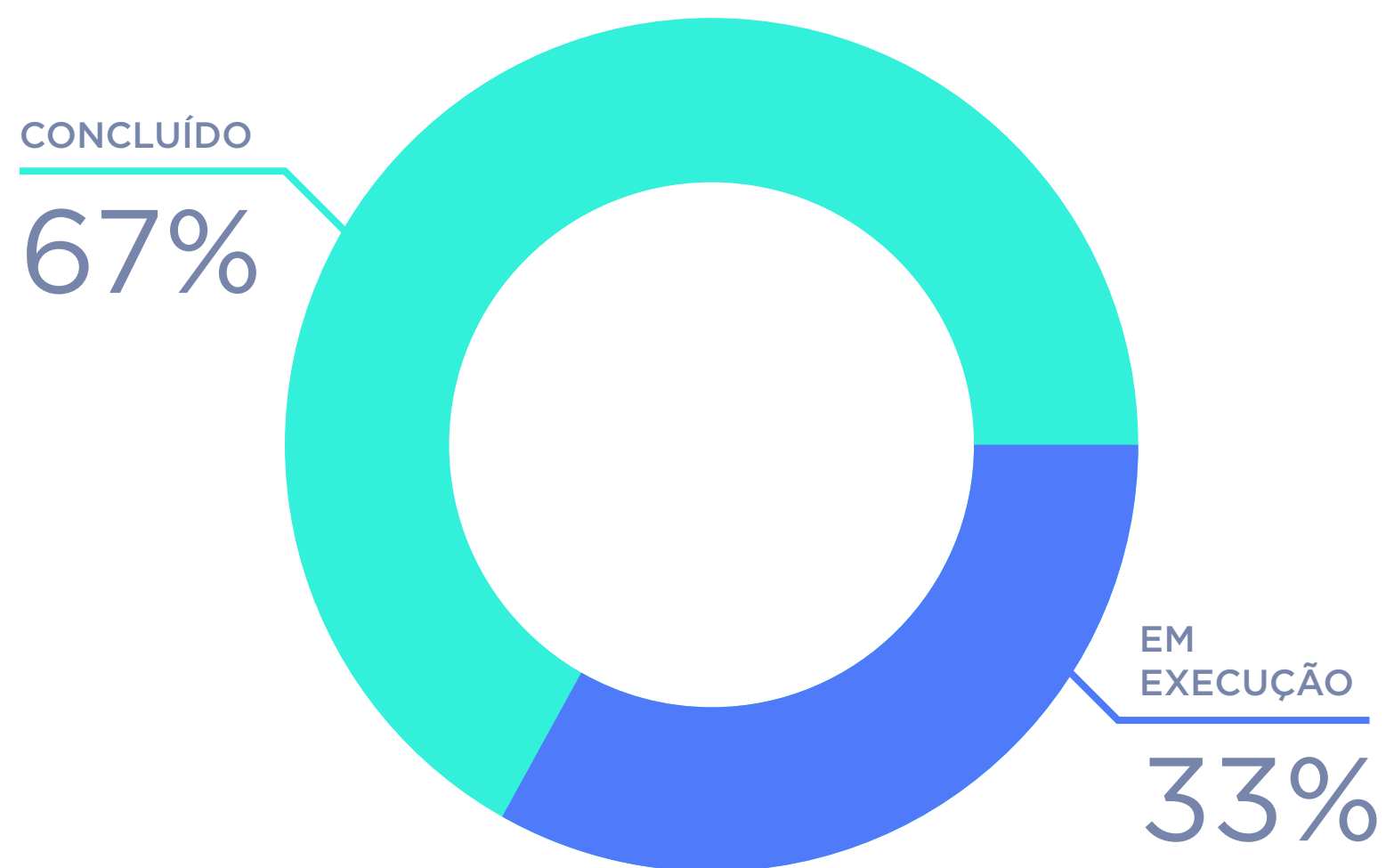
## Apensados

- PL nº 4.702/2016
- PL nº 1.110/2015
- PL nº 6.502/2016
- PL nº 4.608/2016
- PL nº 4.739/2016
- PL nº 7.627/2017
  
- PL nº 1.118/2019 – Obriga os supermercados, hipermercados e similares a disporem de local específico para a venda de produtos provenientes da agricultura familiar;
- PL nº 1.010/2015 – Dispõe sobre a responsabilidade civil dos estabelecimentos que administram ou oferecem estacionamentos privativos de veículos ao público em geral, e dá outras providências;
- PL nº 1.305/2015 (PL nº 1.885/2015) (apensado) – Obriga os supermercados a divulgarem a data de vencimento da validade dos produtos incluídos nas promoções;
- PL nº 3.273/2015 – Estabelece condições especiais de trabalho para o exercício da profissão de movimentador de mercadorias e revoga a Lei nº 12.023, de 27 de agosto, de 2009, que dispõe sobre as atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso;
- PL nº 612/2007 – Dispõe sobre o uso de sacolas plásticas biodegradáveis para acondicionamento de produtos e mercadorias a serem utilizadas nos estabelecimentos comerciais em todo o território nacional;
- PL nº 576/1995 (PL nº 3.122/1997) (apensado) – Dispõe sobre a proibição de comercialização de medicamentos em supermercados;
- PL nº 224/2019 – Estabelece condições a serem observadas por fornecedores no atendimento de pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida com vistas à sua inclusão no mercado de consumo;
- PL nº 942/2015 (PL nº 3.222/2015) (apensado) – Dispõe sobre a gratuidade nos estacionamentos de shoppings centers, centros comerciais, supermercados, hipermercados, hospitais, rodoviárias, ferroviárias e aeroportos;

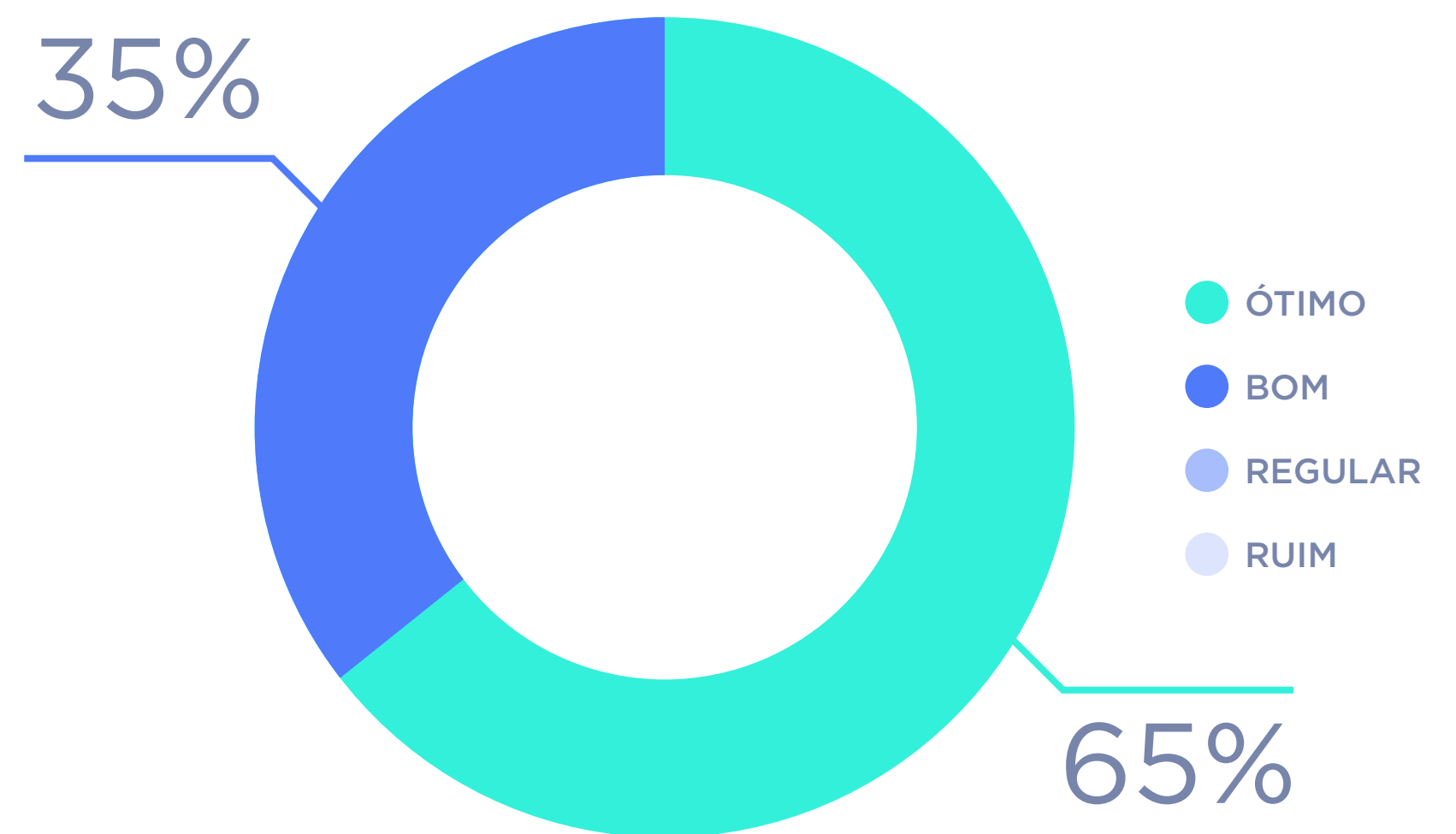


- PL nº 1.386/2019 – Assegura ao consumidor que constatar a existência de produto exposto à venda com prazo de validade vencido, o direito a receber, gratuitamente, outro produto idêntico ou similar;
- Os problemas enfrentados pelo varejo de alimentos após a reforma trabalhista;
- Reforma tributária;
- Informações/Exposição da Comissão de Negociação Coletiva do Comércio (CNCC) sobre o caminho trilhado nas normas coletivas do comércio a partir da reforma trabalhista e da Lei da Liberdade Econômica;
- Apresentação de Projeto de Lei que altera a Lei Eleitoral nº 9.504/1997;
- Perdas no varejo de alimentos; e
- Discussão de aspectos operacionais com relação a qualificação profissional.

## Gestão das proposições da Câmara



## Avaliação geral das reuniões



## Comunicações da Câmara

### CBCGAL foca em integrar e aproximar empresários

Em reunião realizada no dia 25 de abril na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no Rio de Janeiro, a Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGAL) iniciou uma nova fase em seu funcionamento e atuação.

Integração e mais proximidade ao cotidiano dos empresários do segmento serão prioridades, conforme destacou o vice-presidente administrativo, Luiz Gastão Bittencourt, na abertura dos trabalhos, ao lado do novo coordenador da Câmara, Álvaro Luiz Bruzadin Furtado, e dos integrantes indicados pelas federações do comércio de todo o Brasil.

“O presidente Tadros tem enfatizado a necessidade de estarmos cada vez mais próximos do dia a dia dos empresários, e, ao mesmo tempo, trazer os empresários para junto do Sistema Comércio”, disse Luiz Gastão. “As Câmaras do Comércio, como a CBCGAL, terão um importante papel nessa liga-

ção, que queremos tornar ainda mais forte e representativa”, completou o vice-presidente, que é também coordenador das Câmaras Brasileiras do Comércio da CNC.

### UM SÓ ORGANISMO

Além de trazer as necessidades e questões de cada segmento em um cenário de mudanças na legislação, as Câmaras do Comércio terão um importante papel para tornar a atuação do Sesc e do Senac cada vez mais sintonizada com as necessidades dos empresários, reforçando seu papel como fatores de ampliação da competitividade e da eficiência por meio da qualificação profissional e das ações voltadas para a qualidade de vida dos trabalhadores do comércio.

O novo coordenador da Câmara, Álvaro Furtado, afirmou se sentir estimulado com o trabalho que se inicia e reforçou a





Nova forma de atuação busca aperfeiçoar a sintonia entre as ações e as necessidades do setor de gêneros alimentícios

ideia de unidade e trabalho integrado. “Somos um só organismo, empresas, sindicatos, federações e Confederação, atuando na defesa dos interesses do comércio de bens, serviços e turismo. No nosso caso mais específico, o setor de gêneros alimentícios”, disse Furtado. “A responsabilidade de cada um

de nós é dar o melhor de si para trazer a esta casa, que é a cúpula do nosso setor, as reivindicações e necessidades que temos presentes. Vou me esforçar ao máximo para cumprir essa honrosa missão e tenho certeza de que vou poder contar sempre com a CNC”, complementou.

## Câmara de gêneros alimentícios debate fortalecimento do setor

Para debater ações de fortalecimento do setor alimentício, a Câmara Brasileira do Comércio de Gêneros Alimentícios (CBCGAL) se reuniu, no dia 15 de outubro, na Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em Brasília. Um dos convidados foi o deputado federal Enrico Misasi (PV-SP), que analisou as reformas estruturais para o País propostas no Legislativo.

### REFORMA TRIBUTÁRIA

Na abertura da reunião, o vice-presidente administrativo da CNC, Luiz Gastão Bittencourt, disse que “é necessária uma proposta de reforma tributária que amplie a base de contribuintes, reduzindo as alíquotas e a carga tributária”. No entanto, Luiz Gastão acredita que não haverá uma proposta consensual em breve, por existirem diversas proposições sobre o tema.

Em sua fala, o deputado Enrico Misasi disse que o momento do País é propício a grandes transformações. “Para mim, a reforma tributária é a mais urgente. Precisamos de ampla simplificação na tributação para que o empreendedorismo seja estimulado e atraia investimentos internacionais”, afirmou.

Por fim, Misasi enfatizou a importância do diálogo entre parlamentares de diferentes vertentes políticas. Segundo ele, é preciso aproveitar a transição política que o Congresso atravessa para que as reformas sejam aprovadas.

### REFORMA SINDICAL

Durante a reunião, o coordenador da CBCGAL, Álvaro Furtado, analisou o sistema sindical pós-reforma trabalhista, aprovada em 2017. “Com a nova legislação, o sistema sindical mudou a sua dinâmica de representação, de forma que as entidades sindicais devem se preocupar em dar respostas mais concretas aos setores representados”, ressaltou.

Furtado, no entanto, destacou que a pluralidade sindical não é a melhor opção. “A unicidade que a CNC promove com sua base é fundamental, oferecendo os subsídios necessários para as entidades representadas e ampliando cada vez mais o diálogo com o micro e pequeno empresário”, avaliou.

Na mesma linha, Gastão afirmou que o pluralismo sindical elimina a competição legal e as relações de trabalho. “A falta de unicidade sindical significaria acabar com um sistema confederativo democrático”, afirmou.

### PERDAS NO VAREJO DE SUPERMERCADOS

Completando a pauta, o superintendente e responsável pelo Comitê Jurídico da Associação Brasileira de Supermercados (Abas), Marcio Milan, apresentou dados alarmantes sobre o desperdício de alimentos no varejo de supermercados brasileiros. “Em termos monetários, a perda de alimentos



no varejo de supermercados representou 6,7 bilhões de reais apenas em 2018”, ressaltou Milan, que apontou quebras operacionais e furtos externos como as duas principais causas do problema.

Por fim, o palestrante fez um alerta para os empresários do setor alimentício para que se mobilizem pela redução do desperdício, a fim de evitar consequências mais graves no futuro, observando que, “além do aspecto social, o desperdício também deve ser combatido pelo fato de sermos consumidores, e dessa forma pagarmos mais caro por isso”.

## SEGURANÇA NO TRABALHO

Convidada a falar sobre segurança no trabalho, a representante da CNC na Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), Bernadeth Vieira, fez uma apresentação sobre recentes avanços nas normas regulamentadoras de segurança promovidas pelo governo federal.

Segundo Bernadeth, dois dos grandes avanços são a desvinculação entre a prevenção no trabalho e o pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade, que gera mais segurança jurídica e investimento em prevenção com nível de excelência; e o fim da exigência da aplicação de conteúdo programático repetido ao empregado em treinamentos de segurança.



Deputado Enrico Misasi analisou as reformas estruturais em pauta no Legislativo, como a reforma tributária



# Galeria de fotos





# CÂMARA BRASILEIRA

DO COMÉRCIO  
DE PEÇAS E  
ACESSÓRIOS  
PARA VEÍCULOS

**CBCPave**



## COORDENADOR

RANIERI PALMEIRA LEITÃO



## INTEGRANTES

Adelmo de Souza L. de Matos  
Aurélio Cardoso da Fonseca  
Erivelton Moura  
Francisco Jorge Neto  
Genésio Teles de Carvalho  
Gerson Nunes Lopes  
Itamar Manso Maciel Júnior  
João Borges Lira  
José Carlos de Santana  
Juarez Berti Frizzo  
Márcio Olívio F. da Costa  
Paulo César Bonacorçe Carmona  
Raimundo Valeriano Santana  
Rodrigo Francisco A. Carneiro  
Rodrigo Moreira  
Rodrigo Natal Rocha  
Sérgio Lúcio S. de Andrade  
Terezinha Oliveira Costa  
Valdemir Alves do Nascimento  
Vicente de Paulo Ribeiro

## SUPLENTES

Alberes H. P. Lopes  
Alessandro Cadarso  
Álvaro Pereira  
César Garcia  
Darci de Brito Veloso  
Eurípedes Barsanulfo Angelo  
Evandro Maldonado

Frutos Dias G. Neto  
José Danilton Bergamashi  
Manoel Procópio da Silva Filho  
Marcelo Augusto F. Leite  
Osmar Santana Lima  
Rogério Zaffari  
Schiavo Durval F. Álvares

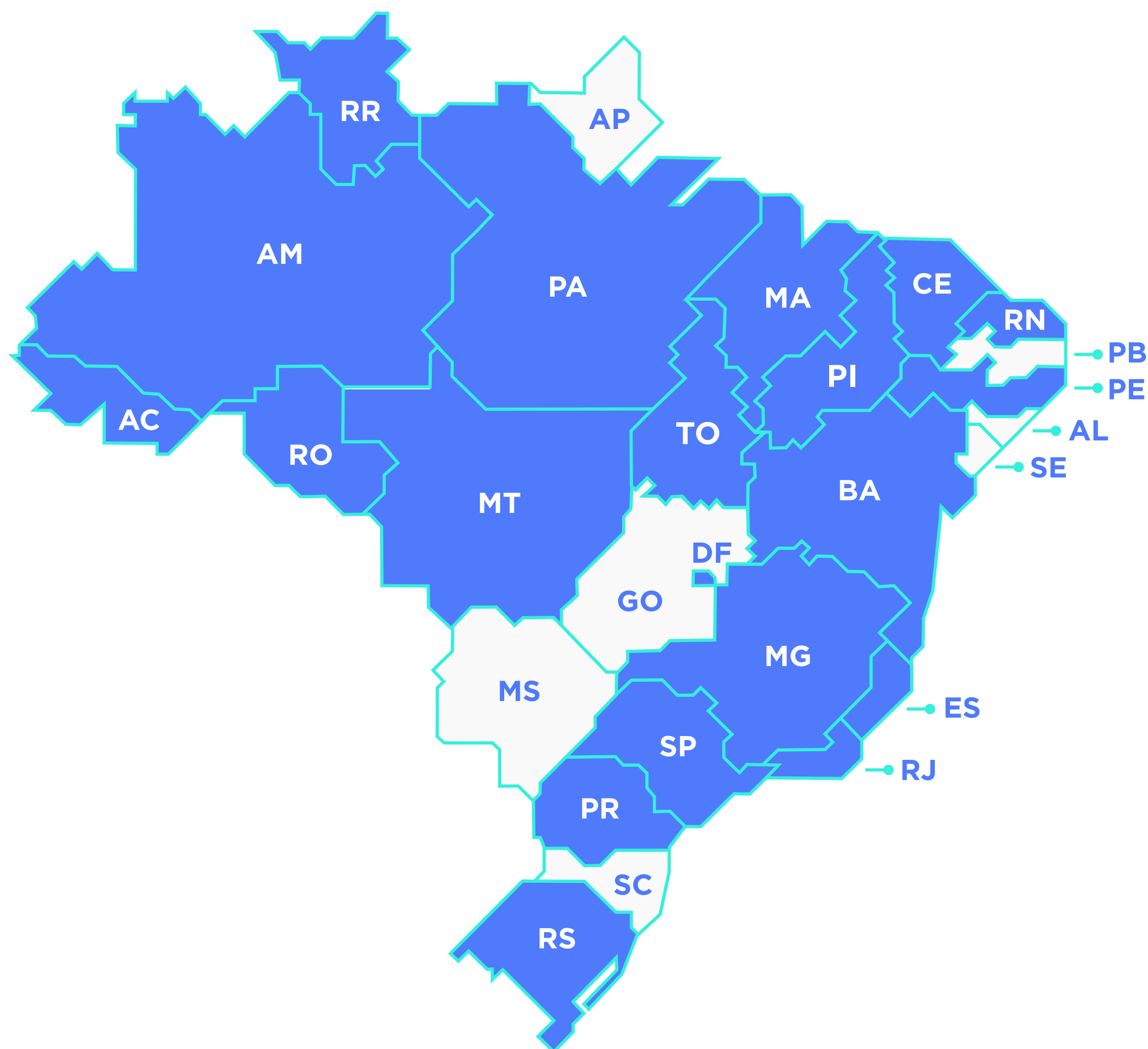
## QUANTIDADE TOTAL DE INTEGRANTES

Titulares: 21  
Suplentes: 14

## REUNIÕES EM 2019

05/06 – CNC/DF  
25/09 – CNC/DF

## ESTADOS INTEGRANTES DO SICOMÉRCIO





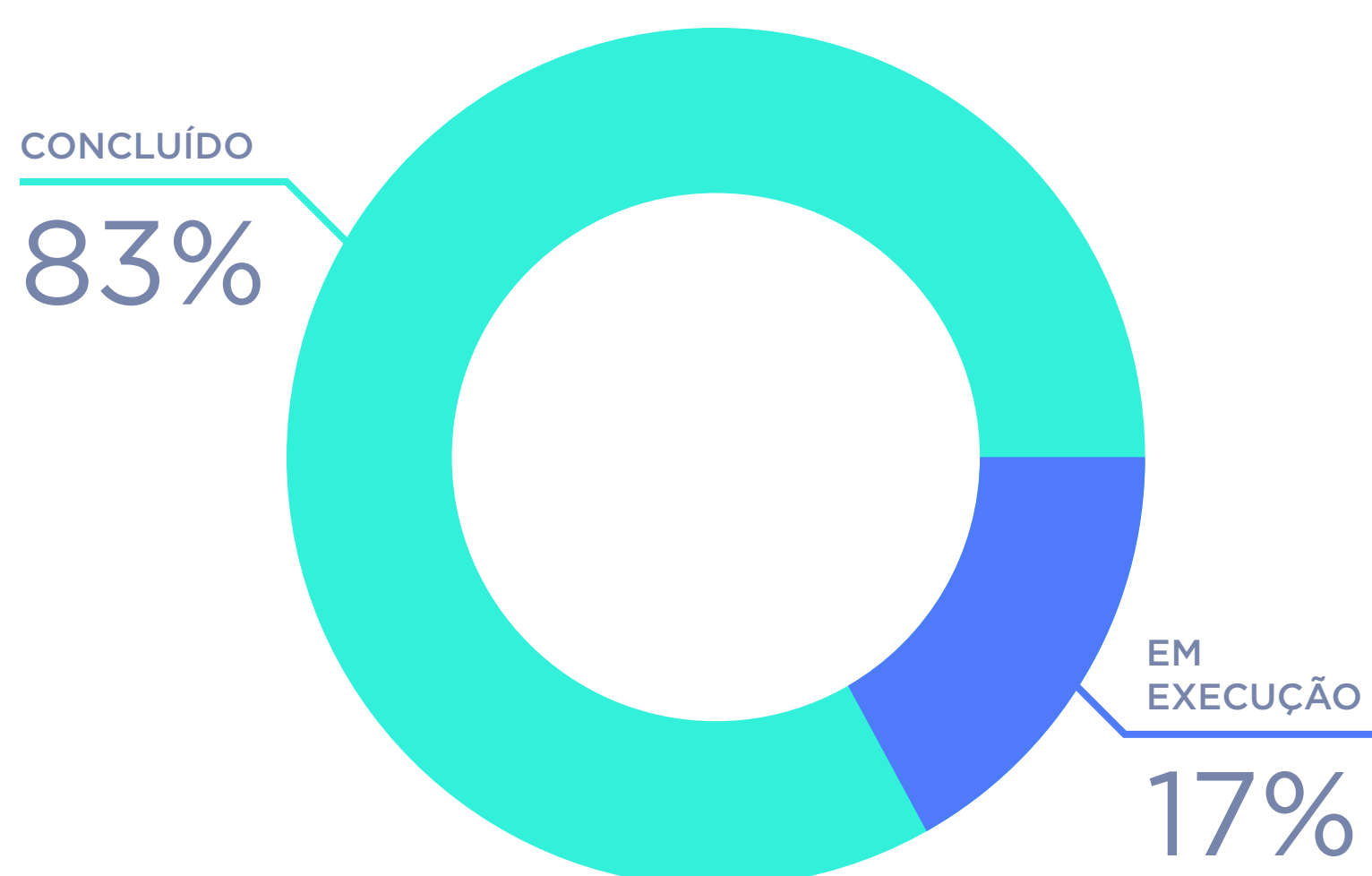
# Objetivos identificados

- Inspeção técnica veicular;
- Acompanhar as matérias legislativas do setor automotivo; e
- Problemática no setor causada pelas importações clandestinas e falsificações de autopeças.

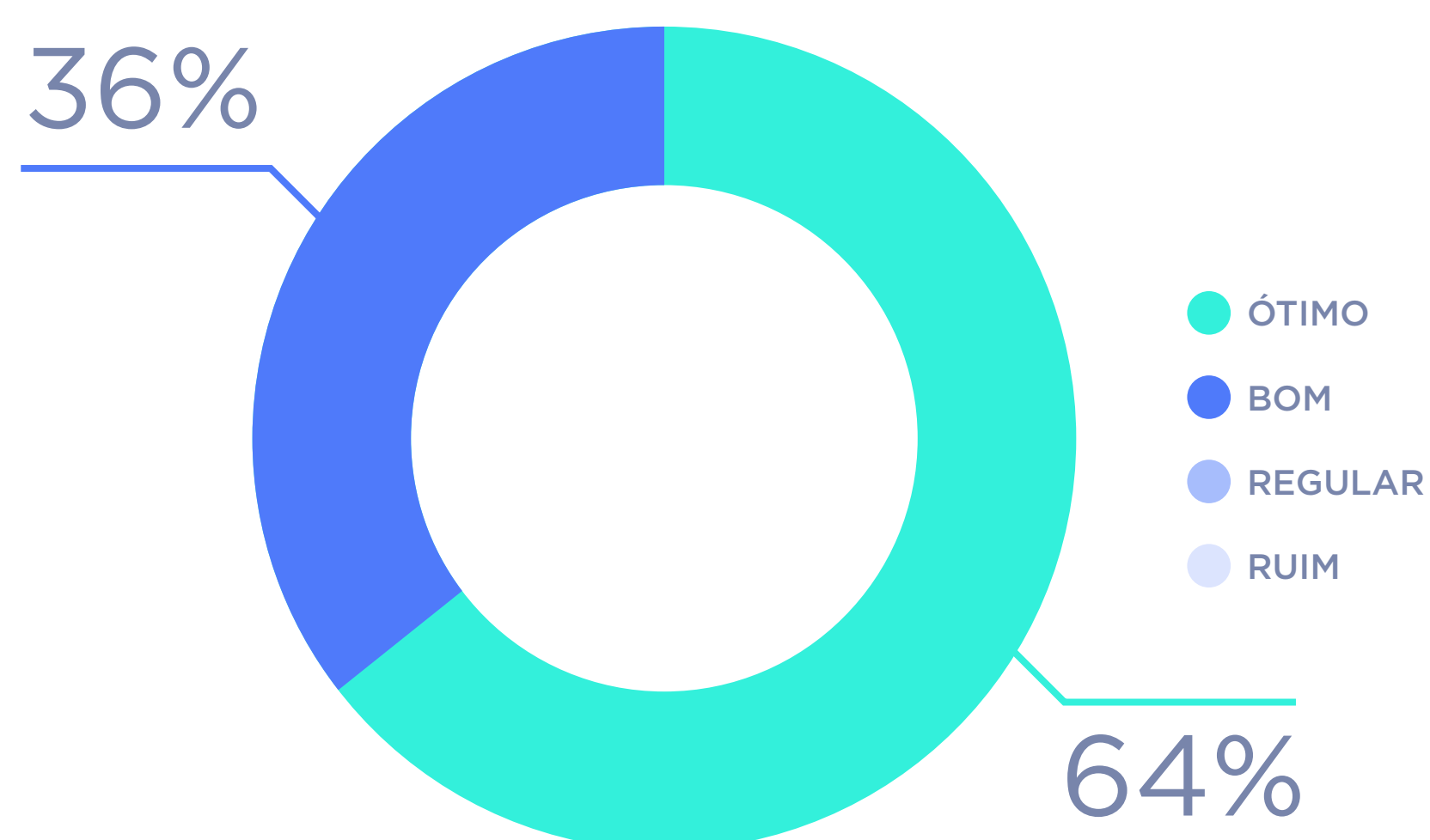
# Temas abordados nas reuniões

- Inspeção Técnica Veicular para todo o Brasil;
- PL nº 338/2015 – Disciplina a oferta de peças e componentes de veículo automotor de via terrestre ao consumidor;
- PL nº 4.821/2018 (PLS nº 125/2010) – Obriga o fabricante e o importador de automóvel ou motocicleta a disponibilizar, em meio digital, relação contendo denominação e código de referência das peças que compõem o veículo;
- PL nº 664/2019 – Altera o parágrafo único do Art. 32 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para exigir que o fornecedor de bens no mercado nacional ofereça peças de reposição por período não inferior a dez anos após cessadas a produção ou a importação;
- Possibilidade de realizar um censo no setor de Autopeças e Reparação Automotiva no Brasil;
- Importação clandestina e falsificação de autopeças; e
- Reforma tributária

## Gestão das proposições da Câmara



## Avaliação geral das reuniões





# Comunicações da Câmara

## Empresários querem implementar Inspeção Técnica Veicular

A Inspeção Técnica Veicular (ITV) foi o tema em destaque na reunião da Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em 5 de junho, em Brasília.

O advogado Cécito Esteves, da Divisão Jurídica, explicou que a aplicação da ITV foi suspensa pelo Conselho Nacional de Trânsito (órgão normativo), em razão da impossibilidade técnica de as unidades da Federação implementarem as normas. Para ele, do ponto de vista jurídico e normativo, a inspeção já está amparada.

“Quantos problemas ocorrem hoje por falta de uma manutenção preventiva regular?”, questiona Ranieri Leitão, coordenador da CBCPave. Essa é uma das razões, segundo ele, por que o tema da ITV é reiterado nas reuniões da Câmara.

O vice-presidente administrativo, Luiz Gastão Bittencourt, destacou que os temas debatidos nas reuniões têm sido compartilhados com as federações que integram o Sistema Comércio. “Essa não é uma tarefa isolada do presidente José

Roberto Tadros, mas deve envolver empresários e dirigentes sindicais. Assim, teremos mais força para defender os interesses dos setores junto ao governo e ao Legislativo.”

### PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

Douglas Pinheiro, da Divisão de Relações Institucionais, fez uma atualização sobre a tramitação de proposições de interesse do setor que a CNC acompanha no Legislativo.

A economista Marianne Hanson apresentou análise da Divisão Econômica sobre solicitação da CBCPave para a elaboração de um censo do setor. O coordenador Ranieri Leitão disse que a ideia surgiu com a percepção de que o segmento não tem números consolidados sobre o seu desempenho. “Não sabemos qual é a nossa realidade nacional”, justificou.

Leitão anunciou que a CNC está informando às federações estaduais e nacionais ligadas à entidade que a contribuição assistencial tem respaldo jurídico na Consolidação das Leis do Trabalho e pode ser cobrada.



Imagem: Paulo Negreiros

Membros da CBCPave debateram riscos da falta de manutenção preventiva



# Câmaras do comércio mantêm pauta ativa em setembro

Imagens: Paulo Negreiros



CBCPave debateu os projetos de reforma tributária que estão no Congresso e a reintrodução da Inspeção Técnica Veicular

As Câmaras Brasileiras do Comércio da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) desempenham um importante papel para o debate e o encaminhamento das questões que envolvem os diversos segmentos do comércio de bens e serviços. São dez Câmaras, integradas por lideranças empresariais e sindicais do comércio, que se reúnem periodicamente. Órgãos consultivos da Presidência da Confederação, no mês de setembro, três Câmaras realizaram reuniões com temas e sugestões para embasar a atuação política da CNC.

A reforma tributária foi destaque na reunião da Câmara Brasileira do Comércio de Peças e Acessórios para Veículos (CBCPave), no dia 25. O advogado Bruno Murat, da Divisão Jurídica da CNC, informou que a Presidência da Confederação pediu que as federações filiadas e as câmaras do comércio se manifestassem sobre o tema.

Há duas propostas: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019, na Câmara dos Deputados, e a PEC nº 110/2019, no Senado Federal. A CNC é favorável a ambos os projetos, com ressalvas. Informou finalmente que o relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Roberto Rocha, apresentou relatório com itens favoráveis ao setor de serviços.

O presidente da Associação Nacional dos Distribuidores de Autopeças, Rodrigo Carneiro, disse que as propostas de reforma tributária em análise do Congresso têm que focar em um objetivo: simplificar a estrutura tributária do Brasil.

## SUGESTÕES

O diretor da CNC Marcelo de Queiroz reconheceu que, às vezes, uma medida beneficia um setor, mas prejudica outro.

“A CNC vem recebendo sugestões de ações, o que vai permitir construir uma proposta que seja benéfica para quem empreende.” Já o coordenador da CBCPave considera absolutamente necessária a reforma, mas alertou: “Não adianta só reduzir os impostos, precisamos diminuir a carga tributária como um todo”, disse Ranieri Leitão.

Outro tema de interesse do empresariado do setor foi a reintrodução da Inspeção Técnica Veicular (ITV). Gerson Prado, CEO da SK Automotive, considerou fundamental iniciar a ITV, focando nos itens essenciais de segurança do veículo, como freios, suspensão, rodas e luzes. “Com isso, vamos reduzir drasticamente o número de acidentes gerados por falhas mecânicas”, previu.



Marcelo de Queiroz e Ranieri Leitão, na CBCPave



# Galeria de fotos















[www.cnc.org.br](http://www.cnc.org.br)